

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Mestrado em Psicologia

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS CÃES: FRAGMENTOS
DE UNIÃO EM HISTÓRIAS DE FRAGMENTAÇÃO**

JULIANA GOMES DA CUNHA

Vitória

2015

JULIANA GOMES DA CUNHA

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS CÃES:
FRAGMENTOS DE UNIÃO EM HISTÓRIAS DE FRAGMENTAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, sob orientação do Prof. Dr. Agnaldo Garcia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Vitória

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C972p **Cunha, Juliana Gomes da, 1988-**
 Pessoas em situação de rua e seus cães : fragmentos de
 união em histórias de fragmentação / Juliana Gomes da Cunha.
 – 2015.
 206 f. : il.

Orientador: Agnaldo Garcia.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Redes de relações sociais. 2. Pessoas desabrigadas. 3.
Animais de estimação. 4. Cão. I. Garcia, Agnaldo. II.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

**PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS CÃES:
FRAGMENTOS DE UNIÃO EM HISTÓRIAS DE FRAGMENTAÇÃO**

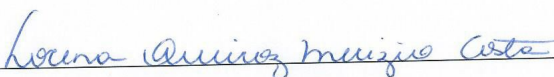
JULIANA GOMES DA CUNHA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

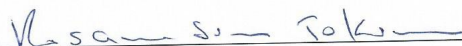
Aprovada em 22 de Junho de 2015, por:



Prof. Dr. Agnaldo Garcia– Orientador, UFES



Dr^a. Lorena Queiroz Merizio Costa – Membro externo



Prof^a. Dr^a. Rosana Suemi Tokumaru – Membro interno, UFES

Agradecimentos

Recebi muitas ajudas e apoios durante este período de mestranda. Algumas pessoas podem até não se lembrar, mas pretendo não me esquecer da gratidão que senti e ainda sinto. Dentre os que talvez não se lembrem, destaco Roberta Rangel, que atenciosamente me tirou dúvidas sobre o processo seletivo e professora Heloísa, que me acalmou e auxiliou de modo delicado na preparação das aulas do estágio em docência.

Agradeço de modo especial aos participantes, que em meio a vulnerabilidades aceitaram dividir comigo partes de um bem de valor incomensurável: suas histórias de vida. Agradeço também aos cães com os quais convivem por me arrancarem sorrisos sinceros.

Aos meus pais, por serem meu porto seguro e incentivadores incansáveis. À minha irmã, por aceitar (mais ou menos) a papelada e os livros espalhados no escritório. Prometo que vou arrumar tudinho! Agradeço ao meu namorado, Leonardo, por fazer parte da minha vida de forma tão especial e única.

Aos meus parentes, amigos e à família do Léo por me ensinarem na prática coisas sobre relacionamentos interpessoais. Hinde que me perdoe, mas assim é muito melhor! Também agradeço aos amigos que fiz durante este período: Marlon, por compartilhar comigo aulas, alunos, desafios e histórias. Tassiana, por me mostrar um jeito mais sereno de levar a vida e Tatiana, pela companhia, carinho e por ter permitido e me incentivado a dar a primeira aula da minha vida.

Aos funcionários dos serviços de abordagem social dos municípios de

Vitória, Serra e Vila Velha pela ajuda imprescindível para achar participantes e adquirir informações (não vou citar nomes por medo de errar ou esquecer algum).

Também no contexto da aquisição de dados, agradeço com um carinho especial, às alunas Thays e Renata que me acompanharam neste processo, se mostrando competentes e responsáveis. Dividimos momentos incríveis! Tenho orgulho de tê-las como futuras colegas! Também foram muito importantes durante este tempo os alunos da turma de Processos Básicos e os da optativa em Relacionamentos Interpessoais. Eternos “meus alunos”, obrigada!

Às doutoras Suemi Tokumaru e Lorena Merizio pelos importantes e cuidadosos apontamentos durante a qualificação. À Luisa Modolo e a todos os outros que com muito cuidado deram dicas preciosas para construção deste trabalho. Às funcionárias Lúcia e Camila do PPGP e Creuza e Arlete do DPSD da UFES pela atenção, solicitude e gentileza. Em especial a esta última, pronta a me ajudar com os equipamentos para as aulas sempre com um sorriso. Também agradeço à Beth e Terezinha, atenciosas funcionárias da limpeza.

Com intensidade, agradeço a Deus por estar comigo em todos os momentos e a Nossa Senhora, pela intercessão de sempre.

Ao Guguto, meu muso inspirador.

À CAPES, pelo apoio financeiro.

Um imenso MUITO OBRIGADA!

*“Tu te tornas eternamente responsável
por aquilo que cativas.”
Antoine de Saint-Exupéry*

RESUMO

O interesse pelo relacionamento entre humanos e cães tem sido crescentemente refletido em produções científicas, apesar destas ainda se mostrarem incipientes no contexto latino-americano, e, por conseguinte, no brasileiro. Nestes termos, quando se toma como foco o relacionamento específico entre cães e pessoas em situação de rua, a incipiência se mostra ainda mais notória, apesar de se tratar de fenômeno que abarca questões interessantes, tanto de cunho individual quanto social e de políticas públicas. Diante disto, a realização do presente estudo se justificou por contribuir com a elucidação da temática, haja vista que teve por objetivo geral: investigar, apontar e compreender relacionamentos estabelecidos por pares que se caracterizem por pertencerem às espécies em questão e por fazerem das ruas espaços para estabelecimento de suas rotinas. Sendo estes critérios de seleção de participantes somados a idade mínima de 18 anos, foram entrevistadas 12 pessoas que nas ocasiões se encontravam em logradouros públicos dos municípios de Vitória, Serra e Vila Velha. Para guiar as entrevistas, foi utilizado roteiro semiestruturado com o intuito de coletar: dados sociais e econômicos dos participantes; conhecer aspectos dos relacionamentos interpessoais dos participantes; acessar relatos que dissessem respeito a partes das histórias de vida de moradores de rua que envolvessem relacionamento com cães; e por fim, recolher informações acerca do uso de serviços de assistência à população de rua, seja na presença ou na ausência do(s) cão(es). Em adição, foram utilizados dados provenientes de conversa informal e voluntária entre a pesquisadora e três funcionárias do Serviço Especializado em Abordagem Social do município de Vitória. A partir daí, os dados coletados foram organizados em cinco grandes itens, nos quais foram detalhadamente analisados e discutidos. Estes itens são: Caracterização sociodemográfica e econômica dos participantes; Caracterização geral dos relacionamentos; Concepções dos participantes acerca dos cães em suas vidas; Repercussões individuais e sociais do relacionamento; e “Sobre pessoas em situação de rua e cães: o “último vínculo”?”. Diante da análise destes, então, tornou-se possível inferir que o relacionamento entre humanos e cães, apesar de manter semelhanças que, por vezes, fazem com que sejam comparados ou equiparados a amizades ou a relacionamentos familiares, se trata de um tipo a parte. Além disto, quando o humano do par homem-cão se encontra em situação de rua, algumas peculiaridades se fazem bastante evidentes, dentre as quais a dificuldade de afastamento do animal, quando em situações momentâneas (por exemplo, em ocasiões de deslocamentos pelas cidades) ou duradouras (como quando por motivos de idas a instituições de abrigo), em que não é possível tê-lo junto. Por fim, aponta-se como ponderável a recorrente colocação de que o cão seria o único e/ou último vínculo da pessoa em situação de rua com que convive, já que não raramente os participantes mencionaram rearranjos relacionais com humanos posteriores ao início da situação em questão.

Palavras-chave: Relacionamento interpessoal; relacionamento homem-cão; pessoas em situação de rua.

ABSTRACT

Interest in the relationship between humans and dogs has been increasingly reflected in scientific production, although researches are still insufficient in the Latin American context, and therefore in Brazil. Accordingly, when focusing on the specific relationship between dogs and homeless persons, the insufficiency is even more apparent, even though it is a phenomenon that raises interesting issues of both individual and social nature and public policy. Therefore, this study is justified by its contribution to elucidate the issue, given that its overall objective was: to investigate, identify and understand relationships established by pairs of humans and dogs that have the streets as the main environment in which their routines are based on. These criteria were used for the selection of participants, besides a minimum age of 18 years, and the interviews were carried out with 12 people who were in public places of the cities of Vitória, Serra and Vila Velha. Open-ended questions and a semi-structured interview were used in order to: collect socioeconomic data of the participants; understand aspects of interpersonal relationships of participants; access stories about parts of the life stories of homeless involving relationship with dogs; and finally, gathering information about the use of support services to the homeless population, either in the presence or absence of dogs. In addition, data from informal and voluntary conversation between the researcher and three employees of Specialized Social Approach of the city of Vitória was used. Then, the data collected was divided into five major items, which were thoroughly analyzed and discussed. These items are: Socio-demographic and economic characterization of the participants; General characterization of relationships; Views of participants about the dogs in their lives; Individual and social repercussions of the relationship; and "About homeless and dogs: the last bond?". After the analysis it was possible to conclude that the relationship between humans and dogs, despite maintaining similarities that sometimes cause them to be compared or equated with friendships or family relationships, is of a different kind. Furthermore, when the human in the human-dog pair is homeless, some peculiarities are quite obvious, such as difficulty of animal separation, whether momentary (e.g. when they wander through the cities) or lasting (e.g. when they go to homeless shelters); when it is not possible to take the animal along with them. At last, it is important to highlight the statement that the dog may be the only and/or last bond that the homeless person maintains, considering that some participants mentioned rearrangements in their relationships after they began living in the streets.

Keywords: personal relationships; bonding human-pet; human-animal interaction; homeless persons.

Sumário

<u>Lista de Tabelas.....</u>	<u>13</u>
<u>Lista de Figuras.....</u>	<u>14</u>
<u>Apresentação.....</u>	<u>15</u>
<u>Capítulo I - Relacionamentos entre Humanos e Cães: Aspectos Gerais.....</u>	<u>20</u>
<u>Evolução e domesticação da espécie canina.....</u>	<u>23</u>
<u>Saúde e bem-estar associados ao relacionamento entre homem e cão.....</u>	<u>25</u>
<u>A população canina retratada como questão social.....</u>	<u>29</u>
<u>Comunicação interespecífica entre humanos e cães.....</u>	<u>33</u>
<u>Capítulo 2 - Convergências e Divergências entre Estudos de Relacionamentos Interpessoal e entre Homens e Cães.....</u>	<u>36</u>
<u>Capítulo 3 - A População em Situação de Rua no Brasil.....</u>	<u>43</u>
<u>A população em situação de rua de municípios que compõe a Região Metropolitana da Grande Vitória.....</u>	<u>55</u>
<u>Capítulo 4 - Relacionamentos (Des)Estabelecidos por Pessoas em Situação de Rua....</u>	<u>64</u>
<u>Relacionamento interpessoal entre pessoas em situação de rua.....</u>	<u>71</u>
<u>Relacionamento interpessoal entre pessoas em situação de rua e domiciliados.....</u>	<u>76</u>
<u>Relacionamentos entre pessoas em situação de rua e cães.....</u>	<u>78</u>
<u>Capítulo 5 - Objetivos e Justificativas.....</u>	<u>85</u>
<u>Capítulo 6 - Metodologia.....</u>	<u>87</u>
<u>Participantes.....</u>	<u>87</u>
<u>Procedimentos de coleta de dados e Instrumento.....</u>	<u>88</u>
<u>Procedimentos de organização e análise dos dados.....</u>	<u>90</u>
<u>Capítulo 7 - Resultados e Discussão.....</u>	<u>92</u>
<u>Caracterização sociodemográfica e econômica dos participantes.....</u>	<u>92</u>
<u>Caracterização geral dos relacionamentos.....</u>	<u>108</u>
<u>Início, crescimento e fortalecimento dos relacionamentos.....</u>	<u>119</u>
<u>Manutenção dos relacionamentos.....</u>	<u>121</u>
<u>Concepções dos participantes acerca dos cães em suas vidas</u>	<u>126</u>
<u>O cão como um membro da família.....</u>	<u>127</u>
<u>O cão- amigo.....</u>	<u>130</u>
<u>O cão que protege.....</u>	<u>133</u>
<u>Repercussões individuais e sociais do relacionamento.....</u>	<u>137</u>
<u>Repercussões positivas</u>	<u>139</u>

<u>Repercussões negativas.....</u>	<u>142</u>
<u>Sobre pessoas em situação de rua e cães: o "último vínculo"?.....</u>	<u>149</u>
<u>Relacionamento amoroso.....</u>	<u>150</u>
<u>Amizade</u>	<u>158</u>
<u>Relacionamento familiar.....</u>	<u>163</u>
<u>Capítulo 8 - Limitações e Recomendações para Pesquisas Futuras.....</u>	<u>168</u>
<u>Capítulo 9 - Considerações Finais.....</u>	<u>170</u>
<u>Ainda assim, quando colocada em cena a comunidade que reside ou mantém rotinas no entorno de homens e cães em relacionamento nas ruas, não raramente a ênfase recai única e exclusivamente sobre os aspectos negativos do mesmo, tais como propagação de doenças e reprodução exacerbada. No presente trabalho, então, as funcionárias do Seas de Bento Ferreira apontam fazer contato com o CCZ quando em situações problemáticas como esta. Há de se ponderar, porém, que este tipo de instituição tem suas práticas vinculadas à certo receio da população (Orlandi, 2011; Soto, de Souza, Risseto & Lima, 2006), o que geralmente se deve à banalização da aplicação de eutanásias- prática desaconselhada pela OMS em seu 8º Informe Técnico (Santana & Marques, s.n).</u>	<u>172</u>
<u>Referências.....</u>	<u>175</u>
<u>Anexos.....</u>	<u>197</u>
<u>Anexo A – Proporção da População em Situação de Rua em Relação à População Total.....</u>	<u>197</u>
<u>Anexo B – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Realização da Pesquisa.....</u>	<u>201</u>
<u>Anexo C - Modelo de Roteiro de Entrevista.....</u>	<u>203</u>

Lista de Tabelas

Capítulo 3 - A População em Situação de Rua no Brasil

Tabela 1. <i>Esquema das Situações de Permanência na Rua</i>	44
Tabela 2 <i>População dos municípios da RMGV, participação no total</i>	5
<i>do ES e no total da região – 4</i>	
<i>2008</i>	
Tabela 3. <i>Proporção da População em Situação de Rua em Relação à</i>	5
<i>População Total</i>	6
Tabela 4. <i>População atendida pelo Seas em 2013</i>	58

Capítulo 7 – Resultados e Discussão

Tabela 5. <i>Dados sociais e econômicos dos participantes</i>	92
Tabela 6. <i>Características gerais dos relacionamentos</i>	108

Lista de Figuras

Capítulo 2 - Convergências e Divergências entre Estudos de Relacionamentos Interpessoal e entre Homens e Cães

Figura 1. Níveis de complexidade do comportamento social..... 36

Capítulo 4 –Relacionamentos (Des)Estabelecidos por Pessoas em Situação de Rua

Figura 2. População em situação de rua segundo impedimento de 75
entrar em locais e realizar atividades.....

Apresentação

O presente trabalho visa primariamente à investigação de relacionamentos entre humanos e cães. O interesse pelo tema me acompanhou desde o ano de 2011, quando na Graduação em Psicologia frequentei a disciplina Estudos Complementares em Psicologia Social, ministrado pelas professoras Beatriz Baptista Tesche e Mariane Ranzani Ciscon-Evangelista. Na época, movida pela paixão por cães, optei por investigar a relação de seres humanos com caninos com os quais viviam. Para tanto, realizei, em conjunto com as professoras, um estudo comparativo com residentes de um bairro de classe média alta e outro de classe baixa do município de Vitória, com o aporte da teoria das Representações Sociais.

Apesar da legitimidade do supracitado estudo, concluímos que ainda havia e há muito a ser compreendido e estudado sobre este tipo de relacionamento, e que este conhecimento mais aprofundado teria potencial para figurar como objeto de estudo do meu mestrado em Psicologia Social. Além disso, vale apontar como expressivo achado do estudo, uma forte tendência à humanização de cães com os quais os participantes se relacionavam, aproximando características do relacionamento homem-cão as do relacionamento homem-homem.

Neste sentido, Merizio e Garcia (2006, p.61) acrescentam que “O estudo do relacionamento entre pessoas e seus animais de estimação pode fornecer informações valiosas sobre o indivíduo e seus relacionamentos com outras pessoas”. A afirmação é resultante de estudo comparativo entre os relacionamentos de amizade de crianças com cães e com outras crianças, no qual os autores se embasaram em conhecimentos da área dos

Relacionamentos Interpessoais, ao qual fui apresentada com maior profundidade pelo Professor Dr. Agnaldo Garcia, grande estudioso da área e a quem coube o posto de meu orientador nesta pesquisa. Juntos, verificamos a pertinência de utilizar alguns conhecimentos da área dos Relacionamentos Interpessoais também na presente pesquisa, ainda que ressaltemos reconhecer a existência de peculiaridades de relacionamentos humano-cão em relação ao ocorrido entre humanos.

Assim, em 2013, já sob a orientação do Professor Dr. Agnaldo, realizamos pesquisa de literatura no Portal de Periódicos Capes, utilizando os seguintes descritores: “cão homem”; “dog human relationship”; “homem mascota” e “perros domésticos” desde o ano 2008. Foi realizada também busca na ferramenta Google Acadêmico, utilizando os mesmos descritores mencionados acima. Para complementar, procedemos à checagem manual entre as referências bibliográficas dos artigos. Como requisitos para compor a revisão, o material deveria ter formato de artigo científico e ter sido revisado por pares.

Após seleção, foram incluídos na revisão 37 artigos, o que demonstra incipiência nas produções que envolvem diretamente o relacionamento homem-cão. Costa, Jorge, Saraiva e Coutinho (2009) endossam o supracitado ao relatarem que em meio a produção de trabalho sobre o convívio de idosas com animais de estimação detectaram a dificuldade em encontrar material científico a respeito, ao procederem a levantamento na MedLine, no SciELO e no Portal de Periódicos Capes. Já a nível nacional, notamos escassez ainda mais relevante, haja vista que apenas três dos artigos revisados eram brasileiros.

Em suma, a realidade brasileira concernente ao relacionamento de humanos com animais de estimação parece não estar recebendo a importância devida no meio acadêmico, haja vista a dimensão social e econômica que lhe é conferida. Vale, neste sentido, ressaltar que o país é enquadrado como segundo maior mercado do mundo no consumo de produtos pet, atrás apenas dos Estados Unidos (Curvello, 2013). Além disto, havia em 2013, 106,2 milhões de animais de companhia no país (Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação, 2013). Há, então, inegável inserção destes animais na vida dos brasileiros, figurando relacionamentos de naturezas diversas, desde o utilitário, como ajudante em caças (Gómez, Atehortua & Orozco Padilla, 2007) a um membro da família (Brandão, n.d.).

Dadas as constatações supracitadas e já diante de certo conhecimento pertinente ao tema, estava claro que para além da carência de estudos brasileiros, o relacionamento homem-cão traz a tona uma imensidão de aspectos a serem abordados. Além disso, a literatura consultada demonstrou que o estabelecimento de relacionamentos desta natureza é diretamente influenciado por uma série de aspectos, como: o período histórico, características culturais e territoriais, a qual Dotson e Hyatt (2008), ao procederem estudo em contexto norte-americano, acrescentam fatores demográficos como idade, gênero e nível de escolaridade.

Neste sentido, ciente da necessidade de escolher um recorte do tema para o presente estudo, ainda durante a pesquisa inicial me deparei com um livro acerca dos direitos dos animais (Magalhães & Rall, 2010). Nele, me chamou a atenção um capítulo denominado ““O último vínculo: “moradores de rua” e seus cães na cidade de São Paulo””, de Queiroz (2010). Assim, em nova

conversa com o professor Agnaldo, optamos por também contribuir para a exploração e difusão de conhecimentos sobre o relacionamento entre pessoas em situação de rua e cães, pouco retratado em estudos acadêmicos (Irvine, 2013; Labrecque & Walsh, 2011). Então, após alterações sugeridas pelas doutoras Lorena Queiroz Merizio e Rosana Suemi Tokumaru durante exame de qualificação realizado em maio de 2014, o projeto- aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (parecer 783.405) - passou a tomar forma de trabalho final, resultando na presente dissertação.

A seguir, será mencionado brevemente o que nos propomos a expor nos capítulos que se seguem:

No capítulo 1, exporemos alguns - dos já ditos muitos - aspectos do relacionamento homem-cão em geral, extraídos e revisados de literatura atual pertinente ao tema. Ademais, vale dizer que a seleção e agrupamento destes aspectos no presente trabalho têm por base a semelhança, recorrência e relevância dos conteúdos, o que justifica o fato de que poderão ser vistos divididos em quatro subitens, a saber: Evolução e domesticação da espécie canina; Saúde e bem-estar associados ao relacionamento entre homem e cão; A população canina retratada como questão social e Comunicação interespecífica entre humanos e cães.

No capítulo 2, nos ateremos às divergências e convergências entre estudos de relacionamentos interpessoais e de relacionamentos entre homens e cães, nos baseando, para tanto, em alguns dos conceitos principais da teoria dos relacionamentos interpessoais de Robert Hinde (1979; 1987; 1997). A seguir, no capítulo 3, apresentaremos um breve panorama atual da população em situação de rua no Brasil. Logo após, no mesmo capítulo, enfatizaremos a

realidade da população em questão habitante na região metropolitana da Grande Vitória, área em que o presente estudo foi desencadeado.

No capítulo 4, retrataremos os relacionamentos interpessoais da população em situação de rua, tanto com pessoas que vivam em circunstâncias semelhantes quanto com domiciliados. Para tanto, partiremos de revisão de estudos recentes que os tenham como foco. Do mesmo modo, finalizaremos este capítulo introduzindo o tema específico do presente trabalho: o relacionamento entre pessoas em situação de rua e cães.

Já no capítulo 5, exporemos os objetivos gerais e específicos do presente estudo, bem como apontaremos justificativas para realização do mesmo. Em seguida, no capítulo 6, especificaremos a metodologia empregada na pesquisa, descrevendo para tanto: os participantes, os procedimentos de coleta de dados e instrumentos e os procedimentos de organização e análise dos dados, respectivamente. Logo após, no capítulo 7, daremos conta dos resultados da pesquisa, além das discussões baseadas neles. Já no capítulo 8, reconheceremos algumas limitações deste estudo e sugeriremos pontos a serem abordados ou melhorados em pesquisas futuras. E, por fim, no capítulo 9, faremos considerações finais acerca de todo o exposto anteriormente.

Capítulo I - Relacionamentos entre Humanos e Cães: Aspectos Gerais

Uma característica essencial do homem são as relações por ele estabelecidas com o que o cerca, sendo altamente influenciado pelo meio em que vive. Em geral, sua relação com outras espécies vem sendo alterada com o tempo, repercutindo nas práticas de domesticação modificadoras do entorno natural, acompanhadas de transformações culturais e aplicações em tecnologia (von Arcken Cancino, 2011). Neste sentido, Wells (2007) dá conta de um interesse recente de pesquisadores na utilização de cães como alertas de sistemas empregados em certos tipos de males físicos humanos, tais como diabetes, epilepsia e câncer. Existe a possibilidade, por exemplo, de cães descobrirem tumores mediante o odor exalado, seja mediante treinamento ou por habilidade nata. Howell e Bennett (2011), por sua vez, ponderam que no que diz respeito ao emprego de animais em estudos científicos, as pessoas em geral apresentam ambivalência em suas opiniões, sendo a aprovação ou reprovação geralmente dependente do benefício suscitado e da espécie em questão.

Outros autores também mencionam atividades exercidas por cães e tidas como essencialmente em prol do homem, ainda que por vezes, os benefícios deste relacionamento sejam bilaterais. Apesar desta provável mutualidade de benefícios, von Arcken Cancino (2011) apresenta a crença de que as vantagens da relação entre as espécies são geralmente maiores para o homem. Almeida, Labarthe e Paiva (2010) apontam que o relacionamento entre humanos e cães, por sua antiguidade, demonstra o quanto o homem foi e é dependente de outros seres para o alcance de objetivos diversos, tais como: entretenimento,

trabalho, transporte, esportes e alimentação. Gómez et al. (2007) destacam a caça, o pastoreio, as participações em espetáculos, guerras e resgates e atualmente, a companhia.

Ainda neste sentido, Gutiérrez, Granados, e Piar (2007) e Jakovcevic e Bentosela (2009) classificam “mascote” como a mais expressiva forma de ligação homem-animal atual. Brandão (n.d.) vai além ao ressaltar que, por vezes, o animal passa de companhia do indivíduo a ente da família. Tendo este fato em vista, Dotson e Hyatt (2008) sugerem que comerciantes e outras pessoas envolvidas no ramo de produtos pet reformulem a definição de família, incluindo cães e outros animais em suas estratégias de divulgação e mensagens promocionais. Estes autores acreditam que com isto são abertas possibilidades de influenciar comportamentos de consumo dentre os donos de pets. É verificável, então, mediante a consideração de todas as formas supracitadas de inclusão canina na vida humana, a coexistência de múltiplos níveis e tipos de interações e relacionamentos homem-cão na sociedade atual.

Cronologicamente, Brandão (n.d.) relaciona o fenômeno de tomada do cão como companhia humana ao processo de urbanização, em que as pessoas, ao se isolarem em casa, acabam por estabelecer vínculos com cães e gatos. Neste sentido, Lorenz (p.11, 1997) indica que somente estes animais “entraram no lar humano noutra qualidade que não a de prisioneiros, e foram domesticados por outros meios que não a servidão forçada”. Mas, ainda na concepção de Lorenz, nenhum outro animal doméstico modificou tão fortemente seus hábitos, renunciando a seus interesses, e por isso atingindo uma domesticação tão genuína quanto o cão.

Em contrapartida, adotando a perspectiva dos comportamentos e hábitos

humanos em relação a caninos, Tesche, Ciscon-Evangelista e Cunha (2011) e Mossman (1997) concordam que não raramente são dispensados tratamentos e atribuídas aos cães características comumente relacionadas a humanos. Em adição, Garcia (1999), em estudo sobre a crueldade infantil em relação a animais, é enfático ao afirmar que o posicionamento respeitoso diante de outras espécies, como a canina, reflete a atitude humana perante outros humanos.

Chalfun (2009), por sua vez, aponta que é histórica e nunca deixou de existir forte submissão de outras espécies animais ao homem. Apesar disto, endossa a supracitada tendência à humanização canina apresentada por alguns indivíduos, com o dispêndio financeiro e afetivo característico ao direcionado a outro humano. Sendo assim, parece haver um deslocamento atual de posicionamentos humanos em relação a outras espécies, que passam a ser vistas como seres dotados de valores intrínsecos. Com isto, diante do questionamento do lugar de domínio humano na relação homem-animal, movimentos de defesa animal, no último século, passaram a se posicionar a favor da existência de direitos próprios a estes (Gutiérrez et al., 2007). É inegável, entretanto, que a despeito de grupos e posicionamentos a favor dos direitos e da proteção animal, ainda existe muita dominação do homem em relação a outras espécies.

Tendo em vista o quadro geral exposto acima, que diz respeito aos papéis e lugares ocupados socialmente por humanos e cães em relação, e considerando que esta é inegavelmente permeada por fatores diversos, serão destacados a seguir os aspectos mais frequentemente retratados pela literatura atual pertinente ao tema relacionamento homem-cão.

Evolução e domesticação da espécie canina

A evolução e domesticação da espécie canina até desembocar no desenvolvimento das características hoje encontradas nos cães aos quais temos acesso ou conhecimento parecem despertar o interesse de estudiosos há muitos anos. Neste sentido, em estudo acerca da ancestralidade do cão, Honeycutt (2010) considera, através de análises filogenéticas derivadas de marcadores moleculares, a existência de um único ancestral canino: o lobo (*Canis lupus*). Galibert, Quignon, Hitte e André (2011) revelam que ossadas de homínídeos e de lobos foram achados juntos em locais como Zhoukoudian no norte chinês, com data próxima há 300.000 anos e em caverna do Lazaret no sul francês, com aparência de ter existido há 15.000 anos. Estes achados não foram relacionados propriamente ao processo de domesticação canina, mas deram margens à compreensão de que já havia nesta época compartilhamento de território e, por conseguinte, contato interespecífico direto.

A domesticação canina propriamente dita parece ser anterior a qualquer outra. Segundo Galibert et al. (2011), o processo teria sido iniciado durante o período paleolítico (há cerca de 35.000 anos). Tendo em vista sua precocidade, este primeiro momento fora denominado proto-domesticação, distinto da real domesticação, ocorrida por volta de 14.000 a.C.

Através de análise genômica de DNA, inferiu-se que o processo de domesticação teve início no Oriente Médio, se espalhando velozmente pelo mundo (Galibert et al., 2011). Wayne, vonHoldt, vonHoldt e vonHoldt (2012) mediante revisão dos princípios e ferramentas utilizados em estudos genômicos endossam estas informações. Eles revelam que ao traçarem a origem do genoma nuclear dos cães, baseados na análise da divisão

haplotípica entre cães e lobos cinza, encontraram que o genoma se origina inicialmente de lobos do Oriente Médio ou europeus, o que é fundamentado por dados arqueológicos.

Honeycutt (2010) dá conta de que este tipo de estudo genômico, através de aumento da bateria de marcadores moleculares tem ajudado no entendimento de aspectos genéticos da domesticação. Para ele, porém, ainda há questões a serem respondidas, como quais são os processos responsáveis pela diversidade de formas observada nos cães domésticos. Sem auxiliar propriamente na resposta a esta questão, mas ainda no contexto de diversidade morfológica dos cães, Roberts, McGreevy, Valenzuela, e Linden (2010) utilizaram 11 cães que haviam sido eutanasiados recentemente para examinar a correlação entre diferenças no formato do esqueleto canino e a organização espacial do cérebro. Seus achados indicam que a grande variedade na morfologia dos cães é diretamente refletida em suas organizações cerebrais.

De modo geral, o cão parece ter se transformado severamente em relação a seu ancestral, o lobo. Alguns aspectos, porém, parecem ter se mantido inalterados durante o processo de domesticação. O estudo de Range, Möslinger e Virányi (2012) endossa esta informação. Mediante comparação entre lobos bem socializados e cães, os autores buscaram detectar se a domesticação afetou o entendimento de conexões meio-fim em cães. Para tanto, foram utilizados experimentos de puxar cordas para pegar comida. Os resultados sugerem que nem cães nem lobos adquiriram entendimento relevante sobre relações meio-fim, sendo poucos os animais de ambas as espécies que parecem aprender a resolver tarefas mais complicadas. Infere-se

assim, que a domesticação não afetou, ao menos significativamente, o entendimento das conexões meio-fim em cães.

Indo além, Galibert et al. (2011) adotam posicionamento generalizante ao considerarem inegável o sucesso da domesticação canina, independente do ponto de vista adotado para explicá-la. Reflexo direto disto seria o declínio da população de lobos - ancestral do cão - por todo o planeta, em detrimento do franco crescimento da população canina. Os autores ilustram esta informação com o fato de que há nos Estados Unidos, 75 milhões de cães registrados como sendo de raça pura.

Por fim, Galibert et al. (2011) acrescentam outro indício do sucesso da domesticação canina: o número de raças existentes. Há hoje cerca de 400 destas, o que é, em parte, fruto do empenho humano em realizar seleções artificiais. Com isto, menciona-se terem sido criadas raças mais adaptadas a tarefas como farejar, servir de guardião ou companhia ao humano. Os autores ressaltam, porém, que apesar do crescimento expressivo da quantidade de raças nos séculos recentes, houve avanços importantes nos períodos Medieval e Renascença. Se referindo a Idade Média, De Mello (2012) menciona que, na Europa, muitas freiras e monges tinham pets, apesar da Igreja Católica classificar a prática como heresia.

Saúde e bem-estar associados ao relacionamento entre homem e cão

O relacionamento entre humanos e cães suscita nas espécies envolvidas efeitos diversos, dentro os quais, aspectos relacionados à saúde e bem-estar de ambos.

Neste contexto, González e Landero (2011), a fim de verificarem os

níveis de estresse percebido e saúde mental de pessoas que convivem com cães, aplicaram questionários a 247 indivíduos mexicanos que além de manterem este tipo de convívio deveriam ter idades iguais ou superiores a 16 anos. Estes indivíduos foram divididos em dois grupos para fins comparativos, a saber: os que consideravam seus cães como membros da família e os que os tinham como mascotes ou guardiões. Os autores verificaram, então, que o primeiro grupo apresentava índices mais expressivos de saúde mental e mais discretos de estresse percebido em relação ao segundo. Ambos reconhecem, entretanto, certo desfalque nos conhecimentos produzidos no presente estudo, já que não realizaram comparações entre estes e um terceiro grupo de indivíduos: aqueles que não estabelecem convívio com cães. Sendo assim, mostrou-se inviável a realização de inferências sobre os efeitos da presença canina em geral sobre os aspectos da saúde humana em xeque.

Indo além, Handlin, Nilsson, Ejdeback, Hydbring-Sandberg e Uvnas-Moberg (2012) mencionam o fato do relacionamento entre humanos e cães estarem ligados aos níveis de oxitocina e cortisol em ambos. Assim, foram encontradas, por exemplo, correlações entre a frequência do ato de beijar o cão a altos níveis de oxitocina no dono.

De todo modo, são poucos os estudos que consideram o relacionamento entre humanos e cães especialmente sob perspectivas de saúde física e mental canina, além de serem poucos também os trabalhos que se voltam ao bem-estar desta espécie. Reflexo disto é o fato das mensurações de bem-estar canino ainda serem imprecisas, sem que haja um método de avaliação validado até então (Ferreira & Sampaio, 2010), o que por vezes torna os estudos sobre esta temática pouco conclusivos.

Broom e Molento (2004) defendem que o bem-estar deve dizer respeito a características individuais do animal, e não a algo que lhe é proporcionado por humanos. Assim, “o bem-estar do animal pode melhorar como resultado de algo que lhe seja fornecido, mas o que se lhe oferece não é, em si, bem-estar” (p.2). Ferreira e Sampaio (2010) endossam esta ideia ao afirmarem que a progressividade, as atitudes positivas e o comprometimento com os cuidados do animal, apesar de lhes proporcionar boa qualidade de vida, não são suficientes para lhes garantir bem-estar. Isto porque, segundo eles, fatores de natureza subjetiva inerentes à relação entre as espécies provavelmente também tenham efeito decisivo neste sentido.

Ao considerar os cães que lidam com assistência à saúde humana, Shubert (2012) menciona que as condições de vida a que estão sujeitados são pouco ressaltadas. Quanto a isto, é importante esclarecer, primeiramente, que existem dois tipos de cães que dão assistência a pessoas com algum tipo de deficiência: os cães de serviço, que são os que assistem e acompanham pessoas com problemas visuais, auditivos, motores ou em situações de crise e os cães de terapia, que acompanhados por um lidador visitam pessoas ou instituições para auxiliar em tratamentos diversos (Shubert, 2012). O autor remete os primeiros programas formais para treinamento de animais para prestar serviços de saúde a humanos ao século XX, havendo antes disto, entretanto, múltiplos relatos informais ou até mesmo ao acaso, de utilização de cães por humanos.

Shubert (2012) aponta, então, que as consequências dos esforços exercidos pelos animais, que por vezes são submetidos ao trabalho em tempo integral sem que possam descansar, são ainda pouco estudadas. Aos cães

terapeutas, por exemplo, cabem deslocamentos em veículos até as instituições as quais prestam suporte. Assim, mostra-se urgente considerar os cães como seres detentores de direitos, e pensar meios para tornar a assistência prestada por eles menos sacrificante e possivelmente menos custosa a seu bem-estar, já que para Broom e Molento (2004) o que influencia mais fortemente o bem-estar da maioria dos animais são as condições a que estão sujeitos durante um maior período de suas vidas. Por exemplo, se as instalações em que vive são inadequadas - o que gera um bem-estar empobrecido- esta é uma situação mais grave do que um episódio doloroso de curta duração, apesar destes geralmente causarem maior impacto e mobilização da população.

Rehn e Keeling (2011) e Konok, Dóka e Miklósi (2011), por sua vez, se dedicaram a estudar os efeitos que a separação de seus donos em intervalos de tempo variados exerce sobre os cães. Metodologicamente, os estudos apresentam particularidades entre si. Rehn e Keeling (2011) coletaram gravações audiovisuais e analisaram três diferentes momentos após o cão ter sido deixado sozinho: meia hora, 2 horas e 4 horas. O ambiente utilizado foi o próprio lar do animal. Já no estudo de Konok et al. (2011), os donos de cães preencheram um questionário acerca do comportamento de separação canino, concomitantemente à observação destes comportamentos por pesquisadores em intervalos que poderiam ser de 1, 3 ou 5 minutos. Para proceder à análise, também foram utilizadas gravações de vídeo.

Rehn e Keeling (2011) inferem que comportamentos de saudação estiveram mais presentes em cães diante de seus donos após períodos longos de separação, sendo então, influenciados pelo tempo. Os achados de Konok et al. (2011) endossam o supracitado, somando a isto o fato de que durante o

período de separação, a atividade do animal diminui progressivamente com o tempo. Não foi possível, apesar disto, concluir se o bem-estar canino foi afetado pelo prolongado período afastado de seu dono (Rehn & Keeling, 2011).

A população canina retratada como questão social

Apesar dos inegáveis benefícios inerentes ao relacionamento homem-cão - como os desfechos positivos para a saúde e o bem-estar de ambos - as questões negativas e conflituosas, bem como formas possíveis para resolvê-las não são negligenciadas por estudiosos que se dedicam a compreensão do envolvimento entre estas espécies.

Mediante o sucesso histórico da interação entre animais e humanos, estes com frequência se veem compelidos a inserir em suas vidas a companhia de “pets”. O vínculo homem-cão, porém, recorrentemente não é acompanhado de responsabilidade humana, a qual, segundo Seixas (2012), deveria ser assumida desde o momento em que o animal passa a viver em sua companhia. A afirmação é embasada, segundo Souza (2011), pelo fato dos cães terem sido transformados em sua natureza primitiva pelo homem, sendo então, de responsabilidade deste oferecer proteção, suprir necessidades básicas e de liberdade e preservar os animais de quaisquer sofrimentos.

Cabe ressaltar aqui a existência de distinções entre os termos “guarda” e “posse” de animais de estimação. Langoni et al. (2011) defendem que o termo “guarda” tem se mostrado mais cabível para referenciar a situação de tomar para si os cuidados de um animal, já que “posse” seria utilizado em menção a objetos, coisas. Neste sentido, dentre as práticas de guarda responsável são apontados cuidados como vacinação, alimentação, segurança, conforto e

castração. A guarda envolve ainda, a responsabilização legal por quaisquer eventualidades causadas pelo animal, seja a bens particulares ou públicos, ou a outros seres de qualquer espécie.

Independentemente do termo empregado para definir a inclusão do cão na vida de humanos - no sentido de se comprometer com seus cuidados - a não assunção desta responsabilidade para com os animais acaba por gerar questões como a propagação de doenças e o excesso de reprodução, mordeduras, acidentes e abandonos em locais públicos (Souza, 2011). Neste contexto, Lunney, Jones, Stiles e Waltner-Toews (2011) se dedicaram à compreensão de conflitos entre humanos e cães em uma cidade da Guatemala. Os autores consideram importante ressaltar a necessidade de entendimento dos fatores de risco associados a estes conflitos a fim de serem adotadas estratégias preventivas de mordeduras e doenças. Além disso, classificam como urgente a compreensão populacional de medidas já implantadas localmente para o controle da população canina. Um meio de propagar informações sobre o tema e intervir sobre as questões seria, para eles, a ampliação de campanhas educacionais e de programas que envolvam clínicas de vacinação. Seriam aumentadas, assim, as possibilidades de agir prudentemente em relação aos cães e de oferecer alternativas ao extermínio rápido destes.

A educação da população para o convívio adequado com animais de estimação é também salientada por González et al. (2012) e Loss et al. (2012). Estes ressaltam o baixo grau de conhecimento de donos de animais em relação a aspectos preventivos e de cuidados de saúde, tais como vacinação, vermifugação e recolhimento de fezes em vias públicas, ou seja, questões que

afetam não apenas os que mantêm contato próximo com o animal, mas a toda sociedade. Endossando o dito baixo conhecimento da população, Carvalho et al. (2011) ressaltam a importância de trabalho permanente de conscientização sobre posse responsável de animais e controle de zoonoses. Assim, a execução de campanhas, grupos de conversa, palestras e debates figuram como auxiliares para o início e manutenção adequados do relacionamento homem-cão.

Langoni et al. (2011), ainda no contexto da educação populacional humana em relação ao trato com animais, investigaram o nível de conhecimento dos moradores de uma cidade brasileira acerca da guarda responsável de cães e gatos. Os achados do estudo indicam que apesar dos indivíduos acreditarem ser importante a criação responsável destes animais, nem sempre medidas neste sentido são adotadas por eles. Além disso, os autores apontam que ainda há muitos tabus em relação a métodos para controle reprodutivo, tais como a castração. Salamanca, Polo e Vargas (2011) endossam esta informação, enquadrando a esterilização cirúrgica como a ação mais impactante de contracepção animal dos programas de saúde pública segundo a população.

Ao se dedicarem ao conhecimento das razões para abandonos de pets nos Estados Unidos, Scarlett, Salman, New e Kass (1999) inferiram 71 motivos para o ato, sendo que quanto a cães, as três justificativas mais utilizadas pelos então donos foram a falta de tempo, problemas pessoais e alergias. Já em relação a Belgrado, na Sérvia, Vučinić et al. (2009) citam mudanças de estilo de vida, novo membro na família, doença do dono, incapacidade de caminhar com o cão, problemas financeiros e casas em condições inadequadas como

razões para abandono de cães no único abrigo do município, com o intuito de que sejam adotados por outrem. Além desta possibilidade, os autores afirmam que o abrigo de Belgrado oferece aos indivíduos a opção de abandonar o animal para que seja eutanasiado.

Orlandi (2011) ressalta a aplicação da eutanásia ainda em muitos Centros de Controle de Zoonoses brasileiros. Neste sentido, Soto, de Souza, Risseto e Lima (2006) apontam que de janeiro a agosto de 2004 em um canil municipal brasileiro, apenas 63 de 620 animais foram adotados, enquanto os demais sofreram eutanásia. Para reversão desta realidade, Orlandi (2011) retoma a indicação de ações como a realização de programas que elucidem a importância da vacinação e esterilização, desencorajem o abandono e incentivem as adoções.

Carvalho et al. (2011) indicam que de cerca de 300 respondentes a uma pesquisa em cidade brasileira, 92,8% concordam que há muitos animais errantes. Destes, 57% relataram se sentir incomodados e 94% mencionaram a adoção como meio de apaziguar o problema. Dilly, da Costa Júnior, Freitas e Frasceschini (2005) reforçam a importância das adoções, apesar de ponderar que apenas elas, junto a campanhas educativas são soluções insuficientes para grandes centros, já que a quantidade de animais soltos é muito alta e seriam precisos muitos lares para acolhê-los. Barrera, Jakovcevic e Bentosela (2008) somam a isto o fator das resistências da população por acatar e recorrer a esta medida. Segundo eles, os abrigos caninos da América Latina em geral, diferentemente do que ocorre em outros países, acabam por se tornar moradias permanentes de cães, já que as adoções são escassas e por ser raro pessoas se aproximarem interessadas em efetua-las.

Comunicação interespecífica entre humanos e cães

Ao voltarmos nossas atenções para outro aspecto do relacionamento homem-cão, é possível verificar que alguns estudiosos têm empreendido esforços para compreensão de aspectos comunicativos entre as espécies. Exemplos disto são a busca e fornecimento de evidências por Howell e Bennett (2011) e Győri, Gácsi, e Miklósi (2010) de que cães se comunicam com humanos utilizando contato de olhos.

Em geral, os estudos acerca da comunicação entre humanos e cães, a espelho dos realizados pelos autores supracitados, explicitam tendência à adoção de métodos de pesquisa empíricos (Marshall-Pescini, Passalacqua, Ferrario, Valsecchi, & Prato-Previde, 2011; Horn, Virányi, Miklósi, Huber & Range, 2012; Merola, Prato-Previde, & Marshall-Pescini, 2011; Mongillo, Bono, Regolin, & Marinelli, 2010; Pongrácz, Molnár, Dóka, & Miklósi, 2011; Pettersson, Kaminski, Herrmann, & Tomasello, 2011; Freitas, Reis, Mizael & Domeniconi, 2012).

Marshall-Pescini et al. (2011), por exemplo, investigaram se cães conseguem distinguir entre humanos generosos e egoístas em relação ao compartilhamento de comida para com eles, tendo como base situações anteriores em que fora necessário pedir alimentos de forma insistente ou não. Foi percebido que os cães são sim, capazes de fazer esta distinção e com isto reproduzir o comportamento de pedir se direcionando mais frequentemente aos humanos do tipo generoso. Horn et al. (2012); Hauser, Comins, Pytka, Cahill e Velez-Calderon (2011) e Freitas, Reis, Mizael e Domeniconi (2012) acrescentam que formas de comunicação humana direcionadas ao cão,

mesmo que de forma sutil como em um balanço de cabeça, parece ter forte influência no comportamento canino.

Em situações em que aparecem mais de um tipo de pista comunicativa como gestos, comandos visuais, olfativos ou vocais - do homem para o cão parece haver proporcionalidade entre a quantidade destas pistas e as habilidades discriminatórias de informações pelo animal (Marshall-Pescini et al., 2011; Mongillo et al., 2010). Merola et al. (2010) relatam que ao se depararem com os tipos de reação emocional de seus donos, os cães interpretam com mais dificuldade expressões vocais e faciais isoladas, em detrimento ao que ocorre quando são adicionados a estes, ações de aproximação ou evitação.

Pongrácz et al. (2011), em contrapartida, se dedicaram a estudar o nível de compreensão humano em relação a sinais vocais emitidos por cães. Para tanto, realizaram comparação entre crianças de idades diferentes (6, 8 e 10 anos) e adultos para verificar a habilidade de distinguir e categorizar latidos gravados em situações diferentes, além da capacidade de relacionar os estados internos expressos em cada latido a expressões faciais humanas. Os achados sugerem que a habilidade de classificar os latidos em relação às situações com exatidão são diretamente proporcionais à idade. Já a habilidade de compreensão básica dos estados internos dos cães em cada tipo de latido estão presentes em humanos muito prematuramente, até mesmo no grupo de crianças mais jovens.

Em suma, este conjunto de achados parece demonstrar grandes e recíprocas habilidades para entender sinais comunicativos tanto de humanos para cães quanto de cães para humanos, quando em relação. Este fato,

segundo Petterson et al. (2011) tende a desencadear maior cooperação e confiança entre as espécies, o que por sua vez, viabiliza a facilitação e estreitamento de vínculos homem-cão.

Capítulo 2 - Convergências e Divergências entre Estudos de Relacionamentos Interpessoal e entre Homens e Cães

Souza e Hutz (2008) se referem ao surgimento do campo de estudos dos relacionamentos sociais e pessoais como um fenômeno de causas múltiplas. Neste contexto, cita primeiramente a insatisfação de pesquisadores nos anos 70 frente a resultados de estudos advindos de laboratórios da área de psicologia, com subsequente demanda de pesquisas mais reais, em ambientes naturais. Teria tido influência neste quadro também, um interesse emergente na época por pesquisas com temas aplicados e práticos, tais como a solidão, violência doméstica, promoção e reparação de relacionamentos. A autora elenca, além disto, uma preocupação relevante com o desenvolvimento humano no decorrer do ciclo vital, sendo então motivadora para os estudos dos relacionamentos em etapas de vida diversas e para a análise do desenvolvimento de relacionamentos de duração longa. Assim, em 1978 teriam surgido as publicações pioneiras acerca dos relacionamentos pessoais.

Garcia (2005) endossando o supracitado menciona que é notável a ocorrência, desde há aproximadamente 40 anos, de um avanço nas pesquisas sobre relacionamento interpessoal, gerado principalmente pela dedicação de estudiosos de orientações teóricas e de disciplinas diversas. Dentre estas, podem ser citadas então: a biologia, psicologia, ciências sociais, estudos de comunicação, educação, direito, economia, história, artes e administração (Garcia, 2005; 2013). Neste sentido, advinda da diversidade de saberes e práticas envolvidas, “uma pluralidade de termos ou conceitos similares é empregada para tratar da relação entre as pessoas, como interações,

relacionamentos, laços, contatos, vínculos, entre outros” (Garcia, 2013, p.7).

Em meio a esta pluralidade de termos e campos de estudos, Enders-Slegers (2000) e Bonas, McNicholas e Collis (2000) ao partirem para análises de relacionamentos entre humanos e cães em comparação ao que se dá com humanos entre si, concordam que ambos apresentam características em comum, o que permite que sejam analisados de formas similares. Apesar disto, Bonas, McNicholas e Collis assim como Merizio e Garcia (2006) concordam que o que os animais trazem para a dinâmica de um relacionamento é inegavelmente diferente do trazido por humanos. Os últimos dão conta, então, de que o arcabouço conceitual para lidar com o comportamento social de animais é distinto do utilizado para compreensão de relações humanas, o que pode ser parcialmente resolvido mediante aproximação dos conhecimentos acerca do comportamento animal e os estudos de Psicologia social, a exemplo dos realizados por Robert Hinde (1979; 1987; 1997), autor de destaque na área do Relacionamento Interpessoal.

Assim, neste contexto de aproximações possíveis e distinções inegáveis entre os relacionamentos homem-homem e homem-cão, cabe aqui ressaltar algumas ideias e contribuições de Hinde (1979; 1987; 1997) para os estudos dos relacionamentos:

O autor parte do comportamento cotidiano para uma ciência do relacionamento interpessoal, procedendo para tanto a uma análise do comportamento social em diferentes níveis de complexidade, a saber: os processos psicológicos envolvidos, o comportamento individual, as interações, os relacionamentos, os grupos sociais e a sociedade. Fala também na existência de relações dialéticas entre estes níveis e destes com a estrutura

sociocultural e o ambiente físico (Garcia & Ventorini, 2005), o que ilustra em seu livro “Relationships: A Dialectical Perspective” com a estrutura a seguir (Hinde, 1997, frontispício):

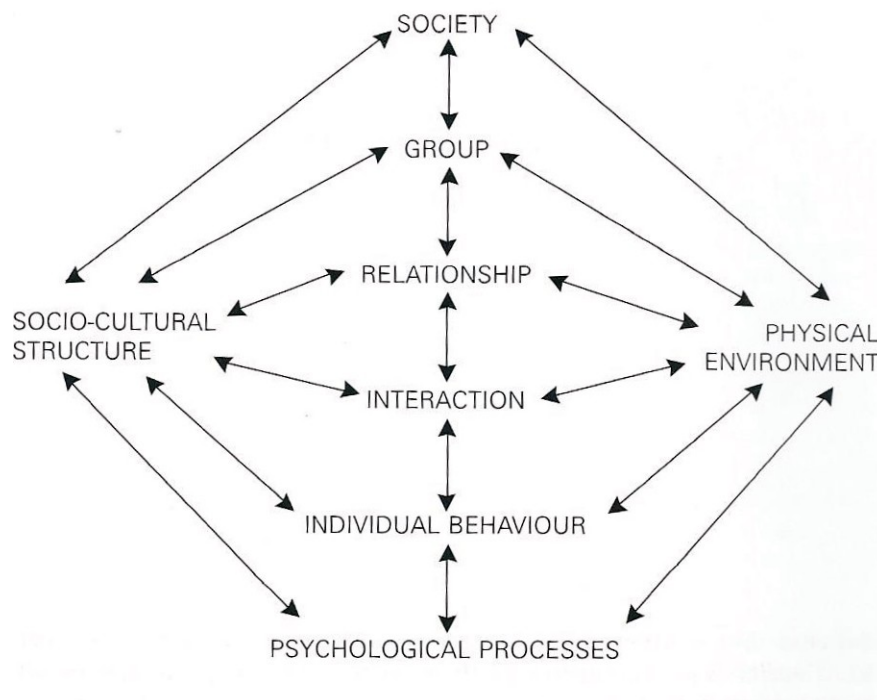


Figura 1. Níveis de complexidade do comportamento social. Fonte: Hinde, R. A. (1997). *Relationships: a dialectical perspective*. Hove: Psychology Press.

Segundo Hinde (1997), então, cada um dos níveis acima representados está em processos contínuos de criação, degradação e alteração, através das relações dinâmicas e dialéticas que os envolvem. Sendo assim, os relacionamentos continuamente influenciam e são influenciados pelas interações que o compõem. Estas, por sua vez, influenciam e são influenciadas por cada um dos participantes envolvidos e por seus processos psicológicos, pela estrutura sociocultural de valores, crenças, instituições, por características dos grupos e da sociedade em que se inserem, e assim por diante. Sob este prisma, Garcia e Ventorini (2005) relacionam o esquema supracitado a uma

“abordagem de sistemas” para o estudo dos relacionamentos interpessoais.

Assim, adotando a ideia de níveis de complexidade social proposta por Hinde (1997), sendo eles: interações, relacionamentos, grupos e estrutura sociocultural, é sabido que os primeiros envolvem intercâmbios limitados no tempo. Relacionamentos, por sua vez, envolvem uma sequência de interações entre indivíduos, sendo por isto, mais expandidos cronologicamente. Salvas as distinções, há nos dois níveis de complexidade um grande envolvimento de forças subjetivas como esperanças, atitudes, expectativas e emoções. É cabível então, mencionar que a esta série de fatores se devem os seguintes fatos: são as interações e os relacionamentos mais do que meros comportamentos; e os relacionamentos podem continuar mesmo na ausência dos intercâmbios que caracterizam as interações (Garcia & Ventrone, 2005).

Hinde (1997) considera que relacionamentos comportam trocas, ou seja, um “dar e receber” que ocorre tanto em via de reciprocidade quanto de complementariedade. No primeiro caso, os envolvidos se mostram atraídos mutuamente por semelhanças que dizem respeito a uma variedade de características. Aqui, o autor pontua que um grau de dissimilaridade também pode ser atraente. Com isto, a complementariedade entra em cena, já que neste caso os indivíduos parecem ser atraídos por quem apresenta características que faltam a si.

Além disto, relacionamentos abrangem aspectos como conflito e poder, intimidade em graus variados, percepção interpessoal, satisfação, compromisso e autonomia, todos ressaltados em suas importâncias na obra de Hinde (1997). Tendo em vista, então, esta série de características, é justificável o empréstimo prioritário do termo “relacionamento” neste trabalho para

referenciar o envolvimento entre humanos e cães, à semelhança do que é feito em relação a relacionamentos familiares e amorosos, por exemplo.

Indo além, Hinde (1997) considera o dinamismo uma característica de todos os níveis de complexidade do comportamento social, aos quais se incluem os relacionamentos. Casado (2012), endossando o mencionado, afirma que as configurações relacionais estabelecidas por cada indivíduo estão em constante evolução ao longo do tempo, o que está ligado ao frequente rompimento de vínculos antigos e o surgimento de novos.

Neste panorama, Hinde (1997) avalia como pouco indicado realizar generalizações amplas a respeito dos relacionamentos, sendo possível, apesar disto, inferir tendências próprias a cada estágio do seu percurso. Assim, são mencionados quatro estágios mais ou menos comuns: início, crescimento e fortalecimento, manutenção e declínio dos relacionamentos. No estágio inicial estão envolvidos aspectos como a atração, a primeira impressão e a vontade de dar início a um relacionamento. O estágio seguinte representa um passo adiante e envolve a identificação entre os parceiros, o fortalecimento do vínculo, a confiança, os tabus, entre outros aspectos. Ao estágio de manutenção, são englobados a valorização do parceiro, a estabilidade, estratégias de manutenção, ajustes ou término. Este último aspecto, por sua vez, já abre espaço ao chamado quarto estágio dos relacionamentos interpessoais, a saber: o do declínio e dissolução dos mesmos.

Somando-se aos estágios dos relacionamentos e à dita abordagem de sistemas, segundo a qual os relacionamentos estão envolvidos em níveis de complexidade diversos, sendo, portanto, influenciados por aspectos que vão desde o individual ao social, faz-se mister explorar aqui outro ponto crucial da

teoria de Hinde (1979;1987;1997): a importância de uma base de descrição e classificação consistente. Essencialmente, a descrição - procedida para cada nível de complexidade - deve ser seletiva e incompleta, em consideração à natureza dinâmica e dialética dos relacionamentos, que suporta alterações no decorrer tanto do tempo - o que justifica que a descrição se refira a apenas um período limitado - quanto dos contextos, o que Hinde exemplifica do seguinte modo:

um casal heterossexual pode se comportar de maneira muito diferente quando está sozinho, quando está com a família dela e quando está com a dele. Na verdade, eles podem se sentir de forma diferente e cada um pode ter considerações sobre a família do outro que não são compartilhadas (Hinde, 1997, p.52).

Hinde (1997) indica, então, que indivíduos se comportam de forma diferente de acordo com quem está se envolvendo. Além disto, destaca que “características individuais afetam a natureza e o curso dos relacionamentos, e os relacionamentos afetam as características individuais” (p.288), novamente enfatizando o caráter dialético que perpassa os relacionamentos.

Mediante o esforço para descrever e classificar os relacionamentos, Hinde pontua em sua obra de 1979 que deveriam ser consideradas: características das interações que os constituem, aspectos que os caracterizam como trocas e o grau de proximidade e intimidade que o permeia. Inicialmente, então, os relacionamentos deveriam ser caracterizados de acordo com o conteúdo das interações (o que os indivíduos fazem juntos). A seguir, a qualidade das interações deveria ser colocada em xeque através de levantamento de “como” o que as pessoas fazem juntas se dá. Posterior a isto,

o autor considera importante levar em conta a frequência relativa de modos diferentes de interações e a forma com que se dão no tempo de relacionamento. Adiciona ainda aspectos de complementariedade e similaridade, bem como propriedades do relacionamento como um todo, intimidade, compromisso e percepção interpessoal (Garcia & Ventorini, 2005).

Ao longo de suas produções seguintes (1989; 1997), Hinde aperfeiçoa e expande suas questões metodológicas. Assim, no último livro apresenta uma estrutura composta por quatro estágios analíticos que recorrentemente se sobrepõem, dado que relacionamentos são processos. São eles: descrição dos fenômenos, de forma a facilitar a identificação de diferenças entre os relacionamentos; discussão de processos subjacentes; reconhecimento de limitações da relevância da descrição em diversos tipos de relacionamentos; e ressíntese.

Capítulo 3 - A População em Situação de Rua no Brasil

O estabelecimento de rotinas em logradouros públicos como ruas, praças e jardins, que à primeira vista caracteriza a chamada população em situação de rua, é reconhecido pela literatura corrente como um fenômeno de causas e determinações múltiplas, que envolve contextos e justificativas variadas, a depender de quem a vivencia. Então, dentre esta multiplicidade de determinações e causas de nuances singularizadas, revelam-se: fatores estruturais como a falta de trabalho e renda; ausência de moradia ou alterações econômicas impactantes socialmente; fatores da natureza como terremotos e inundações; e fatores biográficos como o consumo de álcool e drogas, roubo de bens, doença mental, morte de muitos membros da família ou rompimento do vínculo familiar (Silva, 2006).

Silva (2006) pondera que os fatores supracitados tomados um a um não são de todo determinantes para a assunção de rotinas e modos de vida “de rua”. Além disso, a este movimento de estabelecer-se em locais públicos, próprio do fenômeno da população em situação de rua, são relacionadas características peculiares a locais e épocas específicas. Por se tratar de um fenômeno bastante antigo, em um panorama histórico, há relatos da existência de moradores de rua já na antiguidade greco-romana. Quanto à Idade Média, é possível encontrar publicações que dão conta de condição “pessoas em situação de rua” como uma profissão. Na Era Industrial, por sua vez, é reconhecida uma forte pressão social propagadora de atividades de mendicância e vagabundagem (Costa, 2005).

Quanto ao Brasil, estudos sobre aspectos da população em situação de rua anteriores à década de 1990 são pouco acessíveis. Já acerca de períodos posteriores, é possível ter acesso mais facilitado a publicações pertinentes tanto ao desencadeamento do fenômeno quanto a iniciativas adotadas para lidar com o quadro em algumas localidades do país. A partir de análise deste material, torna-se inegável a enorme proporção tomada desde então pelo fenômeno, que é tido como reflexo de alterações geradas pelo capitalismo, seja em âmbito global, a partir dos anos 1970, seja em âmbito nacional, mais expressivo a partir da segunda metade dos anos 1990 (Silva, 2006).

Estruturalmente, é relacionada ao mercado de trabalho brasileiro na década de 1990, grande diminuição de vagas de trabalho nas indústrias, que se encontravam decadentes devido às formas de trabalho precárias e ao pauperismo. Soma-se a isto o aumento significativo, no período, da superpopulação brasileira e mundial. Enquadra-se aí, então, como resultado destes fatores alarmantes e precarizantes, a grande expansão numérica da população em situação de rua (Silva, 2006).

O apanhado de informações de caráter retrospectivo supracitado torna explícito o fato do crescimento do fenômeno da população em situação de rua no Brasil se relacionar, em anos recentes, às transformações dos modos de vida que se mesclam às transformações no mundo do trabalho. Neste sentido, Valencio et al. (2008, p.570) afirmam que:

há uma tendência de elevação da população em situação de rua, uma vez que a vida coletiva e a vida privada entremeiam-se na lógica de mercado, transformando os bens e serviços indispensáveis à

reprodução familiar em mercadoria: habitação, educação, saúde, alimentação, água, energia. As políticas públicas, por seu turno, não se impõem para integrar os agentes econômicos e sociais numa outra racionalidade, pautada nos direitos da pessoa humana. Disso resultam processos de penúria e de degradação social que culminam na situação de rua que, no caso brasileiro, deve ser visto menos do que uma escolha do indivíduo e mais como um drama coletivo desenhado pela acelerada desconstrução de nexos no viver urbano e rural.

Para além disso, é recorrente o questionamento sobre quem está de fato incluso neste grupo populacional. Lovisi (2000), neste sentido, revela que a conceituação e o levantamento numérico variam de acordo com os órgãos interessados. Sendo assim, enquanto grupos que se voltam a trabalhos voluntários com estas pessoas tendem a ampliar o conceito de população em situação de rua, agências do governo apresentam tendência a empregar definição mais limitada, acarretando em discrepância na contagem geral de indivíduos nesta situação. Neste contexto de diferenças quantitativas, Kunz (2012) dá conta de que segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), ou seja, sob um ponto de vista governamental, havia no período de 2007 a 2008 cerca de 32.000 habitantes em situação de rua no Brasil, enquanto o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) amplia a estimativa para cerca de 50.000 pessoas.

Neste contexto de inclusão/exclusão de indivíduos na categoria, Vieira, Bezerra e Rosa (2004), ao estudarem os casos de pessoas que estabelecem suas rotinas nas ruas de modos diversos, propõem três estados de permanência, os quais seguem um *continuum*, considerando o tempo de

estadia na rua como determinante. Logo, “o que diferencia essas situações é o grau maior ou menor de inserção no mundo da rua” (p.94). Assim, os estados seguem de ficar na rua a ser da rua, passando pela situação intermediária, estar na rua. A tabela formulada pelas autoras (p.95) ilustra o mencionado, com a adição de características de moradia, trabalho e grupo de referência:

Tabela 1

Esquema das Situações de Permanência na Rua

	FICAR NA RUA	ESTAR NA RUA	SER DA RUA
Moradia	pensões, albergues, alojamentos (eventualmente rua)	rua,albergues,pensões (alternadamente)	rua, mocós (eventualmente albergues, pensões)
Trabalho	construção civil, empresas de conservação e vigilância	bicos na construção civil, ajudante geral, encartador de jornal,catador de papel.	bicos, especialmente de catador de papel, guardador de carros, encartador de jornal.
Grupo de referência	companheiros de trabalho, parentes.	companheiros de rua e de trabalho.	grupos de rua.

Nota. Fonte: Vieira, M. A. C., Bezerra, E. M. R., & Rosa, C. M. M. (2004). *População de rua: quem é, como vive, como é vista* (3a ed.). São Paulo, SP: Hucitec.

Ficar na rua, então, segundo Vieira, Bezerra e Rosa (2004), diz respeito ao estado vivido por aqueles que não têm recursos para custear pensão e não conseguem vaga em albergues. Podem estar nesta situação devido a desemprego ou por terem vindo de outra cidade e não conseguido se estabelecer com emprego e moradia. Geralmente sentem-se amedrontados em dormir na rua e procuram serviços sociais e empregos ou bicos para custear seus gastos. Apresentam rejeição ao estereótipo de morador de rua, afastando-se dele.

Estar na rua sugere a situação dos que a tem como opção de local para

pernoitar, já não apresentando por ela tanto temor quando comparada à situação “ficar na rua”. Buscam se relacionar com outras pessoas da rua, além de procurarem outras formas para se manter, como realizando bicos ou outros empregos. Passam a frequentar locais onde são distribuídos alimentos e instituições de assistência. O modo pelo qual geralmente buscam se distanciar e diferenciar dos moradores de rua é se apresentando como trabalhadores desempregados (Vieira, Bezerra & Rosa, 2004).

Ainda segundo Vieira, Bezerra e Rosa (2004), ser da rua diz respeito aos casos em que o tempo de permanência no local é maior, tornando mais difícil a ocorrência de situações como o retorno ao lugar de origem, a conquista de um emprego ou a constituição de uma família. A pessoa nesta situação passa por um processo de enfraquecimento físico e mental devido à insalubridade a qual fica exposta. Muitas vezes para conseguir um emprego, o indivíduo faz uso do discurso do “trabalhador desempregado que perdeu os documentos” (p.95). A rua se torna para essas pessoas moradia quase definitiva.

Carneiro et al. (1998) endossam a relevância da categorização supracitada ao julgarem que ela permite maior elucidação do fenômeno da população em situação de rua. Isto ocorreria, segundo os autores, pelas possibilidades de instrumentalizar o reconhecimento de necessidades variadas dentre o grupo populacional em geral e de dar suporte à operacionalização de medidas mais cabíveis ao estabelecimento de políticas públicas adequadas a cada uma das categorias. Seria levada em conta, então, a existência de um grande leque de realidades que impossibilita tomar a população em situação de rua como um grupo homogêneo.

A heterogeneidade de características apresentadas pela população em situação de rua é ressaltada com constância em estudos que a tem como foco (Silva, 2006; Lima & Moreira, 2010; Valêncio et al, 2008; Varanda & Adorno, 2004; Kunz, 2012;). Neste sentido, Lima e Moreira (2010, p.18) consideram que:

Pensar essa população é pensar uma categoria social que tem por característica básica a multidimensionalidade, isto é, várias facetas de uma só realidade. Nesse sentido, a rua abriga uma diversidade de histórias de vida difícil de ser observada de um só ângulo [...] De maneira geral, observa-se nas grandes cidades do país, e mesmo em outros países, uma população flutuante que pernoita em vários locais e que são consideradas pessoas em situação de rua.

Kunz (2012) acrescenta que há entre esses indivíduos de características diversas, catadores de materiais recicláveis, flanelinhas, malabares, egressos do sistema prisional, pessoas em sofrimento psíquico e pedintes. Sobre estes últimos, Varanda e Adorno (2004) mencionam que apesar de ainda se tratar de concepção muito incutida no imaginário social, o termo tende ao desuso, haja vista sua não correspondência com as características gerais da população em situação de rua. Dados do MDS (2009) comprovam este fato, já que na contramão de uma ideia comumente difundida, apenas 15,7% da população em situação de rua participante de pesquisa entre os anos de 2007 e 2008 tinham como fonte de renda o pedir dinheiro.

A mencionada discrepância entre a concepção corrente da sociedade em geral e a realidade da população em situação de rua em relação a sua ocupação, vem demonstrar, em certo grau, o fracasso social ao buscar agrupar, padronizar e estigmatizar práticas diferentes das suas e diversas entre si.

Sobre isto, Kunz (2012, p.28) é conclusiva ao afirmar que: “apesar das insistentes tentativas, a estratégia de modelar os modos de vida do povo da rua têm demonstrado sua ineficácia. A população de rua tem costumes muito similares, mas também muito heterogêneos, com regras, rotinas, trajetos e expressões”.

Valencio et al. (2008) relacionam o quadro social problemático supracitado à visão difundida na população em geral de que a população de rua seria merecedora de aniquilamento e exclusão, já que sua fragilidade psicossocial e sua decadência material seria tida como falha de caráter grave. Então, na concepção dos cidadãos, estes sujeitos excluídos fazem parte de um grupo de conviventes incômodos, relacionados a um imaginário de ameaças ao supostamente adquirido.

Tecnicamente, a população em situação de rua é descrita no decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009, conhecido por Política Nacional para População em Situação de Rua, como:

grupo populacional heterogêneo que possuem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009,p.1).

Além de delimitar os indivíduos incluídos no grupo populacional em situação de rua, o decreto supracitado representa um marco legal ao instituir a

Política Nacional para a População em Situação de Rua. Para Gomes e Santos (2014), o desígnio foi um passo expressivo rumo à consolidação e reconhecimento de direitos sociais e individuais dos componentes deste grupo. Kunz (2012), por sua vez, recorda que anteriormente ao decreto, a população de rua já tinha seus direitos teoricamente resguardados pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica de Assistência (LOAS) e pela Política Nacional de Assistência Social.

A Constituição Federal de 1988, neste contexto, veio a considerar os direitos sociais como fundamentais a todos os cidadãos independente de características como credo, sexo, renda, classe social ou condições de moradia. A Lei Orgânica da Assistência, por sua vez, reconhece a Assistência como política pública, pela qual o responsável é o Estado, além de regulamentar os artigos da Constituição Federal. Por fim, a implantação da Política Nacional de Assistência Social- PNAS/2004 e da Norma Operacional Básica- NOB/SUAS-2005 veio a consolidar a gestão compartilhada entre os três entes federados (Kunz, 2012).

Teoricamente, então, a detenção de direitos pela população de rua, bem como por qualquer outro cidadão é referida desde a Constituição de 1988. Na prática, porém, é evidente a negligência desta realidade legal, com o recorrente tolhimento dos direitos da população em situação de rua por setores, grupos ou políticas diversas. Neste sentido, Kunz (2012) concorda com Gomes e Santos (2014) ao se referirem ao decreto n. 7.053 (Brasil, 2009) como um suposto ganho, já que se relaciona à proposta de acompanhar e monitorar vários direitos deste grupo populacional garantidos por leis. As autoras, entretanto, também se posicionam de modo consonante ao afirmarem que nos últimos

anos poucos passos foram dados a caminho da concretização dos preceitos do decreto lei, sendo a realidade da população em situação de rua repleta de violações.

Reflexo da pouca atenção dispensada à população em situação de rua em suas particularidades é a escassez de pesquisas acadêmicas que se voltem especificamente aos modos e práticas de vida destas pessoas, os quais tendem, portanto, a cair na obscuridade (Kunz,2012). Além disto, é significativa a não inclusão desta população nos censos demográficos brasileiros, haja vista que os levantamentos de dados ocorrem essencialmente com base em domicílios (Gomes & Santos, 2014), o que dá margens a uma compreensão de anulação das pessoas em situação de rua como viventes. Para Kunz (2012), esta precariedade de informações e dados faz emergir uma concepção de indivíduos sem “eira nem beira” (p.22), tendo em vista a relação que estabelecem com o Estado e o lugar que ocupam na pólis.

Para além disto, grupos de pessoas em situação de rua têm se posicionado politicamente e buscado se organizar e reivindicar ao assistencialismo corrente através do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, que forma comissões em diversos estados brasileiros como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará, Brasília e Espírito Santo (Kunz, 2012). Para Gomes e Santos (2014), o movimento, surgido no ano de 2005, tem se fortalecido e obtido méritos em relação a espaço na elaboração de políticas públicas favoráveis ao grupo populacional e ao atendimento de direitos básicos antes ignorados. Apesar disto, as autoras ponderam que a participação da população de rua em movimentos sociais como este é ainda muito restrita, com concentração

expressiva das mobilizações em grandes cidades brasileiras.

Ainda acerca da pouca participação em movimentos sociais ou associações, o MDS (2009) aponta que somente 2,9% de cerca de 30.000 pessoas em situação de rua confirmaram algum nível de engajamento. Este índice compõe, junto a uma série de outros dados e percentuais, um trabalho ao qual Kunz (2012) se refere como uma tentativa do poder público de mapear a população de rua brasileira, tendo em vista a impossibilidade de retirar estas vidas dos cenários das cidades. Assim, em união com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o MDS realizou o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, entre outubro de 2007 e janeiro de 2008 (MDS, 2009).

Na pesquisa nacional foram incluídos 71 municípios, sendo 23 capitais e os demais 48 com populações iguais ou maiores que 300 mil habitantes. Anteriormente a sua realização, porém, alguns municípios como São Paulo, Belo Horizonte e Recife já procediam a seus próprios levantamentos. Além disto, Porto Alegre iniciava seu censo de população em situação de rua em período concomitante ao nacional, o que resultou na exclusão deste grupo de municípios dos procedimentos relativos ao I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2009). Costa (2005), então, reflete sobre estas exclusões e seus efeitos quando a intenção é fazer inferências acerca da realidade em todo o Brasil, já que para ele os levantamentos locais teriam como propósito primordial considerar isoladamente aspectos das realidades de suas próprias populações de rua.

Conforme o censo nacional foram identificadas 31.922 pessoas em situação de rua, o que na época representava 0,061% da população dos

municípios envolvidos (conforme exposto na Tabela 1). Para figurar como participante da pesquisa impunha-se o critério de ter ao menos 18 anos de idade na ocasião da entrevista. Sobre o aspecto etário, então, inferiu-se que cerca de 53% dos indivíduos tinham entre 25 e 44 anos. Diante da expansão da faixa etária para o intervalo entre 25 e 54 anos, este índice tornou-se ainda mais representativo, atingindo 69,5% (MDS, 2009).

Além disso, a pesquisa revelou que os indivíduos abordados eram majoritariamente homens (82%) e negros (67%). Sobre este último aspecto (raça/cor), vale ressaltar que 39,1% dos entrevistados se declararam pardos, 29,5% brancos e 27,9% pretos. À classificação “negro” cabe a resultante das somas de auto declarações como pardos e pretos, à semelhança do que é adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Oliveira, 2004). Nestes termos, o percentual de negros é considerado elevado entre a população em situação de rua, haja visto que o Censo Demográfico de 2000 havia mencionado a existência de 44,6% de pessoas desta cor/raça entre a população em geral (MDS, 2009).

Quanto à escolaridade, os cerca de 32.000 indivíduos envolvidos no estudo foram distribuídos e relacionados às seguintes porcentagens: 63,5% não havia concluído o primeiro grau; 17,1% não sabiam ler e escrever e 8,3% somente assinavam o próprio nome. Além disso, 95% afirmaram não estudar e somente 3,8% disseram, na ocasião da entrevista, fazer algum curso, sendo 2,1% de ensino formal e 1,7% de ensino profissionalizante. Sobre a realização de trabalho remunerado, 70,9% das pessoas afirmaram se ocupar de atividades como: catador de material reciclável (27,5%), flanelinha (14,1%), trabalhos na construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador.

Como mencionado anteriormente, então, é evidenciada aqui a baixa proporção (15,7%) de indivíduos que dedicam suas sobrevivências ao ato de pedir dinheiro (MDS, 2009).

Já as razões relatadas pelos entrevistados para passarem a estabelecer suas rotinas majoritariamente nas ruas foram: o alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Em menção as suas relevâncias, ao menos uma destas três justificativas esteve presente na maioria dos relatos (71,3%). Além disto, muitas pessoas correlacionaram mais de um motivo ou estabeleceram uma relação causal entre eles, o que corrobora com as já mencionadas ideias de Silva (2006), segundo as quais o fenômeno da população de rua se liga a determinações múltiplas. Sendo assim, já imersos nos contextos de vida nas ruas, 46,5% dos entrevistados disseram preferir a rua propriamente como local para dormir, enquanto 43,8% afirmaram dar preferência aos albergues (MDS, 2009).

Conclusivamente, o MDS (2012) afirma, com base nos resultados da pesquisa supracitada que:

Os dados coletados evidenciaram a configuração de um novo perfil entre a população em situação de rua, distinto daquele presente na percepção do senso comum e também distinto do perfil tradicionalmente indicado pela literatura especializada. Trata-se do trabalhador pobre e sem uma moradia convencional. É provável que tenha ocorrido o alargamento da base constituinte da população em situação de rua com a emergência desse novo perfil (p.99).

Sobre isto, vale ainda ressaltar o mencionado por um representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em julho de 2014

no município de Serra-ES, durante o “I Seminário Municipal da Rede Intersetorial de Atendimento à População em Situação de Rua”. Segundo ele, apesar do quantitativo exposto pelo I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2009) não mais representar a realidade atual, haja vista o tempo transcorrido desde então, é possível afirmar que as características desta população permaneçam praticamente inalteradas (Prefeitura da Serra, Comunicação Pessoal durante o I Seminário Municipal da Rede Intersetorial de Atendimento à População em Situação de Rua, 20 e 21 de agosto, 2014).

Por fim, não minimizando a importância do retratado acerca da população de rua do Brasil como um todo, é preciso ter em vista as grandes dimensões geográficas e as importantes singularidades territoriais, culturais e econômicas presentes no Estado brasileiro. Isto faz com que a população em geral - que inclui, portanto, a de rua - de diferentes regiões, estados e localidades, possam apresentar realidades diversas e questões que requerem soluções adaptadas para tal. Sendo assim, não perdendo de vista o panorama nacional, a seguir será destacada a realidade da região metropolitana de Vitória - Espírito Santo, contexto do presente trabalho.

A população em situação de rua de municípios que compõe a Região

Metropolitana da Grande Vitória

A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) no Espírito Santo é constituída pelos municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória, que compreendem juntos apenas cerca de 5% do território, mas abrigam quase a metade da população capixaba (Prefeitura Municipal de

Vitória, 2008). Sendo assim, haveria no ano de 2008, aproximadamente 1.664.328 habitantes na região, dentre os 3.453.648 de todo o estado.

Considerando estes números estimados pelo IBGE, a tabela 2 – elaborada pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) - expõe a distribuição da população residente dentre os sete municípios em questão, tanto em termos absolutos quanto em percentuais (Intituto Jones dos Santos Neves, 2008):

Tabela 2

População dos municípios da RMGV, participação no total do ES e no total da região – 2008

Município	População	Participação no total do ES - %	Participação no total da RMGV - %
Espírito Santo	3.453.648	100	...
RMGV	1.664.328	48,19	100
Cariacica	362.277	10,49	21,77
Fundão	16.125	0,47	0,97
Guarapari	103.113	2,99	6,20
Serra	397.226	11,50	23,87
Viana	60.191	1,74	3,62
Vila Velha	407.579	11,80	24,49
Vitória	317.817	9,20	19,10

Nota. Fonte: IBGE.

Apesar da inegável importância destes dados, não de ser levados em consideração os métodos aplicados para chegar até eles, os quais definitivamente não abrangem a totalidade da população local. Isto porque, como é comum entre os censos demográficos brasileiros, aqui a contagem fora procedida com base em domicílios, dotando os não domiciliados de invisibilidade, em um processo de inegável apagamento deles dos cenários municipais (Gomes & Santos, 2014).

A despeito disto, a população em situação de rua de quatro dos sete

municípios da RMGV (a saber, Cariacica, Serra, Vila Velha e Vitória) saiu do total apagamento imposto até então pelos censos demográficos, ao participar do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada entre outubro de 2007 e janeiro de 2008 (MDS, 2009). Com isto, foram trazidas à tona informações pertinentes a estas pessoas, para além da hegemonia dos domiciliados.

Resultante desta participação, o fragmento da tabela fornecida pelo MDS (2009) expõe lado a lado, em termos numéricos, a população de rua e o percentual dela dentre o total residente em cada um dos municípios em questão, em um aparente movimento de visibilidade e reconhecimento destas pessoas como também ocupantes e viventes naqueles territórios. Conforme segue:

Tabela 3

Proporção da População em Situação de Rua em Relação à População Total

CIDADE	População Residente (Contagem da População IBGE 2007)	I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua	Percentual de População em Situação de Rua (B/A) *100
CARIACICA	356.536	131	0,037

SERRA	385.370	136	0,035
VILA	398.048	168	0,042
VELHA			
VITÓRIA	314.042	296	0,094

Nota. Adaptado de: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, MDS. (2009). I Censo e Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua- síntese dos resultados. Em J. V. Q. Cunha, & M. Rodrigues (Orgs.), Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (pp.85-111) Brasília: MDS/SAGI/SNAS

A observação destes dados revela haver à época da Pesquisa, mais de 720 pessoas vivendo nas ruas destes quatro municípios. Deste total, uma parcela significativa se encontrava na capital do estado, Vitória, a qual envolve o maior percentual de população de rua em relação à população total do município. Todavia, mesmo diante da relevância desta Pesquisa, têm-se aí informações pouco aprofundadas em termos da RMGV como um todo, até mesmo por não contemplar um espectro amplo de municípios da região.

De toda forma, para além da Pesquisa Nacional, parece comum haver tentativas - geralmente por parte dos serviços municipais ou pesquisadores voltados diretamente à população de rua - de aprofundar informações, quantificar e traçar perfis próprios desta. É neste sentido que Kunz (2012), por exemplo, retorna aos dados do fragmento de tabela exposto acima ao afirmar que não por acaso o município de Vitória é o mais visado pelos que fazem das ruas sua moradia e/ou local prioritário para estabelecer rotinas. Isto porque, segundo ela, no Espírito Santo apenas a prefeitura da capital tem uma rede de atenção a esta população, ainda que, por vezes, frágil e fragilizante.

Sendo assim, Vitória tem se transformado em um polo atrativo, para o qual muitas pessoas se deslocam vindas de municípios vizinhos como Guarapari, Serra, Vila Velha, Cariacica e Viana em busca de oportunidades melhores para manutenção de suas vidas (Kunz,2012).

Além dos que provêm da própria RMGV, Kunz (2012) aponta que em

Vitória é comum a vinda de pessoas de estados como a Bahia e Minas Gerais. De modo semelhante, em Serra, 29,41% da população em situação de rua tem como local de origem a própria RMGV, enquanto 23,53% e 17,65% advém respectivamente de Minas Gerais e Bahia (Prefeitura Municipal da Serra, 2014). Com isto, é trazido à tona um fator relevante acerca das políticas voltadas a esta população: em algumas localidades, o único serviço ofertado pelo poder público às pessoas em situação de rua são passagens para que se dirijam a outras cidades e estados.

Não por acaso, estas vindas em massa acabam por desencadear problemas relacionados ao colapso dos serviços, principalmente da capital, como retratado por Kunz (2012, p. 25):

Buscar atendimento especializado na capital é um dos argumentos utilizados para justificar o que é chamado “inchaço” de pessoas morando nas ruas dos centros urbanos. Em consequência, lida-se com superlotação dos abrigos para população em situação de rua na capital, acarretando sobrecarga de trabalho aos profissionais. Haja vista que os albergues de Vitória encontram-se em sua capacidade máxima para pernoite e migrantes em situação de vulnerabilidade e egressos do sistema prisional chegam todos os dias à cidade.

Indo além, também sobre os ditos levantamentos acerca da população em situação de rua próprios dos municípios da RMGV, há de serem mencionados os dificultores para que se processem, principalmente em relação à quantificações absolutas destas pessoas. Neste sentido, o Serviço Especializado em Abordagem Social (Seas) de Vitória, por exemplo, expõe que uma mesma pessoa pode ser abordada diversas vezes em um mesmo dia, em

regiões diferentes e por equipes de abordagem diversas dentre as sete atuantes na cidade.

Sendo assim, torna-se inviável para o Seas quantificar pessoas individualmente, o que faz com que lidem com número de abordagens realizadas em determinado período. Nestes termos, a tabela a seguir ilustra as abordagens procedidas no decorrer deste ano pelo Serviço, que estruturalmente é subdividido em dois Creas: Bento Ferreira e Centro (Prefeitura Municipal de Vitória, 2014):

Tabela 4

População atendida pelo Seas em 2013

Abordagens	
QUANTITATIVO	SEAS CENTRO
Número de Abordagens Crianças	28
Número de Abordagens Adolescentes	258
Número de Abordagens Adultos	2.819
Número de Abordagens Idosos	85

Nota. Fonte: Serviço Especializado em Abordagem Social (2014). Relatório do Serviço Especializado em Abordagem Social – Seas do município de Vitória, referente a 2013. Comunicação Pessoal.

Apesar da imprecisão numérica enquanto pessoas atendidas, a organização dos dados em grupos etários torna possível inferir que em Vitória, à semelhança do verificável em âmbito nacional (MDS,2009), a quantidade de pessoas adultas é expressivamente grande se comparada aos demais grupos.

Em adição, a Secretaria de Ação Social (Semas) do município de Serra também se apoia nos atendimentos realizados pelo Serviço de Abordagem Social somados aos do Centro-Pop para proceder às suas quantificações. Entretanto aqui, a contagem enfoca os indivíduos propriamente, ainda que também não sem obstáculos, já que a rotatividade e a sazonalidade se fazem

fortemente presentes nos modos de vida da população em situação de rua. Foi neste contexto, então, que a Secretaria chegou ao número de 244 pessoas abrangidas pelos serviços em questão, no período de janeiro a julho de 2014 (Prefeitura da Serra, Comunicação Pessoal durante o I Seminário Municipal da Rede Intersetorial de Atendimento à População em Situação de Rua, 20 e 21 de agosto, 2014).

Ademais, aprofundando as questões concernentes ao perfil da população de rua dos municípios da RMGV, a prevalência de uma população bastante jovem e em idade produtiva se mostra expressiva, ao menos em Serra, Cariacica e Vitória. No primeiro caso, cerca de 45% ocupam a faixa entre 18 e 29 anos, 30% entre 30 e 39 anos, 23,5% entre 40 e 59 anos e apenas 1,5% tem idades superiores a 60 (Prefeitura Municipal de Serra, 2014 – panfleto).

Quanto a Cariacica, dados coletados pela Semas no ano de 2009 deram conta de que 64% das pessoas envolvidas por seus serviços estavam na faixa etária de 18 a 50 anos, e metade destes tinham idades de 18 a 30 anos. Finalmente, em relação a Vitória, Martins e Azevedo (2011) vêm endossar a anterior menção ao predomínio de pessoas adultas e em idade produtiva. Segundo elas, em abril de 2011 a Gerência de Acolhimento e Proteção ao Migrante e População em Situação de Rua (GPR) do município havia atendido 48 pessoas, das quais 62% estavam compreendidas na faixa etária de 18 a 40 anos e apenas 5% tinham idade superior a 60 anos.

Em concordância, Macedo et al. (2011) apontam para o quão jovem é a população de Vitória, e a isto adicionam que: “são pessoas com histórias de família, emprego, estudo, conhecimentos de leitura, escrita, e com visões

críticas sobre os fatos e contextos nos quais estão inseridos” (p.161).

Já no que permeia o grau de escolaridade dos indivíduos em questão, os dados denotam uma carência relevante. Isto porque em Serra, 45% dos entrevistados relatou ter ensino fundamental incompleto, ao passo que apenas 10% o fez em relação ao ensino médio completo (Serra, 2014). Em Cariacica, por sua vez, 18% das pessoas relataram não ter qualquer escolaridade. Já dentre as que disseram ter algum estudo, comparecem as seguintes proporções: 26% cursaram entre a 1ª e 4ª séries, 34% entre a 5ª e a 8ª séries e 11% o ensino fundamental completo (Prefeitura Municipal de Cariacica, 2012).

Indo além, um aspecto comum em levantamentos populacionais se faz especialmente relevante em relação às pessoas em situação de rua: a auto identificação como pertencente a uma cor/raça. Aqui, como em todo o Brasil (MDS, 2009) a maioria se declarou negra (cores preta + parda), o que faz todo o sentido, já que segundo Martins e Azevedo (2011) o viver nas ruas reflete diretamente a exclusão social histórica sofrida pelo negro no Brasil. Assim, em Vitória, Serra e Cariacica, os percentuais dos que se declararam negros foram, respectivamente: 58% (Martins & Azevedo, 2011); 68,75% (Prefeitura Municipal de Serra, 2014- panfleto) e 78% (Cariacica, 2012).

Por fim, cabe ressaltar que apesar da inegável relevância destes levantamentos, não é possível com eles traçar um perfil da população em situação de rua da RMGV como um todo. Isto porque além de não terem sido acessados dados relativos a cada um dos sete municípios que a compõe, os que o foram se apresentam de modos bastante isolados, tendo sido coletados mediante critérios e em épocas distintas. De fato, os levantamentos se fazem importantes para um bom acompanhamento e andamento dos serviços, o que

se liga a seu caráter interno. Entretanto, aqui os mesmos parecem se voltar quase exclusivamente para isto, já que são poucas as publicações neste sentido, o que em partes justifica a escassez – ou no caso de alguns municípios, a inexistência - de dados neste subitem. Sendo assim, fala-se em realidades de pessoas em situação de rua de municípios da RMGV, de modo plural e fragmentado.

Com tudo isto, acena-se para a necessidade de construção de algo singular, que envolva não só levantamentos de dados, mas ações e políticas comuns em se tratando de pessoas em situação de rua, já que a realidade de cada um dos municípios em questão parece refletir sobre os outros, principalmente na capital, superlotada em seus serviços para este público (Kunz,2012).

Capítulo 4 - Relacionamentos (Des)Estabelecidos por Pessoas em Situação de Rua

Não raramente, a situação de rua vivida por inúmeros indivíduos, seja no Brasil ou no mundo, é relacionada pela literatura pertinente ao tema à fragilização ou rompimento de vínculos outrora configurados (Hungaro & Soares, 2009; Kunz, 2012; Nogueira & Oliveira, 2005; Prates, Prates & Machado, 2011; Escorel, 1999; Lemos, 2000).

É comum o encontro com o termo vínculo quando em menção ao vínculo de apego, ressaltado por autores como Ainsworth (citada por Flores, Ibáñez & Félix, 2005) e John Bowlby em suas teorias, as quais comportam categorias diversas como: seguro, ansioso-ambivalente, inseguros-evitativos e ansioso-desorganizado, sempre considerando o par mãe-bebê. Neste sentido, Bussab (2005, p.75), com base nas concepções de Bowlby define o termo da seguinte maneira: “o vínculo do apego é persistente, individualizado, emocionalmente significativo e reflete a atração que um indivíduo tem pelo outro. Está relacionado ao desejo de manter proximidade e contato”.

Não minimizando a importância desta definição, vale ressaltar que no presente trabalho o termo será utilizado como indicativo da existência de algum tipo de relacionamento. Ou ainda conforme Garcia (2013), como um dos termos comumente utilizados para dar conta das relações entre as pessoas.

Então, tendo como foco a população em situação de rua, em geral o interesse paira prioritariamente sobre vínculos próprios aos relacionamentos familiares, tendo em vista a recorrência de seu esfacelamento entre estas pessoas (Kunz, 2012; Frangella, 2004; Hungaro & Soares, 2009; Lima e

Moreira,2009). Com isto, é justificada a seguinte caracterização desta população contida no decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009 (Brasil, 2009, p.1): “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular [...]”.

Pouco parece já ter sido estudado, porém, sobre as circunstâncias e/ou razões destes rompimentos, e em que proporção eles ocorrem como causa ou consequência dos modos de vida adotados ou incorporados por quem agora se encontra na rua. Fala-se em consequência, por exemplo, quando a saída de casa se dá por motivos que não envolvam diretamente a família, tais como a busca por objetivos diversos, o consumo de drogas ou doenças mentais, e acaba por acarretar um afastamento progressivo entre os membros. Pela outra via, Marchi e Salci (2013) apontam que mesmo que o fator causador da condição tenha sido morte de familiares, separação familiar ou drogas – aspectos por eles estudados - o que contribui em definitivo para o ato de ir ou se manter nas ruas é o fato de haver uma perda de vínculos familiares, e com isto, de sua moradia.

Ainda no que concerne ao enfraquecimento ou rompimento da relação familiar como causadora da situação de rua, o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2009) indica que 29,1% dos mais de 30.000 participantes apontaram desavenças com pai, mãe ou irmão como motivadores. Consonantemente, Hungaro e Soares (2009) ao entrevistarem 50 indivíduos em situação de rua de São Paulo - município não participante da pesquisa nacional -, verificaram que 40% deles relacionaram diretamente sua ida às ruas a problemas com a família.

Lima e Moreira (2009) mencionam como desdobramentos do enfraquecimento dos vínculos familiares, um sentido de não pertencimento e desamparo comum entre as pessoas em situação de rua, expressos como um “não ter lugar no mundo”. Rew (2000) acrescenta a isto o risco de desenvolvimento de problemas físicos e de abalos na saúde mental diante do isolamento social e emocional, associados ao estilo de vida assumido por jovens em situação de rua. O autor fala ainda em um recorrente sentimento de solidão, o qual Frangella (2004) considera ser reforçado pela dinâmica dilacerante do viver nas ruas. Nela, o indivíduo acaba por se desvincular gradativamente da família e das solidariedades primárias, na medida em que o tempo de permanência na rua se torna maior.

Christensen (2009) menciona, então, a ocorrência de uma desconexão que envolve não só as redes de relações que definem uma comunidade social, como também uma comunidade de afetos. Apesar disto, Kunz (2012) pondera que estar em situação de rua não envolve necessariamente um rompimento definitivo dos vínculos com a família. Em alguns casos, é mencionado sofrimento de familiares diante da ausência física e das condições de vida de quem está nesta situação, além de abertura para recebê-lo de volta. No mesmo sentido, a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2009) põe em xeque a grande recorrência desse desmantelamento, ao afirmar que 95% dos entrevistados têm parentes na cidade em que vivem ou em outra cidade, e que 40,9% do total de participantes ainda mantêm contato com essas pessoas.

Para além do que permeia os relacionamentos familiares, o rompimento de outros vínculos também comparece na literatura pertinente à população em

situação de rua, ainda que timidamente. Neste sentido, Nogueira e Oliveira (2005) se dedicaram ao estudo de relatos de adolescentes atualmente em situação de rua acerca de amizades na escola, a qual deixaram de frequentar devido às circunstâncias precarizantes, ainda que em alguns casos os estudos não tenham sido interrompidos. Como desdobramentos do afastamento da instituição, as autoras verificaram fortes expressões de saudosismo, alegria e outras manifestações de consideração positiva ao vivido. Sobretudo, elas perceberam que as lembranças de vivência escolar se relacionavam à presença dos amigos, às interações sociais que a escola possibilitava, haja vista que:

os vínculos estabelecidos com os pares são experiências motivacionais de todo adolescente, porém, a valência dessas relações são potencializadas naqueles que vivem ou já viveram uma situação de permanecerem nas ruas, pois as amizades construídas na escola podem ser as relações mais estáveis e de maior continuidade (Nogueira & Oliveira, 2005, p. 202)

Além disto, por vezes a escola representa a única base de segurança nas relações entre pares, diante da fragilização ou inexistência de vínculos familiares e da instabilidade característica das relações estabelecidas nas ruas. No contexto escolar, então, os adolescentes em questão teriam a possibilidade de gozar de estabilidade e continuidade de ações, através da formação de grupos de colegas que vêm a suprir, ao menos em partes, a necessidade de relacionamento e pertencimento, comum a todo ser humano. Sendo assim, romper com a escola significa para muitos destes adolescentes romper com o

único ou mais expressivo vínculo que possuem (Nogueira & Oliveira,2005).

Diante deste quadro, as autoras sugerem o levantamento de possibilidades de manutenção da vida escolar destes adolescentes pela via das relações afetivas e sociais que sustentam seus desejos de estarem especificamente ali. Seria dado assim, um passo rumo a modificações expressivas e em um contexto circular, já que é a escola importante também por seu poder transformador de indicadores sociais alarmantes nos quais estas pessoas estão imersas (Nogueira & Oliveira,2005).

Então, em meio a todo este contexto de esfacelamentos, é possível inferir que as pessoas em situação de rua são limitadas ou isentas de relacionamentos verdadeiramente configurados?

Se tomarmos por base os preceitos de Hinde (1997), um relacionamento envolve uma sequência de interações, ou seja, intercâmbios entre dois indivíduos limitados no tempo. Pela carga de fatores subjetivos como expectativas, emoções e atitudes que os permeiam, é possível afirmar ainda que um relacionamento pode continuar ainda que as interações já não se deem.

De todo modo, grande parte das pessoas em situação de rua parecem não assumir o isolamento como algo próprio do manejo de suas vidas, já que para Kunz (2012,p.35) ““o viver na rua não se garante com práticas de isolamento e sem trocas, faz-se necessário tecer redes de solidariedade. Quem cai na rua não tem como viver sozinho. Para ser aceito “não pode ser um parasita” [...]””. No entanto, Frangella (2004) põe em xeque a estabilidade desses novos vínculos ao afirmar que a formação de grupos de indivíduos em situação de rua é norteadada pela espacialidade e temporalidade que se pautam

na mobilidade contínua e na inconstância. Desta forma, as relações teriam por característica a efemeridade, que acaba por trazer consigo desconfiança e reserva entre os pares. Assumindo a perspectiva adotada por Frangella, então, seria possível dizer que muitas vezes as relações se resumem a interações, relações limitadas no tempo (Hinde, 1997).

Silva (2006), porém, caracteriza a construção de novos vínculos como não menos expressivos que os rompidos ou enfraquecidos na e/ou pela situação de rua. Segundo ele:

a carência material não compreende ausência de vínculos, mas reporta para a invenção de novas conexões de interação no meio público; e para a construção de sistemas de significados que definem papéis, vinculam e constituem agenciamentos coletivos que exploram a rua como um espaço social possível (p.146)

Casado (2012), por sua vez, afirma não ser possível falar em relacionamentos de uma forma geral sem considerar uma constante evolução. Assim, ao longo do tempo são originadas novas configurações, mediante o surgimento de novos vínculos e o esfacelamento de outros. Neste sentido, apesar de formas de ressocialização serem propostas com frequência na literatura (Rew,2000; Nogueira & Oliveira,2005; Christensen,2009; Brasil,2009), parece pouco provável que os indivíduos em situação de rua venham a estabelecer relacionamentos com configurações idênticas aos de quando domiciliados.

Quanto ao supracitado, Kunz (2012) menciona que proporcionalmente aos que permanecem com o vínculo interrompido ou enfraquecido, são poucos os que rompem com o viver nas ruas para fazer o caminho inverso: o de

retorno à moradia anterior. No mesmo sentido, Hungaro e Soares (2009) relatam que 72% de 50 pessoas em situação de rua haviam excluído relações familiares de suas projeções ao serem indagadas sobre como se imaginariam daqui a cinco anos. Enquanto isto, apenas 26% referiu a família em suas perspectivas futuras.

Mesmo dentre os que atingem de fato o restabelecimento do contato com a família ou outros entes, é possível inferir que os relacionamentos já não se dão da mesma forma, haja vista a natureza dinâmica e dialética dos comportamentos sociais proposta por Hinde (1997) em suas produções acerca do relacionamento interpessoal. Conforme esta ciência, os relacionamentos estão a todo tempo suscetíveis a influenciar e ser influenciados pelas interações, as quais por sua vez, estão propensas a influências de processos psicológicos, valores, crenças, instituições, características grupais e sociais, entre outros contextos em que cada um dos participantes está envolvido. Assim, pode-se considerar que durante um processo que envolve ser/estar em situação de rua, diversos destes aspectos são alterados nos pares, o que traz à tona a noção de alteração do relacionamento como um todo.

Diante disto, faz-se mister considerar de perto o que vem sido produzido pela literatura corrente acerca dos relacionamentos ou interações estabelecidas, no presente, por pessoas em situação de rua. A seguir, então, são mencionadas produções que dão conta destas relações, tanto com cães - o qual é o foco deste trabalho -, quanto com outras pessoas, em situação de rua ou não.

Relacionamento interpessoal entre pessoas em situação de rua

Conforme Kunz (2012), a vida na rua não se faz por meio de isolamentos. A formação de agrupamentos de pessoas em situação de rua ocorrem com frequência, geralmente calcados em regras implícitas de convívio. “Dar em cima” da mulher do outro, por exemplo, é ação terminantemente proibida, estando quem a pratica passível de ser punido, até mesmo fisicamente, tanto pelo grupo quanto pelo indivíduo tido como prejudicado. Na ocasião de punição, não ocorrem defesas e interferências, já que todos concordam com a regra de não mexer com a mulher alheia.

Somando-se a estas regras, parece haver entre os membros dos grupos uma solidariedade que faz emergir uma rede de proteção necessária a estes indivíduos vulneráveis a perigos de diversas naturezas. Neste sentido, Kunz (2012,p.107) afirma que “os gestos de solidariedade fazem composição com as regras tecidas na vida nas ruas, pois também acontece entre os irmãos de rua compartilhar alimentos com um camarada ou efetuar trocas de informações que possam trazer benefícios comuns” .

Tanto Santos et al. (2013) quanto Frangella (2004) discorrem sobre aspectos do processo de formação dos mencionados grupos de pessoas em situação de rua. Conforme a primeira:

os agrupamentos são formas de sociabilidade que se moldam à temporalidade e espacialidade marcadas pela mobilidade contínua, pela fluidez e pela inconstância. Eles são definidos em escalas diferentes. Podemos pensar na rede de informações e solidariedade que se faz no próprio ato de conhecer esse circuito novo da rua andando [...] Quanto aos agrupamentos, diferenciam-se de acordo com a dinâmica de

circulação da área em que estão inseridos (p.200).

Então, assim como em Kunz (2012), a solidariedade e a troca de informações compõem como primordiais ao manejo da vida dos componentes de cada agrupamento. Entre cada um destes, por sua vez, a união dos membros não se dá aleatoriamente, mas ocorre baseada em características pessoais comuns, que vão muito além da própria situação de rua, haja vista a heterogeneidade desta população (Lima & Moreira, 2010; Valêncio et al, 2008). Segundo Frangella (2004), há critérios de seleção e distinções, formulados implícita ou explicitamente, geralmente pautados em padrões de classificação da moralidade, nos quais são englobadas qualidades como: decência, trabalho, honestidade e não vadiagem. Sendo assim, a autora relata, acerca de suas pesquisas com pessoas em situação de rua, que “no reforço discursivo dessa moralidade, havia sempre um outro na rua a contrapor-se ao comportamento do falante, como um reforço das marcas distintivas do estigma do morador de rua” (p.203).

Santos et al. (2013), por sua vez, mencionam a recorrência de configurações relacionais hierárquicas entre os membros de grupos de rua já formados. Como exemplo, citam um caso em que os sujeitos se apresentavam como em uma relação familiar, com adoções de papéis bastante definidos. Ali, os chegados há mais tempo apresentavam-se como pais, aqueles que acolhem. Os que chegam juntos seriam os irmãos - expressão já utilizada por Kunz (2012) -, dotados de experiências congruentes em relação ao modo de viver a rua e na rua, enquanto aqueles que aconselhavam os demais seriam os tios.

Indo além, a literatura dá conta de famílias propriamente ditas

constituídas nas ruas, trazendo prioritariamente ao conhecimento dos leitores as dificuldades pertinentes à manutenção destas relações. Neste sentido, Kunz (2012), em menção ao município de Vitória- Espírito Santo, fala da inexistência de serviços de atenção a mulheres grávidas e de albergamentos para mulheres com filhos e/ou famílias. Ao invés disto, os serviços de acolhimento atendem a grupos específicos, sendo exclusivos ou para crianças e adolescentes, ou para adultos. Com isto, os membros de uma mesma família acabam por ser separados em instituições diferentes, o que pode gerar desdobramentos negativos como prejuízos ao desenvolvimento infantil - já inegavelmente limitado pela situação de rua (Swick,2008) - ou rompimentos definitivos de vínculos, diante da impossibilidade de convívio. Sendo assim, famílias que “nascem” na rua estão propensas a um fácil desmantelamento.

Como resistência à separação imposta pelas estruturas institucionais que levam em conta um perfil tradicionalmente construído de pessoa em situação de rua como alguém só, destituído de vínculos, muitas famílias optam por se instalar na própria rua, principalmente embaixo de viadutos. Ali, encontram possibilidades - ainda que em meio a incertezas, por ser “para o controle urbanístico e social, a permanência do modelo familiar impensável nas ruas” (p.199) - de se manterem juntos, perambular menos e sair em busca de suas fontes de subsistência (Frangella, 2004).

Pela mesma via, Frangella (2004) faz apontamentos acerca da manutenção de relacionamentos amorosos de casais em situação de rua, que podem já chegar às ruas juntos ou ali se unir por razões como atração mútua, necessidade de proteção ou carência sexual ou afetiva. A autora endossa o dito por Kunz (2012) acerca do esquema de funcionamento dos serviços de

albergamento como algo problemático e que promove afastamentos, já que estes locais raramente comportam cônjuges. Em geral, a divisão dos quartos coletivos se dá em virtude do gênero, além de ser a prática sexual hetero ou homossexual passível de punição ou até mesmo expulsão. Com isto, é reforçada a ideia de invisibilidade e negação de indivíduos em situação de rua como alguém que detém direitos e, sobretudo aqui, afetos. Na contramão desta concepção, então, Frangella (2004, p.208) afirma que:

Se as imagens ressaltadas sobre e pela população de rua são as figuras solitárias e encalacradas em si mesmas, as maneiras como um casal traz a intimidade e o afeto - aparentemente anestesiados - para o espaço aberto abrem uma perspectiva para compreender melhor os mundos das relações interpessoais.

Diante desta realidade, é verificável, à semelhança do que ocorre com as famílias, uma predileção pela ocupação de espaços públicos, já que na rua os casais encontram com maior facilidade formas de permanecer juntos, ainda que expostos quando em práticas sexuais (Frangella,2004).

Apesar de um aparente exacerbamento de afetos, Frangella (2004) cita outras razões recorrentes - que não o afastamento imposto pela estrutura dos albergues- para rupturas dos laços, já fragilizados pelas circunstâncias, que unem esses casais. Dentre eles: o fracasso na conquista de recursos para sobrevivência, gerando abalos no papel de provedor do homem, com recorrentes adesões ao alcoolismo; e estigmas vinculados à mulher, sendo comum serem vistas de forma ambígua, haja vista que oferecem afeto aos homens, mas estão deslocadas do que é projetado no imaginário destes, que é

o da casa. Com isto, quando há conflitos, estas imagens vêm à tona, podendo a mulher ser deixada de lado diante desta sequência de fatos. Na mesma medida, o homem pode ser deixado de lado caso não cumpra seu papel de protetor ou exerça algum tipo de violência sobre a parceira.

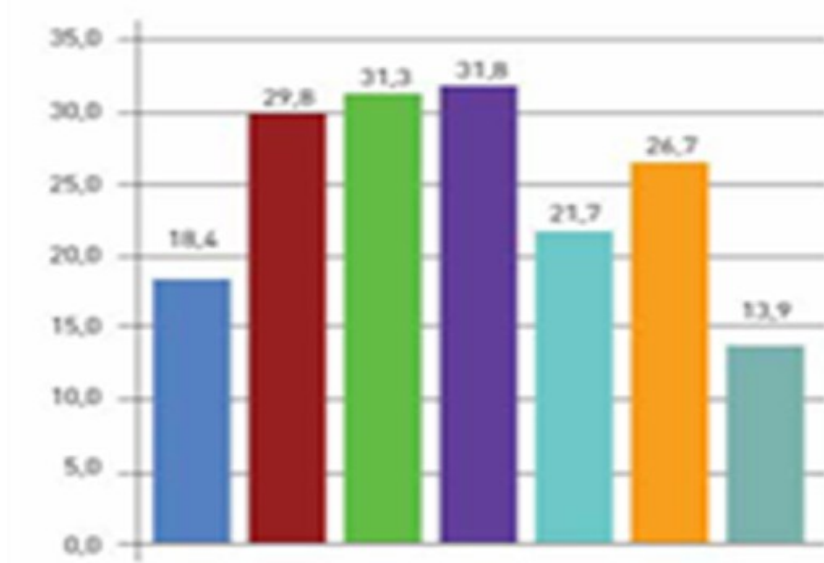
Parece haver, então, uma demarcação clara dos papéis exercidos por cada gênero. Contudo, Frangella (2004) rechaça esta ideia ao afirmar que entre a população em situação de rua as marcações de papéis masculinos e femininos são bastante nubladas, o que é amplificado em relação aos homossexuais, discriminados principalmente pelos homens. Como exemplo da dita marcação pouco precisa de papéis exercidos por cada gênero, Varanda e Adorno (2004) falam sobre a possibilidade de mulheres também sofrerem rejeição por não contribuírem financeiramente com as famílias, o que vem colocar em xeque a função do homem como único provedor.

Em suma, o relacionamento de casais em situação de rua pauta-se, segundo Frangella (2004, p.209) em um eterno “movimento para tentar manter um equilíbrio entre o carinho e a agressão, a fim de assegurar a relação. Porém a tensão cotidiana não demora a quebrar esta aparente harmonia”. Esta tentativa de equilíbrio, todavia, parece perpassar não apenas os relacionamentos amorosos, mas todas as relações estabelecidas no contexto das ruas. Ali, onde a vida não se faz com isolamentos (Kunz,2012), a efemeridade dos espaços ocupados e dos vínculos criados se fazem constantes (Frangella ,2004), fazendo com que as relações adquiram aspectos tão próprios a esta população quanto o viver nas ruas em si, o que exige naturalmente equilíbrios constantes.

Relacionamento interpessoal entre pessoas em situação de rua e domiciliados

Se os espaços das cidades são concomitantemente ocupados por pessoas diversas, dentre as quais viventes em espaços públicos e em domicílios, como se dão os relacionamentos entre estes?

Dentre os dados disponíveis na literatura, é possível verificar que, em geral, o convívio entre pessoas em situação de rua e domiciliados se limita drasticamente a um curto intervalo de tempo, podendo ser considerados, conforme já mencionado, como meras interações (Hinde,1997). Isto porque para Frangella (2004), por exemplo, há entre os cidadãos um forte movimento de negação dos desabrigados, ou seja, daqueles que estão à margem de padrões sociais considerados normais. Reflexo disto é transmitido pelo I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2009, p.98). Nele, são contabilizadas e representadas graficamente as porcentagens de entrevistados que já haviam sofrido impedimentos de entrar em locais e/ou de realizar alguma atividade, conforme segue:



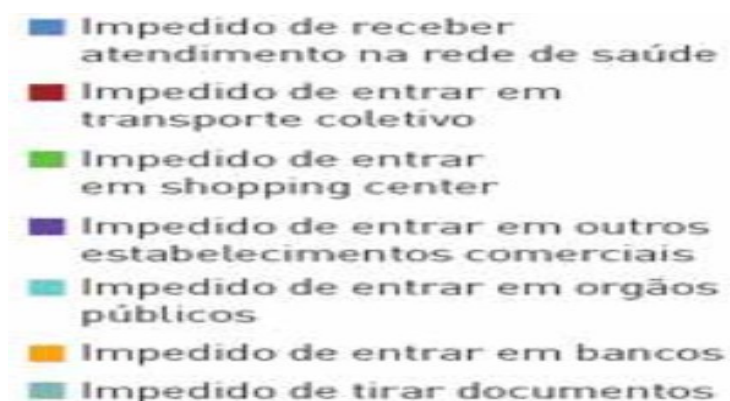


Figura 2. População em situação de rua segundo impedimento de entrar em locais e realizar atividades. Fonte: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, MDS. (2009). I Censo e Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua- síntese dos resultados. Em J. V. Q. Cunha, & M. Rodrigues (Orgs.), *Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua* (pp.85-111) Brasília: MDS/SAGI/SNAS.

É possível verificar impedimentos de acesso a locais e serviços importantes a qualquer indivíduo: transportes coletivos, shoppings centers e outros estabelecimentos comerciais, bancos, retirada de documentação e atendimentos de saúde. Com isto, são abarcados tolhimentos de diversos âmbitos do processo vivente e impulsionador do homem em seu cotidiano, tais como: momentos de lazer, compra de objetos e locomoção; aquisição e posse de documentos, sendo estes instrumentos relevantes ao exercício da cidadania; e recursos para sanar ou prevenir questões relacionadas à saúde, por vezes urgentes ou determinantes para a manutenção e qualidade de vida.

Apesar deste suposto convívio dificultoso e dificultado entre domiciliados e não domiciliados, Kunz (2012, p.34) pondera que: “é necessário salientar que há moradores de rua que estabelecem relações de proximidade com os demais moradores da cidade, e é com estas redes que também vão tecendo os cuidados com a vida”. A autora, portanto, dá mostras da existência -

ainda que por vezes bastante discreta - de relacionamentos entre população em situação de rua e domiciliados em que os primeiros são visíveis aos outros sem que seja um incômodo o requisito único e primordial para tanto. Como exemplo disto, cita casos em que os indivíduos de rua recorrem e podem contar com o auxílio de domiciliados conhecidos ou de comerciantes diante de problemas de saúde.

Ademais, o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2009) fornece dados acerca da qualidade de relacionamentos interpessoais destas pessoas quando os domiciliados em questão são seus próprios parentes ou familiares. Mediante exclusões de menções a famílias estabelecidas já em situação de rua, 40,9% do total de entrevistados afirmou manter algum tipo de relacionamento familiar, sendo que destes 39,2% o consideram bom ou muito bom, enquanto 29,3% o julgam ruim ou péssimo.

Relacionamentos entre pessoas em situação de rua e cães

O interesse pelo relacionamento entre humanos e cães tem sido crescentemente refletido em produções científicas. Apesar disto, são ainda incipientes no contexto latino-americano e, por conseguinte, no brasileiro (Cunha & Garcia, 2013), onde a população de animais de estimação cresce cerca de 5% ao ano. Neste contexto, havia em 2013 no país, 106,2 milhões de pets, o que o fez ocupar a quarta posição mundial neste quesito. Além disto, no mesmo ano o mercado de produtos pet movimentou cerca de R\$15,4 bilhões, o que representou 0,34% do PIB brasileiro. Em 2012, estes gastos já haviam representado 0,32% do PIB nacional, o que superou investimentos em bens

como geladeira, freezers, componentes eletrônicos e elétricos e automação industrial (Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação, 2013). Os dados demonstram a rentabilidade e expressividade econômica de produtos e serviços que envolvem pets, como cães e gatos.

Tesche, Cunha e Ciscon-Evangelista (2011) mencionam que atualmente é comum tomarmos conhecimento de festas de aniversário, spas, roupas de grife e outros itens voltados ao público pet, principalmente da espécie canina, o que por vezes a leva a receber o título de “animais da burguesia”. Afonso, Berdasco, Medeiros e Rejowski (2008) acrescentam que cada vez mais pessoas optam por levar animais em viagens turísticas, o que demanda a criação e implantação de serviços de turismo e hotelaria voltados para esta realidade, com a inclusão do pet nas atividades e programações. Segundo os autores, a rentabilidade alta destes serviços se deve ao fato de se tratar de campo ainda pouco explorado e que exige pouco investimento inicial.

Neste contexto, Martins, Mohamed, Guimarães, Barros, Pampuch, Svoboda, Ferreira e Biondo (2012) verificaram que indivíduos de baixo poder aquisitivo apresentam maior probabilidade de não viverem em companhia de animais. Apesar disto, entre indivíduos que optaram por iniciar este tipo de relacionamento, vivendo então, em companhia de ao menos um animal, a renda deixou de se mostrar preditora para o número de cães ou gatos em moradias da cidade brasileira em xeque. Há indícios, então, de que o envolvimento entre humanos e cães, apesar de ainda importantemente influenciado pela renda das pessoas, não se restrinja aos que optam e têm condições financeiras de arcar com quantias frequentemente significativas para compra de bens e serviços voltados aos animais.

Indo além do ponto de vista social, a questão da renda parece interferir também no interesse de pesquisadores acadêmicos, já que os incipientes estudos acerca de relacionamentos humanos-caninos têm se voltado expressivamente para classe média e acabam por negligenciar pessoas em outros patamares, tais como a chamada população em situação de rua (Irvine, 2013; Labrecque & Walsh, 2011).

Ademais, em contexto brasileiro é facultativa a existência de espaços para animais em serviços de acolhimento a população em situação de rua, como abrigos institucionais, casas de passagem ou repúblicas. Conforme indica o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em seu “Texto de orientação para o reordenamento do serviço de acolhimento para população adulta e famílias em situação de rua” (Brasil, 2012), a disponibilidade de acomodação para animais de estimação em instalações apropriadas depende da realidade de cada local. Neste sentido, Martins, Capelli, Casamassa e Lima (2013) discorrem que pessoas em situação de rua de uma cidade brasileira viam a impossibilidade de se manterem com seus cães – quando da ausência das ditas acomodações apropriadas - como limitadora de idas a instituições. Assim, Sposati (2009, p.193) ao relatar a ocorrência do mesmo fato, apresenta a seguinte justificativa para tal:

O encontro entre o cão e uma pessoa em situação de rua é, sem dúvida, um símbolo de mútuo reconhecimento de identidades perdidas. São relações fortes ao ponto de muitos moradores de rua rejeitarem a ida para os albergues quando estes não permitem que o cão o acompanhe. Laços de pertencimento são reatados a partir da relação com pequenos objetos, símbolos e animais.

Irvine (2013) menciona achados consonantes produzidos por estudo que envolveu 75 entrevistados em situação de rua de estados norte-americanos. Também por lá, pessoas apresentavam posição contrária a ir a abrigos quando na ausência de espaços apropriados para a manutenção de animais, já teriam que se alojar em locais distintos de seus cães, frequentemente tidos como sua família, filhos ou únicos companheiros.

Ainda no mesmo sentido, uma pesquisa empreendida em território britânico pela Blue Cross - grupo beneficente orientado para cuidados a animais abandonados, doentes e feridos (Blue Cross, n.d.) - apresenta dados numéricos bastante relevantes: a cada 10 pessoas em situação de rua que vivem com pets, oito recusam se alojar em abrigos por considerarem-se abandonando o animal, já que o mesmo não seria acolhido concomitantemente (Community Care, 2002). Como alternativa, defendem, em consonância com Queiroz (2010), que as políticas dos abrigos devem ser repensadas no sentido do oferecimento de oportunidades aos pets para que similarmente a seus donos, saiam das ruas. Além disto, Queiroz soma a seu posicionamento contrário à separação, mesmo que em curto prazo, a concepção de que “à semelhança dos núcleos familiares, os cães e seus donos constituem, nesse universo, uma evidente unidade” (p.195).

Labrecque e Walsh (2011), por sua vez, relatam que mulheres canadenses vivendo em abrigos para pessoas em situação de rua aprovam a inclusão de animais de companhia em instituições, com a ressalva de haver local próprio para eles, já que pessoas alérgicas ou que apresentem medo devem ser respeitadas. No mesmo estudo, as participantes elencam o companheirismo, a aceitação incondicional, o conforto, o senso de

responsabilidade, a sensação de segurança e a empatia como benefícios do relacionamento com cães.

Já Slatter, Lloyd e King (2012) e Kidd e Kidd (1994) concordam que pets oferecem a pessoas em situação de rua, segundo relatos dos mesmos, benefícios como amizade, responsabilidade, saúde física e mental e apoio ao bem-estar emocional. É evidenciada, com isto, influência forte dos pets no bem-estar destas pessoas, em semelhança a achados de estudos cujos participantes não atendiam a critérios específicos de renda ou classe social (Barker et al., 2010; González & Landero, 2011; Handlin, Nilsson, Ejdeback, Hydbring-Sandberg, & Uvnas-Moberg, 2012; Mariti et al., 2012). Assim, González e Landero (2011), por exemplo, relacionam o envolvimento com diferentes espécies a índice mais baixo de estresse percebido em humanos.

É considerável também o papel de intermediador que o cão pode exercer entre a pessoa em situação de rua e a população em geral, que por vezes acaba por enxergar e se compadecer pelo outro por estar em companhia do animal (Queiroz, 2010). Sobre isto, Taylor, Williams e Gray (2004) verificaram que mulheres mostraram maior preocupação do que homens em relação a cães de pessoas em situação de rua. Além disso, entre o grupo de pessoas nesta situação, os que não viviam em companhia de cães eram mais propensos a acreditar que ter um cão consigo auxilia a iniciar conversa com o público.

As proporções tomadas pelo relacionamento entre cão e pessoa em situação de rua são também enfatizadas por Singer, Hart e Zasloff (1995), Martins et al. (2013) e Queiroz (2010). Os primeiros inferiram que homens e

mulheres nesta situação apresentam ligação significativamente mais alta com seus pets do que a população domiciliada. Já Martins et al. (2013) acreditam que:

os moradores de rua criam um laço afetivo muito forte com seus animais, que acabam sendo o único elo afetivo que o morador de rua possui, por ser pertencente a uma parcela da sociedade constantemente excluída e marginalizada, depositando toda sua confiança e carinho em um animal, que proporciona a ele o que nenhum outro membro da sociedade oferece (p.1).

Endossando o supracitado, Costa (2009) aponta a existência de uma recíproca, na qual o homem ajuda os cães e os cães retribuem em carinho, sendo estes “o único vínculo afetivo, que lhe dá sentido à vida” (p.77). Ainda por esta via, Queiroz (2010) menciona que seria possível levantar a hipótese de que estas pessoas, isentas de vínculos com outras, acabem por recorrer a relações afetivas com cães por não esperarem deles o abandono. Com isto, por vezes acabam lhes conferindo status de família, os personificando. Neste sentido, Bonas, McNicholas e Collis (2000), em estudo comparativo entre relacionamentos humano-humano e humano-cão, reforçam e fornecem subsídios empíricos à hipótese de que as mesmas têm muito em comum.

Uma segunda hipótese para a geração do elo entre cães e pessoas em situação de rua, segundo Queiroz (2010) seria a de que além de fonte de afeto e lealdade, os cães protejam seus companheiros humanos, já que estes se encontram vulneráveis a diversos perigos. Dadas as aproximações entre estudos dos relacionamentos entre humanos e humanos e cães, o mencionado endossa a afirmação de Hinde (1997) de que o apoio e o companheirismo caracterizam os relacionamentos. Neste contexto, Bonas, McNicholas e Collis

(2000) sugerem que, em geral, relacionamentos entre seres de mesma espécie são fontes de muito maior apoio para humanos do que o que se dá com animais de estimação. Contudo, há evidências de que este tipo de relacionamento, em especial quando o animal é um cão, proporcione elementos de suporte comparáveis aos fornecidos por outros humanos. Enders-Slegers (2000) acrescentam a viabilidade de animais de companhia serem adicionados à rede humana de provedores de suporte social.

Apesar de todo quadro geral anteriormente apresentado, há também – ainda que em menor quantidade – estudos que vão contra todos os mencionados benefícios produzidos pela presença do cão na vida das pessoas. Neste sentido, Baker citado por Irvine (2013) menciona resultados de estudo que indicam maiores índices de alcoolismo, problemas mentais, comportamentos agressivos, isolamento e ataques de pânico entre pessoas de situação de rua que cuidam de animais do que entre os que não o fazem. Taylor, Williams e Gray (2004) acrescentam que pessoas em situação de rua, ao contrário do esperado, mostraram menor tendência a buscar cuidados médicos do que a população geral sem cães. Assim, similarmente ao ocorrido entre a população geral, estudada por autores diversos, são apontadas aqui nuances e diversidades nos relacionamentos entre a população em situação de rua e cães.

Capítulo 5 - Objetivos e Justificativas

O objetivo geral do trabalho proposto é estudar aspectos envolvidos desde o início até o término de relacionamentos estabelecidos por indivíduos em situação de rua com cães com os quais convivem na atualidade. Mais especificamente, pretende-se:

- ✓ Verificar a existência de características sociais e econômicas próprias à população de rua que convive com cães, quando em comparação à população em situação de rua brasileira em geral;
- ✓ Identificar atividades cotidianas realizadas pelos indivíduos em companhia de cães;
- ✓ Analisar as concepções dos indivíduos sobre o cão em suas vidas;
- ✓ Conhecer as repercussões que este relacionamento produz na vida e no entorno do indivíduo;
- ✓ Averiguar a pertinência da colocação recorrente na literatura e no senso comum de que o cão seria o único vínculo das pessoas em situação de rua que com eles se relacionam;
- ✓ Identificar como os serviços municipais de assistência da região metropolitana da Grande Vitória se posicionam em relação à possibilidade do indivíduo ter a companhia do (s) cão (es) durante estadia em instituições.

Em adição, vale ressaltar que o estudo é cientificamente justificável por contribuir para elucidação da temática, tendo em vista a escassez de produções científicas que se dediquem a estudar aspectos do não raro relacionamento de cães e pessoas em situação de rua (Labrecque & Walsh, 2011; Irvine, 2013). Ainda que em meio a esta escassez, é possível encontrar

publicações que dão conta de repercussões expressivas desta ligação, as quais incidem clara e evidentemente em diversos âmbitos das vidas das pessoas em questão (Labrecque & Walsh, 2011; Irvine, 2013; Kidd & Kidd, 1994; Queiroz, 2010). Sendo assim, o presente estudo mostra-se também justificável socialmente.

Convém destacar, além disso, a possibilidade de suscitar e oferecer subsídios para discussão de políticas públicas condizentes com a realidade da população em situação de rua que vive em companhia de cães. Por exemplo, no Brasil pode haver ou não nos serviços de acolhimento a população de rua, espaço para acomodação de animais junto a seus donos (Brasil, 2012). Apenas para ilustrar, o município brasileiro Curitiba implantou no inverno de 2013 o acolhimento a animais de companhia em abrigos humanos (Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba, 2013). Ainda que neste caso a medida tenha funcionado de modo sazonal e pontual, a este tipo de ação são creditadas repercussões importantes nas vidas da população em questão. Isto se deve, segundo Irvine (2013), Martins et al. (2013) e Queiroz (2010), ao fato de ser a aceitação ou não de animais neste tipo de instituição - abrigos, albergues, hospedagens - um fator decisivo para idas e permanência das pessoas até lá. Mostra-se cabível, então, estudar e colocar em discussão a situação de cada local e contexto, mediante informações provenientes de fontes como o estudo aqui proposto.

Capítulo 6 - Metodologia

Participantes

Participaram deste estudo doze indivíduos em situação de rua da região metropolitana da Grande Vitória no Espírito Santo, que se relacionam com cães. Todavia, devido à menor facilidade de acesso e/ou à distância geográfica, medida a partir do município de Vitória, onde está situado o Programa de Pós-Graduação em Psicologia, por sua vez localizado no campus da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), não foram procedidas buscas por participantes nos municípios de Viana, Guarapari e Fundão, que conforme Rosetti Júnior e Schimiguel (2011) distam respectivamente de 18, 55 e 57 km da capital do estado. Sendo assim, os participantes foram buscados nos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra e Cariacica.

Tendo em mente a área delimitada, a seleção dos participantes foi apoiada nas definições de Vieira, Bezerra e Rosa (2004), que diferenciam a população em questão entre ficar na rua (circunstancialmente), estar na rua (recentemente) e ser da rua (permanentemente). Segundo as autoras, “o que unifica essas situações e permite designar os que a vivenciam como população de rua é o fato de que, tendo condições de vida extremamente precárias, circunstancial ou permanentemente, utilizam a rua como abrigo e moradia” (p. 93). Desta forma, tanto usuários permanentes ou eventuais de serviços de assistência à população de rua quanto indivíduos que estabelecem suas rotinas exclusivamente em vias públicas participaram do estudo. Além disso, dada à definição das autoras, não foram excluídos da amostra aqueles que afirmaram pernoitar geralmente em barracos, haja vista os próprios relatos e as

visíveis condições precárias e precarizantes as quais estavam submetidos. Em adição, os participantes deveriam ter ao menos 18 anos de idade.

Obedecidos estes requisitos, o recrutamento ocorreu de formas distintas e concomitantes, tendo sido especificamente mediante a: a) solicitações de indicações a profissionais dos serviços de assistência à população de rua das prefeituras dos municípios em questão. Por esta via, foram acessados 2 participantes de Vitória e 3 de Vila Velha; b) indicações de indivíduos aleatórios da rede social da pesquisadora, que a par da pesquisa expressaram conhecer ou já ter visto pessoas com características que as incluíam na amostra. Desta maneira, foram entrevistadas 4 pessoas, sendo que 1 se estabelecia no município de Serra e os demais no município de Vitória; c) indicação de um participante, que julgou que um amigo também atendia aos requisitos para participação na pesquisa; e, por fim, d) buscas sistemáticas por bairros diversos dos municípios potencialmente incluídos no estudo. Foram entrevistados assim, 2 indivíduos que estabeleciam suas rotinas em vias públicas do município de Vitória. Com tudo isto, vale destacar que apesar de o município de Cariacica ter sido envolvido em intenso movimento de busca por participantes, nenhum indivíduo fora contatado por lá.

Na sequência deste estudo, serão fornecidos dados mais detalhados acerca dos participantes no item Caracterização dos Participantes, que consta no capítulo seguinte, Resultados e Discussão.

Procedimentos de coleta de dados e Instrumento

Para a coleta de dados, algumas precauções foram tomadas em respeito à rotina e a preservação da integridade dos participantes em potencial,

tais como: não acordar o indivíduo em momentos de descanso, não realizar entrevistas em possíveis horários de busca por alimentação ou quando se encontrassem altamente alcoolizados. Feito isto, foram procedidos contatos, nos quais se davam breves apresentações da pesquisadora e dos objetivos do estudo. Mediante concordância com a participação, o a partir de então participante era instruído acerca do conteúdo e assinatura ou impressão digital em um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 2), para então passar a responder uma entrevista individual.

Para guiar a entrevista, foi utilizado roteiro semiestruturado (Anexo 3) composto por 4 partes, com questões respectivamente relacionadas ao intuito de: a) coletar dados sociais e econômicos dos participantes, tais como nome, idade, sexo, realização de atividade remunerada e com o que usa o dinheiro, cuidados com a saúde, tempo de vida nas ruas e local onde se abriga e dorme; b) conhecer aspectos dos relacionamentos interpessoais dos participantes; c) acessar relatos que digam respeito a partes das histórias de vida de moradores de rua que envolvam relacionamento com cães, em consonância com o utilizado por Irvine (2013) em contexto norte-americano; e d) recolher informações acerca do uso de serviços de assistência à população de rua, seja na presença ou na ausência do(s) cão(es). Para estes fins, optou-se pela modalidade entrevista episódica, que tem como princípio fundamental a solicitação ao participante de que rememore situação específica e a relate (Flick, 2008).

O propósito da escolha pela utilização destas entrevistas foi então, integrar aspectos narrativos e conceituais. Flick (2009, p.176) ressalta que “as entrevistas episódicas buscam aproveitar as vantagens oferecidas tanto pela

entrevista narrativa quanto pela entrevista semiestruturada. Essas entrevistas utilizam a competência do entrevistado para apresentar as experiências dentro do curso e do contexto destas enquanto narrativas”.

Em adição, foram utilizados dados provenientes de conversa informal e voluntária entre a pesquisadora e três assistentes sociais, funcionárias do Serviço Especializado em Abordagem Social (Seas) do município de Vitória. Mediante agendamento prévio e sem a utilização de qualquer instrumento para guiá-la, a conversa ocorreu no mês de outubro de 2014, nas dependências do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas) do território de Bento Ferreira. Em suma, a utilização deste material se deve à pertinência e relevância de seu conteúdo, já que as funcionárias são conhecedoras e observadoras externas do fenômeno em estudo neste trabalho. Então, em referência a cada uma delas foram adotadas as siglas F.S.1, F.S.2 e F.S.3.

Ademais, todas as entrevistas e a conversa informal foram gravadas – após autorização dos participantes - em mídias eletrônicas, o que segundo Jovchelovitch e Bauer (2008) é importante para realização adequada da análise dos dados.

Procedimentos de organização e análise dos dados

Inicialmente foram realizadas as transcrições das entrevistas¹, o que segundo Jovchelovitch e Bauer (2008) deve ser o primeiro passo para a análise de narrativas. Tendo em mãos o material transcrito, a análise temática das informações obtidas passou a ser processada.

Neste sentido, Jovchelovitch e Bauer (2008) falam em uma redução

¹A fim de transmitir ao leitor a naturalidade e a legitimidade do que foi dito, as transcrições das entrevistas foram realizadas de forma literal, sem preocupações com as normas cultas da língua portuguesa.

gradual do material qualitativo, em que “as unidades do texto são progressivamente reduzidas em duas ou três rodadas de séries de paráfrases. Primeiro, passagens inteiras ou parágrafos são parafraseados em sentenças sintéticas. Estas sentenças são posteriormente parafraseadas em algumas palavras-chave” (p.107).

Como passos posteriores, foram procedidas a codificação e a criação de categorias a partir das informações recolhidas em cada entrevista individualmente. Na sequência, os dados obtidos em todas as entrevistas foram agrupados e, então, organizados, discutidos e comparados à literatura pertinente.

Por fim, como poderá ser visto no capítulo 8, os resultados e discussão deste estudo foram organizados e expostos por temas, de acordo com similaridades de conteúdos.

Capítulo 7 - Resultados e Discussão

O material coletado através das entrevistas foi analisado qualitativamente e, então, dividido em cinco grandes itens, quatro deles subdivididos entre si. Vale dizer que para proceder à divisão e organização destes itens, primou-se pelas similaridades das temáticas contidas nos relatos de modo global, ou seja, sem a delimitação por respostas dadas a questões específicas do roteiro de entrevista (Anexo 3). Ademais, para facilitar a compreensão do leitor, cada item contém em seu início uma apresentação geral do conteúdo tratado e/ou do propósito de sua inclusão no presente trabalho, tendo sempre como foco o alcance dos objetivos (Capítulo 6) do mesmo.

Por fim, cabe ressaltar a utilização de nomes fictícios para apresentação dos dados, de modo a preservar a identidade dos participantes. Por conveniência, a atribuição dos nomes foi processada em ordem alfabética, cabendo, portanto, à primeira entrevistada, nome iniciado com A e ao último, a inicial M.

No caso de terceiros (companheiros, domiciliados, entre outros) citados pelos próprios participantes durante os relatos, nomes substitutivos foram aplicados aleatoriamente, em todos os casos em concordância com o gênero do indivíduo. Feito isto, fica garantido que questões éticas, como o sigilo, sejam preservadas.

Caracterização sociodemográfica e econômica dos participantes

Conforme exposto na seção Participantes do capítulo Metodologia, doze

indivíduos em situação de rua que se relacionam com cães contribuíram com o fornecimento de dados para o presente estudo. Alguns destes podem ser vistos na Tabela 5, que permeia uma discussão comparativa entre os perfis sociodemográfico e econômico dos participantes e da população em situação de rua brasileira em geral:

Tabela 5

Dados sociais e econômicos dos participantes

Nome	Gênero	Idade	Estado/ município da última resid. fixa	Município atual	Tempo nas ruas (em anos)	Pernoite	Atividade remunerada
Abigail	F	25	Cariacica	Serra/Vitória	4	rua	vigilante de carros
Bernardo	M	62	Serra	Serra	30	rua	pedinte
Célia	F	39	Serra	Vitória	15	rua	não exerce
Davi	M	65	Vitória	Vitória	aprox. 5	rua	comércio de latinhas de alumínio
Elton	M	24	Vitória	Vitória	aprox. 9	hospedagem noturna	não exerce
Fagner	M	39	Vila Velha	Vila Velha	2	rua	montador/desmontador de barracas de comércio
Gabriel	M	39	Vila Velha	Vila Velha	16	casa emprestada em troca de vigilância	lavador de carros
Heitor	M	44	Vila Velha	Vila Velha	não respondeu	barraco	pescador
Ismael	M	32	Vitória	Vitória	18	rua	vigilante de carros
Jorge	M	63	Vitória	Vitória	10	barraco	reciclador
Luis	M	35	Vitória	Vitória	aprox. 20	rua	realiza “bicos”
Miguel	M	39	Minas Gerais	Vitória	Superior a 10	rua	servente/realiza “bicos”

A partir da análise dos dados apresentados na tabela, é possível verificar prevalência significativa de homens em relação às mulheres, o que confirma o

padrão encontrado pelo MDS (2009) no I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, conforme o qual 82% do total de 31.922 entrevistados eram do gênero masculino.

Quanto à faixa etária dos participantes, é verificável um predomínio de indivíduos jovens (entre 24 e 44 anos), em semelhança ao resultado encontrado na Pesquisa Nacional (MDS,2009). Apesar disto, vale destacar a participação de três pessoas idosas – identificadas pelo Estatuto do Idoso como aqueles com idade igual ou superior a 60 anos (Brasil, 2003) – no presente estudo, o que representa um percentual relativamente elevado (20% da amostra), principalmente se comparado aos índices nacionais, a saber: 13,84% dos entrevistados do gênero masculino e 11,42% do feminino. Ainda assim, estes resultados nacionais dizem respeito a indivíduos com idades superiores a 55 anos, o que engloba uma faixa etária mais ampla do que a de idosos propriamente dita.

Também sobre a recorrência de idosos nas ruas, o Serviço Especializado em Abordagem Social (Seas) do município de Vitória aponta que apesar de um alto quantitativo de pessoas com esta característica por eles abordado, poucos são os que de fato permanecem nas ruas, fazendo dela seu local de moradia. Segundo o Serviço, geralmente compõe este público:

 pessoas desorientadas que devido à velhice desenvolve algum tipo de doença mental, indo para as ruas e não conseguindo voltar para suas residências, se perdendo. O Seas é acionado por outros serviços como a Guarda Municipal, Pronto Atendimento, na tentativa de localizar a família, o que geralmente acontece com sucesso na grande maioria dos atendimentos (Vitória,2014).

Todavia, aqui, os relatos dos três participantes idosos apresentam como característica a cronificação das situações, já que os tempos de vida nas ruas são superiores a cinco anos. Esta característica, aliás, comparece não só entre os idosos, mas se revela realidade comum a todos os participantes do presente estudo. Isto porque entre eles, o menor tempo de permanência nas ruas afirmado foi de dois anos, enquanto no outro extremo (maior tempo afirmado de permanência nas ruas) compareceu o relato de uma pessoa que há 30 anos utiliza as ruas como moradia. Além disso, nove dos doze entrevistados estavam nas ruas há mais de cinco anos, dado que se mostra muito superior ao achado em âmbito nacional, em que o índice de pessoas nesta situação atingiu cerca de 30% (MDS,2009).

Outro dado relevante extraído dos relatos dos participantes diz respeito ao local da última residência fixa, anterior ao estabelecimento da situação de rua. Sobre isto, é possível verificar prevalência de permanências no mesmo município ou mudanças para locais próximos ao de quando domiciliado. Este achado, então, corrobora com dados provenientes do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS, 2009), segundo o qual 45,8% dos participantes sempre viveu no município atual e 30,3% se deslocou de município do mesmo estado. Com isto é indicado que ao contrário do que se imagina comumente, a migração não é característica da atual população em situação de rua.

Na contramão destes achados, Kunz (2012) cita dados de levantamento sobre a população de rua de Vitória produzido em 2012 pela prefeitura do município, conforme o qual a maioria desta população seria composta por migrantes, provenientes tanto de outras cidades do estado quanto de grandes

metrópoles como Bahia e Minas, chegados à capital capixaba em busca de oportunidades de trabalho, geralmente retratados pela mídia escrita.

De toda forma, F.S.1, F.S.2 e F.S.3 dão conta de um aumento sazonal da população em questão, haja vista que, segundo elas, em época de férias muitas pessoas buscam a cidade para atividades como o lazer proporcionado pelas praias e acabam por não terem, ao menos temporariamente, locais para se abrigar.

Em adição, o MDS (2009) menciona que entre as pessoas em situação de rua que migram entre estados, as razões para tal geralmente envolvem a busca por oportunidades de trabalho (45,3%) e o conflito intrafamiliar (18,4%). Assim, uma série das informações anteriores perpassa a história de Miguel, conforme o trecho de seu relato em que esclarece as circunstâncias de sua ida inicial para as ruas: *“Eu era de Minas, aí vim pra cá trabalhar um pouco. Vim passear e acabei ficando, entendeu? E meus parente não liga pra mim mais, então eu peguei e fiquei”* (Miguel).

Além de Miguel, outros participantes mencionaram espontaneamente as razões pelas quais passaram a viver nas ruas, ainda que não tenham sido diretamente questionados acerca disto. Célia, por exemplo, diz tê-lo feito para fugir do irmão, que por duas vezes tentou estuprá-la: *“Só tentou”*. Já Luis, relata:

Logo que eu saí de casa, eu tinha 15 anos. Quando eu abandonei a casa de mãe pra viver na rua. Aí então, eu conheço tudo em Vitória aqui. Sempre vivi aqui, entendeu? Porque o depósito de papelão é logo ali em Bento Ferreira ali, do finado seu Carlos [...] Aí eu acostumei na rua, não voltava pra casa, aí, daí com 17 ano e meio de idade eu

comecei a fumar maconha, entendeu? A usar maconha. Aí, minha família, ninguém da minha família usava droga não. Só eu, entendeu? Todo mundo era pinguço, mas não usava droga. Aí então, eu era excluído da família. Eu era aquele filho que era, aquele cara da família que não usava, que os outros não usava e ficava me criticando. Aí eu decidi ficar direto na rua, entendeu? Aí decidi ficar direto na rua (Luis).

Comparecem neste relato, então, fragmentos de uma história de saída de casa que envolve aspectos como a busca por liberdade, o consumo de drogas e conflitos com familiares. Vale dizer que os dois últimos aparecem como razões apresentadas por respectivamente 35,5% e 29,1% dos entrevistados no I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS,2009) como justificativas para o início do viver nas ruas. Já em relação ao primeiro aspecto – a busca por liberdade – o MDS o enquadra como fator fundamental para a ida e permanência de muitos nas ruas, compondo uma certa escolha pessoal deste espaço como moradia. Parece então, que similarmente ao sugerido em relação a Luis: “Após vivenciar a situação de “liberdade” que a rua proporciona, muitas pessoas se sentem compelidas a permanecer neste ambiente, em detrimento do ambiente doméstico, considerado, muitas vezes, perigoso e opressor” (MDS, 2009,p.87).

Davi, por sua vez, também expõe múltiplas causas para sua saída de casa:

Meu pai morreu, minha mãe morreu, minha casa caiu. Minha casa tava com o telhado podre, caiu tudo [...] Eu não posso morar na minha casa porque o telhado tá podre. Imposto também deve. Meu irmão que mora lá é alcoólatra, tá entendendo? [...] Eu tenho um irmão que mora lá mas

é alcóolatra. O negócio dele é chegar lá! Se chover ou não, ele tá bêbado, ele vai é dormir. Eu não vou fazer isso, entrando água dentro de casa. Eu não bebo cachaça, nem meus cachorros. Dormir debaixo de marquise, em outro canto, é melhor do que lá dentro. Porque lá não tem telhado. O telhado tá podre (Davi).

Pode ser verificado que à semelhança do ocorrido com Célia e Luis, traços de desavença familiar comparecem no relato de Davi, ainda que neste caso acompanhado por outros fatos desencadeadores da saída de casa: ausência de moradia habitável e morte de membros da família. Estes, segundo Silva (2006) compõem junto a uma série de outras possibilidades - por exemplo, alterações econômicas impactantes socialmente, doença mental, roubo de bens e fatores como inundações ou terremotos -, as determinações que se unem de modos diversos e singulares para ocasionar a evasão de casa e permanência nas ruas.

É notório, então, que questões pertinentes ao vínculo familiar perpassam os quatro relatos supracitados (de Miguel, Célia, Davi e Luis), o que traz à tona a discussão acerca da caracterização da população em situação de rua como detentora de laços familiares enfraquecidos ou rompidos, conforme a definição do decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009 (Brasil, 2009, p.1): “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular [...]”. Desta forma, dada sua relevância, os relacionamentos familiares dos participantes serão tratados em maior profundidade mais adiante neste capítulo, no item 7.5 intitulado “Sobre pessoas em situação de rua e cães: “o último vínculo?””.

No que tange ao local geralmente ocupado para pernoite, duas pessoas afirmaram ocupar “barracos”, conforme as palavras dos mesmos. Ou seja, fazem uso de acomodações próprias que parecem os isolar, mesmo que em condições precárias, de vulnerabilidades que se acentuam à noite nos espaços públicos, tais como ataques de transeuntes ou de agentes da segurança pública (Kunz, 2012).

Também um pouco menos vulnerável aos desafios noturnos do viver nas ruas, um participante diz ocupar neste período as dependências de uma casa da qual cuida, vigiando. Ainda assim, pontua que o faz recentemente, já que habita as ruas há 16 anos. Segundo ele: *“Antes não. Antes eu dormia na rua. Há uns 3 anos, 4 anos agora, eu dormia na rua”* (Gabriel).

Apesar dos casos supracitados, é inegável o predomínio de pessoas que recorrem às ruas, aos logradouros públicos propriamente ditos para pernoitar, já que oito dos 12 entrevistados disseram fazê-lo. Destes, alguns apresentaram relatos de alternância entre os locais de escolha, a exemplo do que segue:

“Eu durmo em qualquer lugar” (Davi).

Uai, eu vou pra todo canto. Pra Bento Ferreira eu não posso ir. Pra Bento Ferreira eu não posso ir. Pra Bento Ferreira eu não posso ficar em lugar nenhum ali, porque a prefeitura, a fiscalização tá uma peste. Tão roubando da gente, entendeu? [...] Eu durmo dentro do meu carrinho, que meu carrinho é minha casa. É, eu fico direto aqui, eu fico direto aqui. Meu carrinho é minha casa (Luis).

Todavia, há uma verificável predileção pela ocupação de lugares fixos, espaços que são tomados como específicos de cada um em meio ao caráter

público das ruas. Exemplos disto são os casos de Célia, Miguel, Ismael e Fagner, que na ocasião da entrevista relataram pernoitar sempre nos mesmos locais. Sendo assim, a primeira tinha como escolha uma calçada do bairro Ilha de Santa Maria em Vitória e os outros três optavam por instalações de praças públicas, respectivamente nos bairros Tabuazeiro e Centro de Vitória e Centro de Vila Velha.

Em suma, a opção por pernoitar nas ruas aparece também como predominante em âmbito nacional, abrangendo 46,5% dos entrevistados em oposição a 43,8% que optavam por serviços de albergamento (MDS,2009). Entre as causas da dita predominância, o MDS cita a falta de liberdade nos albergues, o horário de entrada, saída e demais rotinas e a impossibilidade de consumo de álcool e outras drogas nestes serviços. No presente estudo, então, apenas um participante afirmou fazer uso do serviço de hospedagem noturna – parte da chamada rede de acolhimento institucional do município de Vitória (Prefeitura Municipal de Vitória, s.d.) – para pernoitar.

Além disto, vale apontar que similarmente ao achado nacional, aqui as justificativas para escolha das ruas para o pernoite estiveram diretamente atreladas à negativa de ida a serviços de albergamento, seja por razões estruturais ou ligadas à dinâmica de funcionamento, por sua vez permeando questões como a segurança e privacidade, a exemplo da experiência vivida por Davi no município do Rio de Janeiro:

Muita bagunça! Muita bagunça, muita pilantragem! Eu não vivo no meio desses cara não! [...] Eu tinha chegado de viagem no Rio, que minha tia morreu lá no Rio. Minha tia, irmã da minha mãe faleceu. Morava em Nova Iguaçu. Eu tava no Rio ajudando minha tia, irmã da minha mãe,

ela faleceu. Os filhos dela tudo casado, eu não ia ficar na casa de primo. Aí eu tive notícia através de um elemento da capixaba que tava lá no Rio, na Cinelândia. Aí ele falou: “Olha, seu pai e sua mãe morreram, no Rio”. Cheguei no Rio, não tinha lugar pra ficar e eu fui procurar abrigo, entendeu? Ao chegar no abrigo, tinha uns engraçadinhos que pegavam minha toalha, minha mochila. Metia a mão, catava meu dinheiro e largava tudo lá aberto. Aí pra ficar no meio de mau elemento, nego abrir minha mochila, fico aí rodando (Davi).

No que diz respeito a trabalho e renda, as informações expostas na tabela ilustram que a maioria dos participantes (nove deles) exercem algum tipo de atividade remunerada. Além disto, apenas duas pessoas disseram não trabalhar e uma revelou pedir dinheiro como seu único meio para sobreviver. Diante disto, é corroborado o achado do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (MDS,2009) conforme o qual pequena proporção dos entrevistados (15,7%) mencionou o pedir.

De toda forma, as condições de vida desta população são geralmente refletidas pela precariedade dos trabalhos que exercem, o que por vezes os leva a um eventual ato de pedir, apesar de não assumirem o papel de pedintes como algo próprio de si. Neste sentido, Abigail relata:

A gente olha carro. Vigia carro. Às vezes a gente mangueia². Às vezes nem é necessário a gente fazer isso. Têm umas pessoas que têm uma boa ação, um bom coração assim, que já conhece a gente, tá ali

²Trata-se de um mecanismo para facilitar a conquista dos objetivos durante o “pedir”. Segundo Melo (2014, p.1): “o mangueio é uma dentre várias ideias (como a história triste, o 171, entrar na mente e afetar o psicológico) que compõe um sistema de categorias referente às estratégias para viver nas ruas. Sobretudo, trata-se de algo que deve ser aprendido e resulta em um modo que tem por principal objetivo incluir os outros em uma relação diferenciada, que se manifesta principalmente para objetos econômicos, mas não apenas isso”.

naquele ambiente, eles sempre estão ajudando. Em alimentos, em roupa de cama, em roupa de vestir, sabe como? Chinelos, assim, entre tudo, né? (Abigail).

Então, para além do pedir, verifica-se na fala de Abigail traços de certo apoio social, também presentes em outros relatos como o de Célia e Luis, que mencionam o auxílio de outras pessoas como importantes para manutenção de suas vidas e suprimento de necessidades alimentares e materiais. Em partes, isto se justifica pelo fato da maioria se submeter a trabalhos que se caracterizam não só pela baixa remuneração, mas pela instabilidade, haja visto que segundo o MDS (2009) apenas 1,9% dos participantes do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua estavam trabalhando com a carteira de trabalho assinada à época da pesquisa. Quanto aos demais, as atividades afirmadas com mais frequência foram: catador de material reciclável (27,5%), flanelinha (14,1%) e trabalhos na construção civil (6,3%). Em suma, então, é inegável o enquadramento da maioria da população de rua trabalhadora do Brasil na chamada economia informal, a qual se adiciona os participantes do presente estudo.

Assim, como em um círculo vicioso, a questão problemática com o trabalho perpassa a vida da população de rua tanto gerando a saída de casa, já que o desemprego e a renda baixa comparecem como causas frequentes para tal (MDS, 2009) quanto acarretando sua permanência na situação, o que fica perceptível no relato de Miguel:

E só tô aqui até arrumar um servicinho, achar um servicinho fichado pra mim arrumar um barraco. Porque assim, você arranja um serviço hoje, amanhã você não tem serviço. Comé que você vai caçar um aluguel pra

você pagar, sem ter dinheiro garantido procê? (Miguel).

Pode-se pensar, então, em uma série de fatores envolvidos em situações como a de Miguel, dentre as quais: a degradação física e psicológica gerada pela cronificação da situação de rua (Vieira, Bezerra & Rosa, 2004); a baixa escolaridade, e, por conseguinte, a qualificação suficiente apenas para uma gama restrita de serviços possíveis de serem prestados, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho. Isto porque conforme o MDS (2009) à época da pesquisa, mais de 63% dos entrevistados em âmbito nacional tinham apenas nível fundamental ou nunca tinha estudado; e por fim, o forte estigma social que os acompanha.

Sobre este último, Valencio et al. (2008) mencionam que há entre a população em geral uma tendência a pensar a população de rua como merecedora de exclusão e aniquilamento, à medida que sua situação de decadência é tida como uma grave falha de caráter. Sendo assim, produzem um incômodo irreparável nos domiciliados, que os encaram como ameaça ao adquirido. É possível, então, levantar a hipótese de que esta visão de pessoas aterrorizantes criada pelos cidadãos não passa despercebida e sem ser sentida pelos moradores de rua, o que os leva a criar defesas e modos de se diferenciar da imagem difundida, antes mesmo de serem claramente acusados de algo. Portanto, enquadrada nesta hipótese, Jorge apresenta a seguinte fala defensiva ao ser questionado sobre a forma com que adquire seu dinheiro: *“Não sei roubar. Não aprendi ainda”*.

Ademais, quando questionados sobre como e com o que gastam o dinheiro conquistado pelas vias supracitadas, as respostas apresentaram

conteúdos que podem ser enquadrados em dois grandes blocos: alimentação e consumo de álcool e outras drogas, este último recorrente entre a população em situação de rua (Lima & Moreira, 2009; MDS, 2009; Daya & Wilkins, 2012; Frangella, 2005). Sendo assim, no que diz respeito ao primeiro bloco, seis participantes disseram comprar comida: *“gasto com arroz, feijão, macarrão”* (Davi), e/ou bebidas como sucos. Já em relação aos cinco participantes que alegaram o investimento em álcool e drogas, os relatos envolveram substâncias como cigarro, maconha, cachaça e crack, em um notório e recorrente “processo de anestesia” (Escorel, 2009, p.112) para permanência e sobrevivência nas ruas. Conforme as palavras de Ismael: *“A gente tem que beber por causa do frio, né? Pra não passar frio”*.

De outra forma, o consumo de álcool e outras drogas também foi diretamente lembrado por participantes quando em menção a seus cuidados relativos à saúde, o que em certo grau corrobora com a concepção de Rosa, Secco e Brêtas (2006, p.334) de que “trabalhar com a saúde do povo de rua implica necessariamente em atuar com as questões decorrentes do alcoolismo e da drogadição”. Sendo assim, Ismael, por exemplo, menciona: *“Bom, primeiramente eu invito de fumar crack, né? É a primeira coisa que eu faço pra mim cuidar da minha saúde”*. No mesmo sentido, Gabriel revela: *“(Cuido) um pouco. Bebo muito e fumo bastante cigarro. É sério, não cuido da minha saúde não”*.

Diante desta situação, parte da população em geral parece se alarmar, formando, por vezes, redes de solidariedade em torno do tratamento à dependência química. Dentre os que se solidarizam, grupos religiosos foram destacados por dois participantes do presente estudo. Abigail, então, relata:

“Os amigos da igreja também, da Nova União. Eles ajudam a gente bastante. Inclusive ele tá querendo levar uns pra casa de recuperação, mas ninguém quer ir”.

Diferentemente de Abigail, Fagner - assim como 28% dos participantes da Pesquisa Nacional (Escorel, 2009) – diz já ter sido submetido a tratamento em casa de recuperação, sendo esta também mantida por instituição religiosa: *“Eu já fui numa casa pra mim poder... uma casa de recuperação, da igreja [...] Eu já dormi lá cinco meses, aí eu saí e não retornei mais”.*

Ainda dentre os que mencionam em seus relatos algum tipo de tratamento para dependência química, Elton entra em cena ao afirmar que frequenta o CPTT³ (Centro de Prevenção e Tratamento de Toxicômanos), serviço regido pelo governo municipal de Vitória, diferentemente dos mencionados pelos demais.

Indo além, não mais no contexto exclusivo do tratamento e prevenção ao uso de álcool e outras drogas, Abigail relata cuidar muito da saúde, já que se diz assídua em serviços públicos para este fim. Quando questionada sobre o que faz especificamente, ela responde: *“Bom, eu procuro sempre ir no clínico geral, ginecologista. Inclusive, estou gestante”.* Todavia, ao contrário de Elton e Abigail, a maioria dos participantes dizem utilizar serviços públicos de saúde muito raramente, geralmente em momentos em que estes são considerados “último caso”. Conforme segue: *“Tem bastante tempo que eu não vou no médico” (Miguel).*

“Só quando eu passo mal. Quando o bagúio tá doido eu vou no

³Segundo a Prefeitura Municipal de Vitória, o CPTT, também conhecido por Caps ad (Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Outras drogas) “oferece atenção diária na qual o indivíduo permanece no serviço somente durante o dia. Quando necessário, os pacientes que já são acompanhados pelos profissionais, podem ter a indicação da equipe psicossocial para permanecer por 24 horas no serviço por um período transitório” (s.n).

hospital” (Fagner).

“Só quando eu adoeço que eu vou, né? Vou no posto. Aqui o nosso, aqui mesmo de Nova Palestina, né? (Jorge).

“Eu tô vivo porque Deus quer, porque senão eu tava morto há muito tempo!” (Luis).

Com estes dados, portanto, são em parte endossados os achados de Aguiar e Iriart (2012), conforme os quais foi comum entre as 13 pessoas em situação de rua entrevistadas por eles no município de Salvador, Bahia, a assunção de estratégias como a busca por apoio de pessoas próximas, o isolamento para o desaparecimento espontâneo dos sintomas ou o apego à religiosidade, em detrimento à busca pelos serviços de saúde propriamente ditos.

Em adição, o característico adiamento por busca de assistência também se presentifica em âmbito nacional, já que os dados produzidos pelo I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua dão conta de que 44% das pessoas entrevistadas recorrem primeiramente ao hospital com emergência em casos de adoecimento, enquanto 27% costuma recorrer aos postos de saúde. Segundo a autora: “esses dados podem significar a procura de prontos-socorros por motivos agudos em detrimento de um cuidado mais regular e contínuo que pode ser ofertado pelos postos e centros de saúde” (p.125).

Com tudo isto, se a busca por assistência à saúde se dá, em suma, apenas em momentos pontuais, em que as pessoas “passam mal”, cabe aqui questionar como agem aqueles que padecem de alguma doença crônica (além da já mencionada dependência química), as quais normalmente exigem

acompanhamento contínuo e/ou atenção especial?

Figurando dentre estes, Bernardo afirma ser acometido por câncer e tuberculose, dos quais “não cuida”. Já Davi, portador de diabetes, afirma ser assistido por uma “enfermeira ambulante”, de quem recebe insulina “até na rua mesmo”. Finalmente, Célia relata ser acometida por fortes dores que a impedem de trabalhar. Devido a isto, recebe soro que, em suas palavras “*levam para mim*”. Além disto, seu caso parece agravado por um mencionado quadro depressivo, trazendo a cena questões de saúde mental, para além do físico.

Especificamente sobre a utilização de medicamentos, Escorel (2009) aponta que cerca de 20% da população participante da Pesquisa Nacional mencionou fazê-lo. Destes, 49% disse retirá-los em centros ou postos de saúde, 13% os obtêm em hospitais e 6% afirmou comprar em Farmácia Popular ou outro estabelecimento. Por fim, 28% relata o recebimento por intermédio de doações de pessoas ou de instituições, realidade em que se enquadram os relatos de Davi e Célia.

Indo além, é notável que ao menos no caso de Bernardo, as doenças crônicas parecem ser menosprezadas, possivelmente por seus sintomas não serem até o momento de todo empecilhos à manutenção de suas vidas, ainda que a limite consideravelmente, já que o participante se locomove com apoio de cadeira de rodas. Neste sentido, Aguiar e Iriart (2012) elucidam que quando as questões de saúde não interferem na busca por alimentação e na capacidade de trabalho, as mesmas tendem a ser relativizadas, já que a sobrevivência comparece como questão mais urgente.

Cabe mencionar ainda, que comparecem nestes relatos algumas das

doenças referidas com maior frequência dentre os cerca de 30.000 participantes da Pesquisa Nacional, na qual os índices de problemas de origem endócrina (como diabetes, hipotireoidismo e ácido úrico), problemas mentais (tais como distúrbios psiquiátricos, depressão, esquizofrenia, amnésia, distúrbio bipolar e hipocondria), problemas respiratórios (dentre os quais a asma, a bronquite e a tuberculose) e as dores (cervical, de cabeça e no corpo) foram respectivamente 5%, 6%, 10% e 8%. Além destes, problemas cardíacos foram citados por 14% dos participantes em âmbito nacional, configurando quadro preocupante, ainda que não tenha sido citado pelos participantes do presente estudo.

Diante de tudo isto, Escorel (2009) fala que há dentre a população de rua brasileira uma realidade alarmante, já que entre ela as doenças citadas acima comparecem em índices expressivamente maiores do que entre a população em geral. Sendo assim, é inegável que as mesmas condições de vida degradantes que geram fragilidades nos diversos âmbitos anteriormente considerados neste item também incidem diretamente sobre as condições de saúde da população de rua, dentre outras causas, devido à escassez de recursos nutricionais e de higiene (Escorel,2009).

Caracterização geral dos relacionamentos

Conforme considerado no capítulo 2, intitulado “Convergências e divergências entre estudos de relacionamento interpessoal e entre homens e cães”, o termo utilizado no presente estudo para referenciar o envolvimento entre os participantes e os cães com os quais convivem será a todo tempo relacionamento.

Caracteristicamente, fala-se em relacionamentos, na concepção de Hinde (1997), para designar sequências de interações estendidas no tempo. Além disto, há de ser mencionada a impossibilidade de estudar um relacionamento sem que seja trazido à cena um par. Sabido, então, através do exposto no item anterior, quem são as pessoas em situação de rua que convivem com cães levadas em conta aqui, faz-se mister agora considerar também o outro membro do relacionamento em xeque: o cão.

Assim, com o intuito de introduzir o conhecimento acerca do relacionamento propriamente dito, a tabela a seguir expõe o número de cães com que cada participante se relaciona, os nomes dos cães e o tempo de convívio entre eles, conforme segue:

Tabela 6

Características gerais dos relacionamentos

Participante	Nº de cães com que se relacionam	Nome(s) do(s) cão(es)	Tempo de convívio	Ocorrência de convívios anteriores com cães
Abigail	2	Pai e Tininha	Aprox. 4 anos	Não
Bernardo	1	Linguíça	5 anos	Sim
Célia	3	Pirulito, Charuto e Bolinha	4 e 6 anos	Sim
Davi	2	Lorinha e Princesinha	1 e 3 anos	Sim
Elton	1	Elton ⁴	Aprox. 8 meses	Sim
Fagner	1	Pimenta	Aprox. 1 ano	Sim
Gabriel	1	Negão	“Há bastante tempo”	Sim
Heitor	1	Porqueira	Aprox.. 2 anos	-

⁴O nome do cão é igual ao do participante. Portanto, o nome fictício foi estabelecido em ambos os casos.

Ismael	2	Chokito e	Aprox. 2 anos e meio	Sim
Jorge	1	Caramelo Paquita	Aprox. 5 anos	Sim
Luis	3	Negrinho, Susi e	Aprox. 5 anos	Sim
Miguel	1	Tigresa Bolinha	Superior a 5 anos	Sim

De acordo com o exposto na tabela, os participantes em geral se relacionam atualmente com apenas um ou com um número reduzido de cães. Contudo, alguns deles relataram voluntariamente que este fato não reflete de todo suas escolhas. Ao invés disto, se ligam a situações nas quais não puderam assumir o controle sobre as vidas de animais com os quais conviviam anteriormente, o que veio a resultar na ausência destes:

Ela (Tininha) tá lá em Carapebus, Jacaraípe lá. Tava aqui, né? Mas resolveu se distanciar da gente. É porque esse camarada aqui, o Carlinhos, ele é nosso amigo, só que ele era apaixonado. Só que essa mulher era mulher de amigo nosso e pra evitar confusão, aí foi melhor (Abigail);

“Bom, eu tinha três (cachorros), mas me roubaram um. Eu tô com dois agora [...] É, botaram meu cachorro na caixa e levaram embora. Eles são bem tratado, igualzinho eu tô te falando” (Ismael);

“Só essa eu tenho mesmo. Tinha um outro também aí, mas me roubaram ele. Cachorro bonito, né? Onde é que eu ia, ele ia atrás. Mas alguém achou ele bonito e carregou” (Jorge);

O outro cachorro que eu tinha, o Negão, antes deu pegar ela aí (Bolinha), eu fiquei com dó, cheguei chorar quando o cachorro morreu.

Porque um rapaz que tem raiva de mim, ele foi descontar no cachorro que não tinha nada a ver. Aí eu peguei e falei com ele: “Não! Você tem que descontar em mim, rapaz!” (Miguel).

A fala de Abigail dá conta, então, de um afastamento do cão para que fossem evitados conflitos entre pessoas de um mesmo grupo de rua. Já nos três relatos seguintes, comparecem casos de retirada compulsória dos cães da companhia dos participantes, seja através de roubos ou pelo assassinato do animal como desdobramento de desavença com outra pessoa também em situação de rua, como no caso de Miguel. Segundo ele, a pessoa em questão, a despeito de agredi-lo, teria matado seu cão para descontar a raiva sentida por ele. Provavelmente aí, o homem buscou resolver o conflito promovendo algo que de fato causasse sofrimento no participante, ainda que de modo diferente do usual, apontado por Frangella :

O conflito se arma rápida e intensamente. Na rua, munidos de pedras, paus e facas, a briga pode incorrer em ferimentos graves ou morte. Quando não se chega a esse nível de gravidade, ocorrem deslocamentos territoriais. As pessoas, até então reunidas naquele agrupamento, separam-se e se reagrupam em outros pontos (Frangella, 2005, p.218):

Por sua vez, à supracitada separação de membros de um mesmo grupo de rua a fim de evitar atos extremos de violência, corresponde o relato de Abigail. Neste caso, é exposta uma iminente interferência no relacionamento de um casal de rua por outro homem do mesmo grupo. Este resolve se distanciar

geograficamente do casal, acompanhado por outras pessoas também do agrupamento, dentre as quais, Abigail. Neste contexto de afastamento, a cadela Tininha, que conforme as palavras de Abigail (sobre os dois cães): “*são integrantes no meio da gente*”, acaba por ficar com o casal e se afastar dos demais.

Vale aqui apontar que apesar do afastamento, Abigail a todo tempo em seu relato se diz em relacionamento com Tininha, desde quando questionada sobre a quantidade de cães com que convive. Enquadra-se neste contexto, então, a concepção de Hinde (1997) segundo a qual os relacionamentos podem continuar mesmo na ausência de interações, haja vista que comportam forças subjetivas que vão além da presença física, tais como: atitudes, expectativas, emoções e esperanças.

Além disto, comparece no relato de Abigail outra questão que perpassa os modos de vida na rua: as regras de convívio, dentre as quais Kunz (2012), ao estudar a população de rua de Vitória, menciona a que permeia o envolvimento com a mulher de outro. Sobre isto ela afirma:

Cafanhate na rua é “dar em cima” da mulher do outro, portanto tal ação é proibida. Quem pratica tal ação também poderá ser punido, tanto pelo grupo quanto pelo sujeito que se sentir desrespeitado. A punição pode ser física. Quando esta regra é quebrada ninguém interfere para defender o sujeito que estiver apanhando, pois todos concordam que quem mexe com a mulher alheia está errado (Kunz, 2012, p. 106).

Ao que tudo indica, então, o agrupamento de Abigail sofreu um desmembramento movido pela solidariedade, a qual segundo Kunz (2012) faz composição com as regras do viver nas ruas. Isto porque provavelmente se

viram compelidos a afastar do casal o homem tido por “apaixonado” pela mulher do amigo antes que possíveis punições viessem a acontecer. Em adição, como agravante para eclosão do possível conflito, Kunz (2012, p. 107) menciona que:

Há regras que dizem respeito especificamente às mulheres que vivem nas ruas. A infidelidade sexual é motivo de desavenças violentas, porque as mulheres nas ruas são poucas e, por isso, muito disputadas. Uma mulher sem companheiro nas ruas significa que pode ser de todos, o que talvez seja o motivo para uma constante troca de parceiros. Mas, nunca ficam simultaneamente com mais de um parceiro, é preciso encerrar uma relação pra iniciar outra.

De toda forma, a despeito destas vulnerabilidades e dificultores que perpassam os relacionamentos, há participantes que convivem atualmente com mais de um cão. Dentre os relatos destes, as particularidades comportamentais e de temperamento de cada um dos animais se fazem presentes, tal como: *“O Caramelo que é o mais velho que entende. Se falar: “Vai Caramelo, pega”! Ele vai e pega. “Deita”, ele deita. O Chokito que é mais atrevido, mas é meu cachorro também e gosto dele”* (Ismael). Aqui, outra ideia de Hinde (1997) acerca dos relacionamentos interpessoais pode ser aplicada ao estudo do relacionamento homem-cão. Isto porque conforme o autor, os relacionamentos continuamente influenciam e são influenciados pelas interações que o compõem. Estas, por sua vez, continuamente são influenciadas e influenciam características diversas de cada um dos membros do par.

Em relação à escolha dos nomes dos cães, alguns participantes relataram ter passado a se relacionar com os animais quando estes já haviam

sido nomeados por outrem. Entretanto, a maioria mencionou ter sido ativo no processo de escolha, ocorrido de modos diversos, definidos ou mediante critérios claros ou momentaneamente e aparentemente ao acaso. Conforme segue:

“Não sei! Foi uma coisa assim, não foi premeditada. Vem assim! A gente tava chamando, chamando, não atendia por nada. Chamamo um por um (nome) e atendeu. Pronto!” (Abigail sobre Pai e Tininha).

Já entre os que se utilizaram de critérios para escolha dos nomes, os atributos físicos do animal se presentificaram de modo relevante:

“Os olhos dele parece um caramelo” (Ismael sobre Caramelo).

“Porque ele era todo preto” (Gabriel sobre Negão).

“Ah! Eu escolhi, veio na mente. Vi aquela pelotinha, quando era pequenininha, aí botamo o nome dela de Bolinha, entendeu? (Miguel sobre Bolinha).

De outro modo, Heitor diz ter aberto mão de um critério moral para nomear sua cadela: *“Porque eu mexo com gente boa e com gente ruim. Já trabalhei na justiça também, mas fui expulso. Então tem gente boa e gente porqueira. Por isso que eu coloquei o nome da minha cachorra de Porqueira”.* De certa forma, então, o nome dado por Heitor parece refletir uma concepção de pouca valia da cadela em sua vida, o que pode ser confirmado pela sua fala posterior: *“Se ela morrer hoje ou amanhã, tanto faz!” (Heitor).*

Assim, dadas as devidas proporções, os relatos acima corroboram com os achados - embasados na teoria psicanalítica - de Harris (1998) acerca dos nomes de animais de estimação. Em suas palavras: “os nomes de animais de estimação são individuais e foram escolhidos por seus proprietários para

“ajuste”, para coincidir com o temperamento ou a aparência do animal” (p.144).

Indo além, Elton se relevou menos ativo no processo de escolha, segundo ele realizado por seus amigos em razão de uma brincadeira com seu próprio nome: *“O pessoal ficou chamando de Elton e acabou ficando. Começou a chamar ele assim e acabou ficando”*.

Já no relato de Jorge comparece um elemento cultural que embasa a escolha do nome de sua cadela Paquita: *“É...por conta da Xuxa (risos). Aí eu falei: “Ah! Deixa eu colocar o nome dela de Paquita”*. Neste sentido, Harris (1998) afirma que os relacionamentos humanos com animais de estimação estão longe de serem diretos, intuitivos e simples. São refratados pela cultura popular, sendo frequentes nomeações condizentes com desenhos, personagens de TV, e aqui, alguém relacionado a uma artista influente e conhecida nacionalmente que provavelmente desperta algum tipo de interesse no participante.

Então, diante de todo o exposto acerca dos nomes, é possível verificar que à exceção do mencionado em relação a Heitor, comparece nos relatos -ainda que em graus variados - certa dose de afetividade. Além disto, a visualização da tabela 6, que expõe a relação total dos nomes dos animais para além dos destacados anteriormente, torna evidente a presença de nomes no diminutivo, adjetivos, nomes ou apelidos comuns entre humanos, além de nomes de doces ou outras comidas. Sobre estes últimos, Harris (1998) explica suas aplicações a animais:

Nomes de pets frequentemente expressam um impulso canibal para consumir os animais, para desmembrá-los e ingeri-los, sufocando-os

com um amor tão intenso [...] Metáforas alimentares são cruciais para a retórica de afeto intenso, seja o amor sentido por filhos, animais de estimação ou cônjuges [...] A prevalência de nomes de alimentos entre os animais sugere que a compreensão de nossa cultura de devoção está intimamente ligada com crueldade e poder despótico, com um impulso faminto para transformar nossos animais de estimação em pedaços saborosos [...] As expressões mais benignas de ternura traem um impulso quase voraz para devorar o objeto de nossas afeições (Harris, 1998,p.14).

No que tange aos tempos transcorridos desde o início dos relacionamentos entre participantes e os cães com que convivem atualmente, é perceptível que se tratam de intervalos muito menores do que os transcorridos na situação de rua propriamente dita. Além disto, conforme parte em destaque na tabela, a maioria respondeu positivamente ao questionamento sobre já ter se relacionado com outros cães em momentos anteriores de suas vidas. Nestes casos, geralmente eram feitas referências a passagens em que já se encontravam em situação de rua, em semelhança ao citado neste item em relação a Miguel, Elton e Ismael.

Distintamente, porém, compareceram três relatos que davam conta de histórias de convívio com cães anteriores a ida às ruas:

“Uma vez só (teve cão). Até então eu tava em casa, eu era... era um cidadão de bem”.(Fagner).

“Sim, eu tinha muitos cachorrinhos quando era criança” (Elton).

“Tive na casa de mãe lá, tinha um cachorro lá que não podia me ver que

ficava doido [...]” (Luis).

Ao menos nestes últimos casos, então, é possível verificar que o início dos relacionamentos com os cães ocorreram quando a situação de rua dos participantes já se encontravam em estados crônicos ou de cronificação. Isto porque intervalos relativamente grandes de tempo (respectivamente cerca de 15, 8 e 1 ano) foram transcorridos entre o início das vidas na rua e o comparecimento dos cães nelas.

Especialmente em relação a Luis, é verificável a influência da cronificação da situação de rua sobre sua decisão de se relacionar com cães:

Aí decidi ficar direto na rua. Aí então, minha intenção de ter cachorro não era nem hipótese, mas depois eu falei: “Ah, quer saber de uma coisa? Moro na rua, então eu vou, vou adotar um filho. Um filho pra poder caminhar junto comigo”.

Conforme Vieira, Bezerra e Rosa (2004), há nestes casos crônicos um enfraquecimento geral do indivíduo, o qual engloba além do estado físico e mental (notório no relato de Fagner, claramente perpassado por uma atual autoimagem negativa), um distanciamento do vislumbre de mudanças na situação de vida atual, tais como o retorno ao lar ou a constituição de uma nova família. Em partes, então, isto parece não se aplicar à realidade dos participantes em questão, já que com veemência afirmaram desejar uma “mudança de vida” ou um retorno à situação anterior.

Neste sentido, Luis fala em mudanças para si e sua esposa, que à época da entrevista se encontrava hospitalizada:

[...] Depois que ela melhorar lá, que ela tiver andando, normal, com a própria perna dela, entendeu? Aí nossa vida vai começar a mudar, que

nóis vão na igreja. Nóis vão começar a ir na igreja. Eu vou se libertar da cachaça, porque lá (hospital) ela não tá bebendo, ela tá?

Miguel, por sua vez menciona que: *“E eu, vou falar pra você: o meu negócio é só, assim, eu não sou de fazer zueira, bagunça. Só quero assim, arrumar um serviço fichado pra mim continuar a vida que era”*.

Apesar disto, parece haver entre eles uma assunção cada vez maior do papel de morador de rua, o que por sua vez comporta exclusões, isolamentos e rompimentos de vínculos (Kunz,2012; Hungaro & Soares, 2009; Lima & Moreira, 2009), no caso de Luis amenizados pelo relacionamento com os cães, que em suas palavras são como *“um filho pra poder caminhar junto comigo”* – este tratamento dispensados aos cães será especificamente discutido no subitem 7.3.1 “O cão como um membro da família”.

Além disto, vale apontar que diante de todo o quadro supracitado de relacionamentos homem-cão anteriormente vividos pelos participantes, é trazida à tona uma questão que permeia em especial os relacionamentos interpessoais: a ocorrência de uma evolução constante. A partir dela, novas configurações vão se originando através do surgimento de vínculos novos e do desmantelamento de outros. Isto porque, conforme Hinde (1997), os relacionamentos apesar de diversos entre si, se desenvolvem em quatro estágios mais ou menos definidos, que são: início, crescimento e fortalecimento, manutenção e declínio.

Sendo assim, no estágio de início estão envolvidas a primeira impressão, a atração e o desejo de iniciar um relacionamento. No que tange o crescimento e fortalecimento, fala-se na identificação entre o par, o fortalecimento do vínculo, os tabus, a confiança, entre outros aspectos. À

manutenção são englobados a estabilidade, estratégias de manutenção, ajustes ou término. Por fim, fatores pessoais e externos se sobressaem e dão lugar ao estágio de declínio e dissolução. Diante disto, a seguir serão tratados com maior especificidade os estágios de início, crescimento e fortalecimento – ambos conjuntamente – e manutenção dos relacionamentos em xeque no presente trabalho:

Início, crescimento e fortalecimento dos relacionamentos

De modo recorrente, dois fatos se presentificaram nos históricos dos participantes acerca da chegada dos cães a suas vidas: o abandono ou a doação dos animais. Conforme segue:

“Esse aí era do “velho”. Acostumou comigo e tá aqui comigo até hoje [...] Negrinho começou a me acompanhar e tá comigo até hoje” (Luis)

Peguei ele na rua [...] Achei ele perdido na rua. Tava machucado, com uma bolota em cima assim, saindo um montão de pus. Peguei e arrastei ele [...] Tô com ele há bastante tempo, desde que eu achei ele. Nem o dono dele quis ele mais (Gabriel).

Esse daí veio lá de São Paulo, ele e um andarilho. Aí o andarilho chegou aqui e tinha que pegar um ônibus pra ir embora aí pra outro lugar aí, ele me falou. E deixou o cachorro comigo. Aí eu fui cuidando, cuidando, cuidando...” (Ismael).

“Essa aqui chegou perdida aqui. Andarilho chegou aqui, aí abandonou ela aqui. Aí eu e o rapaz aqui começamo a tomar conta dela. Aí ela é fiel pra mim e pra ele igual. É nossa cachorra” (Fagner).

“Foi desde pequenininha que alguém me deu. Agora não sei nem quem. Aí eu cuido dela e tudo. E aonde eu vou ela vai atrás” (Jorge).

Eu morava na pracinha do Eucalipto, aí nós tava dormindo lá, eu peguei. Ela chegou pequenininha. Aí o rapaz começou, que trouxe ela, não tava cuidando direito, eu comecei a cuidar. Aí nós até brigava por causa dela e tal, tal. Eu brigava com ele. Aí eu peguei e fui cuidando dela direitinho, e onde eu vou ela vai atrás de mim (Miguel).

Percebe-se, então, que nestes casos, o início do relacionamento - que conforme mencionado anteriormente perpassa a atração, a primeira impressão e o desejo de envolvimento (Hinde,1997) - é refletido em um acolhimento do animal pelos participantes, geralmente incorporado e aqui presentificado como um “cuidar” assumido de prontidão em situações de fragilidade. A partir daí, os relatos dão conta de um crescimento e fortalecimento dos relacionamentos, partidos não só dos participantes como também dos cães, que como mencionado por muitos, passam a segui-los e acompanhá-los por aonde vão, demonstrando, conforme as palavras de Fagner, fidelidade para com eles. Neste contexto, Costa (2009) fala em uma reciprocidade, na qual o homem ajuda os cães e os cães retribuem com carinho.

Já no que tange à identificação entre o par - uma das características do estágio de crescimento e fortalecimento (Hinde,1997) - Sposati (2009,p.193) acrescenta que: “o encontro entre o cão e uma pessoa em situação de rua é, sem dúvidas, um símbolo de mútuo reconhecimento de identidades perdidas”.

Se em suma o cuidado deixa marcas fortes no início dos relacionamentos entre os participantes e os cães, em geral, estratégias no mesmo sentido se fazem presentes como uma das formas de sua manutenção.

Com isto, é garantida, em maior ou menor grau, a estabilidade do envolvimento entre os pares, como será destacado no tópico a seguir.

Manutenção dos relacionamentos

Quando questionados sobre como cuidam dos cães, muitos relatos dão conta inicialmente de atendimentos a necessidades primárias, tais como alimentação, água e higienização, apesar de geralmente perpassarem questões afetivas:

“Ração. Na maioria das vezes meus clientes me dá ração, comida. Ele toma mais banho de água salgada. Não pode ver praia” (Gabriel).

A gente sempre procura tá trocando a água, botando ração. A gente às vezes assim, no modo de agir, às vezes a gente se apega muito a certos tipos de coisa, igual ao animal que é amigo igual esses. Às vezes a gente esquece da gente pra poder tá abrindo mão de cuidar dos bichos. É sempre alimentação, água trocada. Não deixa eles beber água de um dia pro outro, a gente sempre tá colocando água no recipiente deles, botando comida nova. Mas eles não dão tempo! Eles dão conta de tudo (Abigail).

“Ah! Eu pego ração ali. Têm os vizinho aqui que ajuda a gente, traz uma ração” (Fagner).

Eu cuido delas na medida de meter sabão, dar banho. Aí depois eu pego remédio de matar verme, dou pra eles beber. Sabe o que é purgante? Purgante é aquele negócio que o cachorro bebe, aí dá dor de barriga. Igual o homem, tem que tomar limonada purgatória pra ter dor

de barriga, pra ter disposição pra trabalhar (Davi).

É...tem um prato de ração ali, eles não comeram. Eles não comem muita ração não, eles é mais de cutucar lixo. Ração tem um monte, tem um punhado lá guardado [...] Bom, de vez em quando eu tô fazendo isso aqui que você tá vendo: um carinho (Ismael).

Bom, tem a ração dela, tem água ali. Tem uma mulé que também traz ração também, entendeu? Graças a Deus. E de vez em quando eu vou lá pra pracinha, ela come a raçõzinha dela, entendeu? Porque isso aí eu falo mesmo, eu se maltratar um animal desse pra mim é covardia. Eu nunca bati nela. Só zango com ela de vez em quando, mas só aquilo ali (Miguel).

Miguel ainda relata:

“Eu comecei a cuidar, aí eu comprava ração, dava remédio. Aí até esses dias agora, mandei capar. Ela é capada”.

Verifica-se, que além do que concerne à higiene, aqui presentificada pelo ato de dar banho, é recorrente a preocupação com uma alimentação tida como balanceada para cães: a ração. Então, somados aos relatos dos próprios participantes, F.S.3 atribui a seguinte concepção sobre o mesmo fato:

Por exemplo, você percebe eles comendo uma comida, que eles foram lá e pediram, mas a ração eles foram lá e compraram, sabe? De não dar comida mesmo pros cachorros [...] Antigamente as pessoas davam o que? Comida pros cachorros, principalmente os mais antigos, né? Não! Eles compram ração! Os cachorros comem ração. Dificilmente você vê

eles comendo outras coisas. Então o cuidado é muito grande, assim.

Porém, cabe aqui ressaltar que apesar destes relatos refletirem tentativas incessantes de práticas tidas como responsáveis dos participantes para com os cães (Langoni et al., 2011), a vida nas ruas por vezes impõe limites e dificuldades que acabam por repercutir no trato com os animais:

“Cuido bem deles, né? [...] Não, dar banho não. Nem eu tomo banho, vou dar banho neles? (risos)” (Luis).

“Ela tava muito doente com esse negócio dessa coceira nela. E remédio é caro pra danar, né? [...]” (Jorge).

De toda forma, em muitos casos - como os de Miguel, Gabriel e Fagner mencionados anteriormente - há relatos de amenização das ditas limitações através do recebimento de ajudas, de ordens diversas, vindas de domiciliados:

“Seu Paulo é cuidador de animais, entendeu? Ele me dá uma força aí sobre esses animais aí. [...] Têm outras pessoas também. Tem uma senhora que passa aqui direto também! Dá salsicha pra eles” (Ismael).

“A menina da prefeitura, né? Que cuida de animal, já foi...de vem em quando ela vai lá em casa e tudo” (Jorge).

Minha filha, esses cachorros comem melhor do que nós! Esses cachorros têm veterinária, ela vem todo... de 15 em 15 dias ela vem [...] É uma enviada de Deus que veio. Ela vem, pega ele, leva... dá injeção, traz... ração, comida balanceada, não tô falando? Às vezes nós mal mal come farinha, esses cachorros comem melhor (Abigail).

Tem uma pessoa especial também, que ela é praticamente uma mãe pra nós. Ela praticamente é uma mãe que adotou nós como

praticamente filho dela, que ela vem ajudando a gente com alimento, os cachorro com ração, entendeu? As pessoas passa aqui e vê ela parada com o carro aqui, dando comida pros cachorro assim, as pessoas passam e falam bem assim: “Que que aquela mulher com aquele carrão parado tá fazendo ali perto daquele mendigo ali? Eu, hein! Deve ser doida!” Mas pra ela nós não são mendigo não. Mendigo é o diabo, nós são rico [...] (Luis).

Com isto, é notória certa sensibilização social diante do par homem-cão em situação de rua, que segundo Taylor, Williams e Gray (2004) comumente provém mais das mulheres do que dos homens. Fato é que, em alguns casos, através da soma das práticas dos próprios participantes e dos supramencionados domiciliados - mesmo que pontuais - para com os cães, são adotados cuidados que os aproximam da chamada guarda responsável. Para Langoni et al. (2011) este tipo de guarda envolve, entre outras coisas: vacinação, alimentação, conforto, castração e vermifugação. Assim, muitas destas medidas parecem ser adotadas ao menos por parte dos participantes, ainda que limitadas pelas condições precarizantes próprias do viver nas ruas.

Diante da supracitada ideia de zelo para com os animais, é afastada a concepção recorrente e generalizante produzida pelo senso comum de que os cães que convivem com pessoas em situação de rua seriam maltratados e adoecidos. Neste contexto, Costa (2009) dá conta do caso de um senhor que na época de seu estudo vivia com sete cachorros, com os quais dividia comida, água, dormida, carinho e o sentido da vida. Segundo ele, então: “Onde vive um, vivem dez” (p. 77). Entretanto, para a autora, para a sociedade sete

cachorros é um número muito grande “pra quem não tem nada para si” (p.77).

Em contrapartida ao tratamento dispensado a eles, os cães parecem retribuir, oferecendo não apenas carinho (Costa, 2009) como também proteção, já que onze dos doze participantes fizeram menção ao fato de serem protegidos pelos animais. Com isto, são endossadas as ideias de Irvine (2013) e de Queiroz (2010). Sendo assim, dado o destaque recebido pelo papel canino de protetor para população em situação de rua, o mesmo será tratado detalhadamente no item 7.3 “Concepções dos participantes acerca de seus relacionamentos com cães”.

Ademais, Hinde (1997) assinala que o estágio de manutenção dos relacionamentos compreende outro fator além das estratégias de manutenção propriamente ditas, que cabe ser destacado: as estratégias de término. Assim, no que permeia os relacionamentos em questão aqui, este tipo de estratégia foi citado por dois participantes, ainda que o término não tenha se concretizado de fato ou definitivamente, haja vista o comparecimento de questões afetivas urgentes.

Jorge, então, relata já ter pensado em sacrificar Paqueta, acometida por coceiras. Segundo ele: *“Aí, eu ia sacrificar ela, mas eu fiquei com pena dela porque ela é muito companheira. Onde é que eu vou ela vai atrás”*.

Miguel, por sua vez, menciona o desfecho da ocasião em que doou Bolinha para outra pessoa por conta de mudança para uma moradia onde a cadela não era aceita:

Não posso. Se for dar ela, eu não posso. Eu já dei ela pros outros, mas só que o cara...dei pro cara lá na Praia do Canto, porque no lugar que eu morei uma vez o cara não aceitava cachorro. Aí eu falei pra ele:

“Você não solta a cachorra! Se você soltar, ela vai vir atrás de mim. Aí quando foi no outro dia, eu cheguei de manhã cedo, fui trabalhar, aí o cara topou comigo: “Aí, Miguel, a cachorra sumiu”. Aí eu peguei, virei pra ele e falei: “É aquela ali?” Quando eu vou trabalhar, eu posso deixar ela dormindo aqui, ó. Quando eu chego no serviço, vou olhar, ela tá lá perto de mim (Miguel).

Concepções dos participantes acerca dos cães em suas vidas

No que concerne ao papel exercido pelos cães em sua vida, Davi foi enfático ao afirmar: *“Eu considero eles como bicho de estimação”* e *“[...] Animal é animal, minha senhora”*. Além disto, sobre seus sentimentos para com as duas cadelas com que convive, ele mencionou que: *“Sinto assim, piedade, pena. Pena assim, né? Às vezes não come, aí tem que arrumar comida pra eles. Tem que arrumar água, né?”*

Contudo, cabe ressaltar que estas afirmações de Davi podem ser consideradas exceções no presente estudo, já que não condizem com as falas da maioria dos participantes acerca de seus relacionamentos com os cães. Estas, por sua vez, são geralmente revestidas por altas doses de afetividade, sendo comuns evocações de sentimentos como amor e carinho quando em menção aos animais em questão.

Assim, diante deste contexto de afetividade pulsante, por vezes torna-se verificável certa tendência à humanização do cão (Tesche, Cunha & Ciscon-Evangelista, 2011), como refletido na fala de Miguel, na qual se refere à Bolinha como “pessoa”. Conforme segue:

[...] Ela que era minha companheira da rua, não deixava ninguém

chegar perto. Aí eu amarrava ela. E depois que eu vim pra cá, eu soltei. No entanto ela assim, ela é uma pessoa que protege a gente (Miguel).

Além disto, a dita humanização comparece quando em referência aos seus cães, os participantes utilizam termos que dão conta de relacionamentos, em essência, interpessoais. Sendo assim, semelhantemente ao verificado por Irvine (2013) em estudo norte-americano, os cães foram aqui recorrentemente referidos como membros da família ou amigos, o que será discutido em detalhes nos dois primeiros subitens a seguir. Ademais, com isto é retomada a ideia apresentada no Capítulo 2 “Convergências e divergências entre estudos de relacionamentos interpessoal e entre homens e cães”, na qual está embasado o presente trabalho e que dita que: resguardadas as inegáveis distinções de cada um, seria possível aproximar teoricamente os estudos do relacionamento homem-homem aos do relacionamento homem-cão (Merizio & Garcia, 2006).

Por fim, somando-se às concepções de “cão como um membro da família” e “cão-amigo”, comparece em onze dos dozes relatos, material que dá forma a uma relevante terceira categoria: a do “cão que protege”. Pretende-se, com ela então, aprofundar questões concernentes a este papel canino já mencionado brevemente no subitem 7.2.2 “Manutenções dos relacionamentos”, além de evidenciada na supracitada fala de Miguel.

O cão como um membro da família

Na atualidade, não são poucos os casos em que cães são concebidos por humanos como membros de sua família (Schuch, 2009; Silva, Carvalho,

Klein & Quessada, 2009). Brandão (n.d.), então, associa este fenômeno ao processo de urbanização, em que as pessoas ao se isolarem em casa acabam por estabelecer vínculos com cães e gatos.

Há pistas, todavia, de que o supracitado fenômeno não se restringe àqueles a quem por vezes cabe o “isolamento em casa”, ou seja, os domiciliados. Irvine (2013), por exemplo, aponta que muitos participantes de seu estudo - a saber, pessoas norte-americanas em situação de rua que convivem com pets - os descreveram como familiares. Em adição, no que permeia o presente estudo, Luis, Gabriel e Miguel também o fizeram, mais especificamente se remetendo aos cães como filhos.

Conforme Luis: *“Eu falei: “Ah! Quer saber de uma coisa? Moro na rua, então eu vou, vou adotar um filho. Um filho pra poder caminhar junto comigo”*”. Miguel, por sua vez, menciona: *“[...] Igual eu falei pra você, eu pra mim, isso aí eu considero igual assim, ter um filho. Eu não gosto assim, de maltratar cachorro”*.

Justamente sobre este aspecto, Irvine (2013) afirma que, em geral, a pessoa em situação de rua que relata conceber o animal como um membro da família, não o tem como um irmão ou pai, e sim como um filho, uma criança ou bebê. Com isto, é trazida à tona uma ideia de dependência e, por conseguinte, de responsabilidade e cuidado para com os cães, aqui refletidos nas falas de Gabriel e Miguel: *“Tudo o que eu como, ele come também”* (Gabriel).

Eu sinto assim, muito amor e carinho, né? Porque a gente acostuma. Igual assim, igual se a gente pegar amor por uma criança. Aí eu já cuidei dela muito pequena [...] Eu tenho dó de dar ela pros outros, porque não consegue ficar longe de mim (Miguel).

A isto, são adicionadas as seguintes observações de F.S.3:

É assim, é, o cuidado. Tanto deles pros cachorros como dos cachorros com eles [...] Lá em São Paulo a gente viu, lembra? Quanto cachorro o cara tinha! Todos dentro do carrinho. Geralmente quando a gente encontra, os cachorros estão todos dentro do carrinho, né? E ele lá puxando e os cachorros lá, super felizes. E aí, assim, você vê os cachorros bem cuidados, você não vê aqueles cachorros magros. Se você for fazer uma comparação, tem gente que mora em uma casa, que tem um emprego, que tem uma situação financeira totalmente diferente de quem está em situação de rua, você vê aqueles cachorros, né? Aí você vai ali na praça, vê pessoas dormindo na rua e tem todo esse cuidado com o cachorro.

Ademais, Irvine (2013) cita que nos relatos em que comparece este tipo de concepção, a ênfase tende a recair sobre a intensidade e profundidade relacional, especialmente quando em comparação com relações humanas. Neste sentido, Gabriel afirma que: *“Pelo que eu já passei na minha vida, não consigo acreditar em ninguém [...] A única companhia que eu tenho diariamente é meu cachorro”*.

Além e diante disto, Gabriel aponta considerar Negão não só como filho, mas também como seu melhor amigo. Em suas palavras: *“Pra mim é filho e melhor amigo”*. Neste contexto, Irvine (2013) menciona que outra concepção comum em seu estudo – e que por vezes comparece entrelaçada a de membro da família – é justamente a do cão como amigo. Tendo em vista, então, sua recorrência também no presente trabalho, este aspecto será abordado mais

detalhadamente no subitem que segue:

O cão- amigo

Se no subitem anterior foi afirmado não serem raros os casos em que cães são concebidos por humanos como membros de sua família, o mesmo pode ser dito em relação aos que os concebem como amigos (Costa et al., 2009; Silva et al., 2013; Würdig, 2014). Merizio e Garcia (2006), por exemplo, ao procederem estudo comparativo entre amizades de crianças com cães e destas com outras crianças, verificaram que tanto os pais consideravam os animais amigos de seus filhos quanto os próprios o faziam. Para os primeiros, as justificativas para tal consideração giraram em torno do fato da amizade criança-cão ser fonte de elementos próprios da amizade típica, tais como o companheirismo, a interação e o “gostar”. As crianças, por sua vez, se basearam em questões bastante diversificadas, dentre as quais – em semelhança ao verificado em relação aos pais - os julgamentos do cão como “legal”, carinhoso, companheiro e que possivelmente gosta dela.

Já no presente estudo – que não mais tem como foco específico o relacionamento criança-cão – foi averiguado que além de Gabriel (supracitado em 7.3.1 “O cão como um membro da família”), outros seis participantes se referiram aos animais em questão como amigos. Neste sentido, Ismael menciona: *“Meus amigo! É meus verdadeiros amigos. E aqueles são!”*

Para Irvine (2013), é comum entre pessoas em situação de rua que consideram seus cães como amigos, que a ênfase de suas narrativas recaia sobre dimensões como o companheirismo e o conforto inerentes ao relacionamento. Aqui, a relevância destas dimensões se faz notória nos relatos

dos participantes, sendo presentificada de modos diversos.

Assim, Jorge e Miguel dão conta de uma companhia constante, geralmente relacionado a um não afastamento mútuo e/ou ao comportamento de seguir emitido pelo animal: “[...] *Ela é muito companheira. Onde é que eu vou, ela vai atrás*” (Jorge); e “*Eu considero como uma amiga, né? Porque tudo que eu faço por ela... aonde eu vou, minha filha, ela vai atrás. Se eu deitar ali, ó, ela deita ali [...]*” (Miguel).

No mesmo contexto, F.S.3 adiciona suas observações:

É uma coisa assim, que foge um pouquinho, porque quando eles vão dormir, eles dormem com o bicho colado, assim, de conchinha, sabe? Tudo juntinho, os cachorros debaixo dos cobertores, né? Todo mundo junto, assim. Levanta, os cachorros levantam e vão atrás [...] (F.S.3).

Indo além, Abigail e Gabriel ressaltam seus momentos de lazer com os cães. Neste sentido, a mulher relata sempre ter a companhia do cão para entrar no mar, como na situação que segue:

A gente nadando no mar lá. Eu, ele (o cão, Pai), a Tininha, meu marido, todo mundo. Eles nadando na frente e a gente atrás. Eu tenho medo! Ainda mais esse marzinho aqui que de vez em quando aparece uns peixinho estranho [...] Acho que foi semana passada ou retrasada, meu marido que sabe. *A gente lá fumando um baseado, quando pensa que não, vem aquelas bichonas com aquelas barbatanas. Aquele cardume! Falei: “mete o pé, infeliz!”. Rapaz, só via eles (cachorros) correndo e a água puxando. Eles vinham e a água puxando [...]* Eles fumam maconha com nós todo dia! (Abigail).

Gabriel, por sua vez, menciona:

Toda vez que eu vou na praia, eu pego uma garrafa pet, não tem aquelas garrafa descartável? E boto um pouquinho d'água nela e tampo e soco ela daqui até naquele telhado lá. E ele sai correndo, cem vez que tacar, ele pega e traz.

De outro modo, o companheirismo e a afetividade entre os pares comparecem também em relatos de conversas, à medida em que os participantes julgam estabelecer com os cães uma comunicação genuína, baseada em um entendimento mútuo:

“Ah! Converso com ela, ela me entende e tal. “Olha só, você para com isso”, aí ela pegou e baixou a cabeça”” (Miguel).

“Hum...toda hora! Converso com ele tudo, ué! Tudo” (Gabriel).

“Igualzinho eu tô conversando com você, ué. Mesma coisa!” (Ismael).

Por fim, Abigail relata uma ocasião em que, segundo ela, o cão teria literalmente pedido água, pronunciando para tanto, a palavra. Conforme segue:

Contanto que eles entendem a gente. O Pai teve uma vez no Santuário que ele olhou pra um lado e pro outro e a gente viu que ele tava querendo alguma coisa. A gente perguntou: “Pai, o que você quer?” (Abigail emite um som semelhante a um latido) Ele pediu água! A gente ficou em estado de choque! Ficamos três dias sem dormir, tá? Só com aquilo na cabeça.

Conforme Hinde (1997), a comunicação, seja verbal ou não-verbal - a qual se incluem expressões emocionais e outros sinais – se trata de elemento

elementar para a compreensão dos relacionamentos de modo geral. Talvez, então, esta seja uma das razões para que a comunicação entre humanos e cães venha despertando o interesse de estudiosos diversos, que através de uma série de achados já comprovaram grande habilidade canina em compreender sinais de comunicação humanos (Cunha & Garcia, 2013). Pongrácz et al. (2011) por outro lado, inferiram que humanos muito jovens (cerca de 6 anos de idade) já apresentam compreensão básica de estados internos caninos em diferentes tipos de latidos.

Com tudo isto, infere-se que no presente trabalho, à semelhança dos achados de Merizio e Garcia (2006), também a dita relação de amizade homem-cão se aproxima da amizade típica, porque além do já mencionado companheirismo, comparecem nos casos aqui em xeque elementos tais como: intimidade, afeição e interdependência voluntária (Hays apud Hinde, 1997); reconhecimento, participação, espontaneidade, aceitação e prazer mútuo (Davis & Todd apud Hinde, 1997).

O cão que protege

Em meio à dita recorrência de relatos do cão como protetor, apenas Elton nega o exercício deste papel pelo animal com que convive. Em suas palavras: *“Não. Ele não faz nada, nem late”*. Em contrapartida, alguns participantes chegam a detalhar situações perigosas ou problemáticas em que se sentiram protegidos pelos caninos em questão. Neste sentido, Célia, por exemplo, cita brevemente uma ocasião em que um dos cães que a acompanham a protegeu do ataque de um homem.

Seguindo o mesmo raciocínio, Ismael relata já ter sido protegido diversas vezes por Chokito e Caramelo: *“Claro! Com certeza! Vários (os*

episódios em que os cães o protegeram). Principalmente uma abordagem de polícia que já chegou me abordando, me jogando na parede. Aí eles começaram a latir”. Assim, especificamente com este relato, é trazida à tona a relação, por vezes bastante conturbada, entre a população em situação de rua e os chamados agentes de segurança pública.

Todavia, as agressões e ataques – muitas vezes revidados – contra pessoas em situação de rua nem sempre partem dos agentes de segurança, pois podem provir de qualquer sujeito disposto a violentar os que habitam espaços públicos. Moura Jr, Ximenes e Sarriera (2013), por exemplo, mencionam que não raramente estas pessoas são vítimas de roubos, o que pode trazer prejuízos à manutenção de suas vidas, já que geralmente documentos também são subtraídos. Assim, enquadrado nesta realidade, o relato de Abigail dá conta de ocasião em que teve junto a seu marido, objetos roubados por transeuntes:

Bom, igual no dia que foram roubar a carteira do meu marido. Aí é aquela questão, a gente tinha bebido uns goró por excesso, aí a gente dormiu. Aí passou uns dois caras. Sorte deles que eles tavam de bicicleta, se eles tivessem a pé, a Tininha e o Pai tinham pegado eles. Roubaram a carteira do meu marido com cem reais dentro, que a gente tinha trabalhado vigiando carro, e os documentos do meu marido (Abigail).

Infere-se, então, que apesar do roubo ter sido levado a cabo, a proteção fornecida por Pai e Tininha não deixa de ser reconhecida, o que é também transparecido através da seguinte fala:

Quando nós tudo tamo dormindo, minha filha! Fica um aqui, outro ali. Se tiver um passando, rodeando a gente, eles pulam da gente e vão em cima das pessoas pra acordar a gente, se não for conhecido da gente. É os nossos super-heróis! Eu considero assim (Abigail).

Diferentemente dos supracitados, outros participantes não se ativeram a situações específicas de perigo ou problema iminente em que foram ou se sentiram protegidos pelos caninos, já que parecem considerar a proteção algo corriqueiro e/ou inerente a seus relacionamentos homem-cão. Conforme segue:

O animal, ele sente. Eu já vi muitas reportagens que o animal sente quando a pessoa tá com boa fé com você ou não, e ela convive comigo, dorme comigo [...] Eu durmo aqui embaixo, ela dorme no pé ou na minha cabeça. Se passar alguém diferente ela late, me acorda. Então, ela já sente. Já tem um, como se fosse uma premonição, já sente alguma coisa. Então pra mim, têm muitas pessoas que não chegam perto de mim porque sabem (Fagner).

“Elas de noite não dorme não. Elas ficam acordada! Eu é que durmo, elas não dorme” (Davi).

“Dá alerta, né? Dá o alerta, né? Dá o alerta quando chega uma pessoa. Eles late, aí eu acordo. Mas tem vez que eu nem acordo, eu vejo quem é e fico dormindo” (Luis).

“É, o que ela protege é só olhar o carrinho. Se alguém botar a mão no carrinho, ela pula em cima” (Jorge).

A partir daí, mostra-se inegável a verificação de que um elemento comparece na maioria dos relatos supramencionados: a proteção noturna promovida pelos cães. Nestes termos, a presença canina se soma a artifícios que garantem algum grau de segurança aos participantes enquanto buscam pernoitar. Isto porque, conforme Kunz (2012) e Moura Jr, Ximenes e Sarriera (2013) o quadro de vulnerabilidade, insegurança e medo vivido nas ruas se torna ainda mais expressivo à noite.

Neste contexto, Kunz (2012) menciona que não raramente instrumentos como facas entram em cena em nome da autodefesa, já que dormir nas ruas configura-se como um desafio à sobrevivência. A qualquer momento as pessoas em situação de rua podem ser despertadas com chutes ou pontapés, com frequência desferidos por aqueles que se ocupam da segurança pública, à semelhança do aqui ilustrado através do relato de Ismael. Sendo assim, faz-se necessário ter sempre alguém na espreita enquanto os “irmãos da rua” (p.104) dormem.

Sendo assim, parece cabível pensar que nos casos aqui em análise quem trata de ficar na espreita é em especial o cão, o que F.S.2 endossa ao comentar: “Para população em situação de rua, animal também representa um pouco de proteção, né? No horário em que eles estão dormindo, não deixa de ser vigilante. Então, assim, tem uma relação nesse sentido também”.

Com tudo isto, então, confirma-se veementemente aqui a hipótese levantada por Queiroz (2010) em seu trabalho intitulado “” O último vínculo: “moradores de rua” e seus cães na cidade de São Paulo”, conforme a qual

além de fornecer afeto, os cães desempenhariam para seus donos em situação de rua o papel de protetores diante das vulnerabilidades enfrentadas cotidianamente.

Repercussões individuais e sociais do relacionamento

Em sua teoria acerca dos Relacionamentos Interpessoais, Hinde (1997) propõe a existência de níveis de complexidade social, nos quais os relacionamentos influenciariam e seriam influenciados pelas interações que os compõem. Estas, por sua vez, seriam influenciadas e influentes sobre cada membro do par, junto a seus processos psicológicos, estrutura sociocultural de valores, crenças e características da sociedade e das instituições em que se inserem, dentre outros fatores. Em adição, o autor afirma haver um grande dispêndio de forças subjetivas como esperanças, atitudes, emoções e expectativas entre os que se relacionam.

Então, tomando como base estas concepções, parece pouco provável que os pares passem por qualquer tipo de relacionamento sem que seja sentido, vivido ou produzido algo. Ou em outras palavras, sem que ocorra a emersão de repercussões - tidas como boas ou ruins - na vida de cada um dos envolvidos. Assim, no que tange a relacionamentos entre humanos e cães de modo geral, comparecem o bem-estar do par (Handlin et al., 2012), a companhia (Brandão, n.d) e a participação em resgates (Gómez et al., 2007) como exemplos das ditas repercussões ou dimensões positivas. Por conseguinte, atos violentos desferidos por algum dos membros, tais como mordeduras (Lunney et al, 2011) ou maus-tratos (Marlet & Maiorka, 2010) servem para exemplificar o lado oposto.

Indo além, há indícios de que quando os humanos que compõem pares com cães se encontram em situação de rua, as repercussões tendem a tomar proporções expressivamente maiores se comparados à população em geral (Singer, Hart & Zasloff, 1995). Queiroz (2010) e Costa (2009) chegam a dizer que por vezes os cães se tornam o único vínculo afetivo destas pessoas, que por sua vez, auxiliam os animais na manutenção de suas vidas. Então, ao que tudo indica, nestes casos são produzidas repercussões classificadas como positivas para ambos. Por outro lado, Baker (citado por Irvine, 2013) menciona resultados de seu estudo, no qual entre indivíduos na situação em questão foram averiguados maiores índices de alcoolismo, isolamento, ataques de pânico e comportamentos agressivos.

Ademais, cabe dizer que nem sempre as repercussões se restringem ao par, podendo atingir seu entorno e gerar algo maior, em âmbito social/grupal. Isto porque, ainda em se tratando de níveis de complexidade, os grupos sociais dialeticamente afetam e são afetados pelos relacionamentos (Hinde, 1997).

Tendo isto em mente e somando-se o fato de cada estudo se distinguir do outro por questões diversas - como as culturais - entra em cena aqui o questionamento sobre de que formas os relacionamentos com cães repercutem individual e socialmente nos participantes do presente estudo. Sendo assim, para fins de exposição e discussão dos dados que respondem a esta questão, foi adotada, por convenção, a sequência de subitens que vai das repercussões positivas às negativas.

Para proceder à divisão dos subitens supracitados, portanto, foram levados em conta prioritariamente o julgamento dos próprios participantes, considerando para tanto o momento em que os dados compareceram durante

as entrevistas. Basicamente, então, foram adotadas como repercussões positivas as respostas dadas aos questionamentos: “Você acha que o(s) cão(es) te ajuda(m)? Conte um caso típico” e “Você considera que o(s) cão(es) te protege(m)? Conte uma situação em que se sentiu protegido pelo(s) cão(es)” e como repercussões negativas as informações fornecidas quando questionados “Em algum momento o(s) cão(es) te atrapalha(m)? Conte uma situação em que isto ocorre”.

Por fim, ressalta-se a ausência de interesse em rotular os relacionamentos dos participantes como bons ou ruins em sua essência, visto que os mesmos são aqui considerados processos, estando em constante evolução (Casado, 2012). Além disto, mesmo se levado em conta apenas um intervalo específico de tempo, esta rotulação não se trataria de tarefa fácil, já que por vezes em um mesmo relato o indivíduo se remeteu tanto a repercussões positivas quanto a negativas. Diante disto, então, é também demonstrada o quão inapropriada é a visão maniqueísta⁵ que persiste em muitos estudos acerca dos relacionamentos interpessoais (Garcia, 2005).

Repercussões positivas

Tomando para análise as repercussões tidas em essência como positivas, cabe trazer à tona o fato de que cinco participantes – mais especificamente: Abigail, Miguel, Fagner, Elton e Gabriel – disseram ter notado mudanças favoráveis após a chegada do cão às suas vidas. Neste sentido,

⁵O termo maniqueísmo diz respeito à religião fundada por Mani, nascido na Pérsia, no século III. Caracteristicamente, apresenta uma visão dualista radical, na qual o mundo se divide em duas forças: o Bem e o Mal (Lima, 2001). Segundo o autor “a expressão maniqueísmo ganhou uso corrente ao definir aquele tipo de pessoa ou aquele tipo de pensamento de estruturação dualista que reduz a vida (ou alguns de seus aspectos) a pares antagônicos irreconciliáveis, tipo: direita/esquerda, corpo/mente, reacionário/progressista, belicista/pacifista, fiel/infiel, capitalista/comunista, individualismo/coletivismo, branco/negro, ariano/judeu, raça superior/raça inferior, objetivo/subjetivo e assim por diante”(p.xx).

Fagner, por exemplo, menciona: *“‘É, fiquei mais, como se diz, menos ‘bolado’”*. Elton, por sua vez, é mais específico ao relatar ter assumido mais responsabilidade, fator também pontuado por Gabriel, que o enxerga como uma ajuda dada por Negão. Segundo ele, então: *“(Negão) me ajuda a ter mais responsabilidade. Ele precisa de mim porque ele só fica aí dentro. Ele precisa de mim pra poder comer, beber”*. Sendo assim, os cuidados para com o cão, bem como a dependência deste para com o humano com que convive (o que já foi discutido tanto em 7.2.2 “Manutenção dos relacionamentos” quanto em 7.3.1 “O cão como um membro da família”) são novamente ressaltados como pontos importantes para o andamento do relacionamento em questão.

Ademais, outros participantes além de Gabriel dizem receber algum tipo de ajuda dos cães com os quais se relacionam. Neste ponto, o papel de protetor exercido por estes (discutido especificamente em 7.3.3 “O cão que protege”) é retomado e reforçado pelas falas veementes de Ismael, Davi, Miguel e Abigail. Para esta última, por exemplo, os cães são tidos como “guardiões”. Conforme suas palavras:

Porque eles são nossos guardiões, nossos amigos. Às vezes a gente para pra conversar com eles e eles entendem. Não tem ninguém pra desabafar, você chega perto deles. Às vezes você tá passando mal, eles têm as manhas. Sabe como? (Abigail).

Somando-se à proteção, comparece a partir desta fala de Abigail um aspecto relevante e não raramente retratado pela literatura pertinente (Labrecque & Walsh, 2011; Bonas, McNicholas & Collis, 2000; Barker et al., 2010; González & Landero, 2011; Slater, Lloyd & King, 2012): o conforto e/ou o

bem-estar provenientes do relacionamento entre cães e humanos, estes em situação de rua ou não. Neste contexto, então, cabe acrescentar o relato de Célia, que diz passar bastante tempo *“abraçada com o cachorro”*, o qual, segundo ela, ajuda na superação de seu quadro depressivo.

De outra forma, Elton e Ismael relatam ser ajudados por Elton, Chockito e Caramelo na medida em que domiciliados se aproximam deles quando estão em companhia dos cães. Nestes termos, o segundo relata a ocorrência facilitada de diálogos: *“Bom, por causa do cachorro já começa a rolar diálogo, começa a conversar, pergunta igualzinho você tá perguntando”*. Com isto, traz-se o foco para o que Queiroz (2010) chama de papel de intermediador exercido pelo cão entre a população em geral e a população em situação de rua, que passa a ser vista por ter o animal consigo.

Indo além, Luis busca explicar este olhar diferenciado de alguns domiciliados, o qual é visto até aqui pelos participantes como algo prevalentemente positivo e vantajoso: *“Tipo assim, é...várias pessoas, muitas pessoas me elogia. Me elogia porque é o melhor amigo do ser humano é o cachorro. É o meu melhor amigo, tá do meu lado, nunca se separa de mim”*.

Então, a partir destas últimas falas acerca da aproximação e intervenção de domiciliados nas vidas dos participantes intermediados pela presença canina, é possível remontar a dois movimentos correntes e controversos admitidos até o momento no presente trabalho: a) o reconhecimento dos cães como seres dotados de sentimentos e direitos, como os de gozar de cuidados que lhes garantam saúde e conforto (Chalfun, 2009; Gutiérrez et al., 2007) e b) o processo de invisibilidade e segregação da pessoa em situação de rua, em que tem constantemente seus lugares e valores humanos postos em xeque

(Lima & Moreira,2009).

Ademais, cabe reforçar aqui a ideia de que a linha divisória entre o que pode ser considerado como repercussão negativa e positiva parece bastante tênue, o que, conforme já dito, nos leva a metodologicamente admitirmos neste item o julgamento dos próprios participantes como definidor, já que os fatos incidem direta e prioritariamente sobre as vidas deles. Nestes termos, é mencionável o fato de que o mesmo olhar do público tido como vantajoso para alguns, é rechaçado veementemente por Abigail, o que justifica que sua fala abra o item a seguir, acerca das repercussões negativas dos relacionamentos.

Repercussões negativas

Abigail se expressa da seguinte forma ao ser questionada se o modo das pessoas domiciliadas a tratarem se altera devido à presença canina em sua vida :

Às vezes o relacionamento entre a gente não é tão igual, idêntico no meio deles, porque às vezes têm certos ser humano que mostra ter mais amor, mais afeto, mais...como se diz? Força de vontade de cuidar do animal que prestar atenção na gente que samo seres humanos. Isso tem um pouco, meio de dificuldades. Mas não dá nada não, a gente entre nesses corações distantes, né?

A partir desta fala, então, a participante aponta que algumas pessoas tendem a lançar olhares especialmente solidários sobre os cães, ficando ela e seus companheiros em segundo plano neste quesito. Diferentemente dos que se compadecem da situação canina, porém, há pessoas que tendem a considerar o convívio entre cães e pessoas em situação de rua como repulsivo,

problemático e passível de extermínio. Dentre as causas para tanto, contextos de procriação exagerada e propagação de doenças são destacados por F.S.2, que também destaca as medidas adotadas pelo Seas nestes casos:

Em algumas situações a gente já acionou a zoonoses, pra poder dar vacina, pra fazer a castração do animal. Porque teve um período, por exemplo, no Jabour, que os cachorros estavam procriando demais, assim. E aí, a comunidade reclama muito. Então, pra minimizar a situação, né? No caso do usuário, da pessoa em situação de rua, que vai manter o animal de estimação, mas que também não vai gerar um transtorno pra comunidade, então a gente aciona a zoonoses pra ir vacinar, fazer a castração. Tiveram situações que a gente já fez.

No mesmo contexto, Luis aponta em dois trechos do seu relato o incômodo produzido em alguns domiciliados pela presença de seus cães. Conforme segue:

O cachorro ele é o melhor amigo, mas muitas pessoas onde eu chego ficam desmoralizando, né? “Ah! Aquele cachorro ali, não vamo passar ali não!” [...] Mas os meus aqui foi tratado, foi criado livre. Livre! Se você criar seu filho preso, ele vai ficar, quando ele sair, ele vai ficar agressivo. Ele vai começar a fazer maldade com todo mundo. Mas o cachorro que é criado livre, ele chega e cheira você e aí não dá nada. Você passa a mão nele e tudo mais, e já é amigo dele. Agora, aquele que veve na corrente lá, preso lá, aí se passar a mão nele, vai abocanhar sua mão [...]

e

Numa parte, (cachorro) não ajuda. Porque eu tô querendo, eu quero ir pra algum lugar e tem que levar cachorro junto. E têm vários lugares que se eu for, que nem Praia do Canto, que nem Camburi, que nem Curva da Jurema, nesses mais nobre aí, eu não vou poder ir porque é, eles não vai, é, os moradores não vai aceitar. É, chama mais atenção. Quer ver, eles anda tudo com os cachorrinho deles de madame, tudo arrumadinho, bonitinho. Pega a bostinha. Caga, pega a bostinha. Se eles ver o meu cagando, cagando lá na praia e não ver eu pegando, recolhendo, eles vão falar: “Alá! O nosso nóis é obrigado a pegar, e o dele não, né?” Não é verdade? Então, cachorro de rua é cachorro de rua. Mas cachorro de madame [...] Atrapalha na locomoção, porque eu não posso, é, sair daqui e ir pra lá, entendeu? Tem que ficar preso (Luis).

Com isto, o participante indica restrição na sua locomoção pelos bairros da cidade devido à impossibilidade de ser acompanhado pelos cães. Todavia, vale destacar que neste caso, a restrição se dá prioritariamente por questões relacionais problemáticas com domiciliados, diferentemente do apontado por Elton e Bernardo, dos quais os relatos envolvem diretamente questões legais. Isto porque ambos trazem à tona como repercussão negativa do relacionamento, a impossibilidade de entrarem com os animais em transportes coletivos para que estes os acompanhem nos deslocamentos cotidianos ou eventuais, já que ao menos em Vitória, um projeto de lei (PL402/13) que almejava alcançar a permissão para o transporte de animais domésticos no serviço municipal recebeu o veto do prefeito em exercício em abril de 2014

(Fernandes, 2014).

Ao que tudo indica, então, o ato de deixar o cão sozinho nas ruas- único espaço possível para estes participantes - é visto como negativo, ainda que nestes casos o afastamento se dê momentaneamente, no intervalo do deslocamento entre o local de acomodação habitual e outro espaço da cidade em um mesmo dia, por exemplo.

Por conseguinte, se levadas em conta as possibilidades de afastamentos mais duradouros, a negação parece persistir e se avolumar fortemente. É aí que entram em cena os relatos dos participantes em que os relacionamentos com cães, pela força dos vínculos estabelecidos, são tidos como empecilhos para idas a instituições de albergamento ou de tratamento para dependência química, as quais por vezes representam um vislumbre de superação de modos de vida imersos em estigmas e quebras de vínculos sociais. Assim, enquadrado no segundo caso, Fagner - representante de uma parcela significativa da população brasileira que tem sua situação de rua vinculada ao uso/abuso de álcool e drogas, a saber, 35,5% (MDS,2009) - menciona ter recebido oferta de tratamento em instituição mantida pela igreja, sobre a qual as normas de funcionamento, como a existência ou não de espaços para permanência de animais não serão abordadas aqui. Nas palavras dele:

Às vezes eu penso em ir embora, mas penso em deixar ela aqui sozinha. Só assim, eu já fui numa casa pra mim poder...uma casa de recuperação, da igreja. Mas eu não posso deixar ela sozinha, porque ela, ela é fiel. [...] Igual, o rapaz falou que vinha me buscar quarta-feira e não veio até hoje. Fazer o que? Eu já dormi lá cinco meses (quando

ainda não convivia com Pimenta), aí eu saí e não retornei mais (Fagner).

Miguel, por sua vez, relaciona Bolinha à sua negativa de utilização dos serviços de albergamento mantidos pela prefeitura municipal de Vitória, onde se encontra atualmente. Em suas palavras:

Não. Nunca fui em albergue, nunca fui em abrigo [...] Porque assim, de vez em quando eu, assim, eu não tenho coragem. Já falei: “Se for pra albergue...”, com a menina que teve aqui. Mas como eu vou levar ela? Eu não consigo desprezar ela! Se ela acostumassem também com outra pessoa, eu tinha ido pro abrigo.

Ainda sobre a mesma temática, F.S.2 relata experiências vividas quando na prática de seu trabalho:

Por exemplo, tem que ter uma diferenciação às vezes, que eu acho que é o que pode justificar, que é a questão do tipo de serviço que é oferecido. Por exemplo, o Centro-Pop é um espaço-dia, então assim, vai passar o dia, o cachorro fica ali fora esperando, quando ele sair, ele pega o cachorro e vai embora. Mas, por exemplo, a gente vai encaminhar pra abrigamento, os catadores mesmo, quando a gente ofereceu, eles perguntam dos cachorros. E aí, um espaço que você vai permanecer, por exemplo, um abrigo que você vai morar. “Como eu vou morar dentro do abrigo e o cachorro vai ficar do lado de fora?” [...] Têm pessoas que nem pra ir pro Centro-Pop, pra passar o dia e o cachorro ficar do lado de fora, ele não vai. Os catadores é um caso, o pessoal aqui da região da ilha. Nem que seja pra passar o dia e o cachorro ficar

do lado de fora, não vão. Agora, a questão do abrigamento e tal, é mais difícil.

Estes relatos vêm, então, endossar os achados de Martins et al. (2013) e Irvine (2013) - em realidades brasileira e norte-americana, respectivamente -conforme os quais a impossibilidade de se manterem com seus cães era tida por pessoas em situação de rua como limitadoras de idas à instituições de albergamento. Tendo isto em mente, Queiroz (2010) defende a possibilidade de acompanhamento de cães a seus donos em serviços deste tipo.

Isto porque, no que concerne a serviços públicos brasileiros voltados diretamente à população em situação de rua – a exemplo do mencionado por Miguel em seu relato- há de ser destacada a facultatividade de existência de acomodações apropriadas para que animais de estimação se mantenham na companhia dos humanos com quem convivem, estando estas dependentes da realidade de cada local (MDS,2012).

Assim, no que permeia a RMGV, ao menos os municípios de Serra, Cariacica, Vitória e Vila Velha não apresentam atualmente este tipo de acomodação, fato que se relaciona a uma série de questões elencadas por trabalhadores à frente dos serviços municipais desta natureza, os quais parecem se inserir em uma realidade comum de vulnerabilidades e dificuldades.

Neste sentido, em relação à Vila Velha, por exemplo, a coordenadora do Serviço Especializado em Abordagem Social (Seas) aponta o incômodo produzido na comunidade pela presença de pessoas em situação de rua ocupando imóveis vizinhos aos seus, em situações em que os mesmos são alugados pela prefeitura municipal para este fim. Não raramente, eclodem

denúncias de aumento de violência e sujeira na região em que o serviço se instala, culminando em “expulsão” das pessoas daquele imóvel. Como resultado disto, são gerados quadros de instabilidade, em que a fixação dos serviços em determinados espaços territoriais é bastante dificultosa, não sendo, portanto, possível dar conta de acomodações para animais (L.Q. Santos, comunicação pessoal, August 5, 2014). Já a coordenadora do Centro Pop/Serviço Especializado em Abordagem Social do município de Serra fala do espaço físico reduzido e adiciona a impossibilidade do serviço arcar com as necessidades dos animais, tais como ração e remédios (V. Meira, comunicação pessoal, August 7, 2014).

Contudo, apesar da relevância e legitimidade das questões apontadas pelos serviços de ambos os municípios para justificar a inexistência de acomodações para animais, faz-se preponderante assinalar a ausência de alternativas a elas. É neste ponto, então, que o serviço de abordagem social de Vitória se difere dos supracitados, já que F.S.1 e F.S.2 revelam pensar e discutir meios para que o convívio entre usuários e seus cães seja mantido. Conforme elas:

Os espaços que a gente tem hoje pra acolhimento são espaços alugados. Então, né? Tem toda essa questão que precisa ser avaliada. Aí não é um morador de rua, né? Uma pessoa que vai morar sozinha. Vai conviver com outros, nem todo mundo gosta de cachorro, enfim. Porque aí, por exemplo, uma possibilidade que a gente pensou pros catadores (de materiais), até em relação a isso, são as repúblicas. Porque aí é um espaço, é uma casa que vai ser deles, eles vão dividir entre 5 pessoas que convivem juntas na rua, que têm uma vinculação.

Todos eles convivem com o cachorro do outro e tal. Então, até pensando nessa possibilidade, porque pra eles irem pro abrigo não teria como levarem o cachorro, mas a casa república, como é uma casa deles, eles teriam como criar o animal [...] (F.S.2).

E a gente sempre pensa assim, quando a gente vai fazer algum projeto alguma coisa, nesses fatores que podem dificultar o acesso da população em situação de rua ao serviço. Então, que nem, esse projeto, que é o projeto dos catadores, que eles vão receber um carrinho elétrico, pra poder fazer a cata, né? No município aqui de Vitória. Então, a gente pensou também nessa questão do animal. Porque que nem, Simone falou, se esse grupo de catadores fosse pra um dos espaços de acolhimento hoje, um dos dificultores dele aderir ao projeto e ao espaço, é a questão do espaço não ter um local onde ele pudesse tá levando o cachorro dele. Aí, então, por isso que a gente também optou pela casa república, que aí na casa república ele conseguiria tá trazendo, né? O animal junto com ele (F.S.1).

Sobre pessoas em situação de rua e cães: o "último vínculo"?

O título deste item faz menção ao trabalho de Queiroz (2010) “O último vínculo: “moradores de rua” e seus cães na cidade de São Paulo”. Conforme o autor, as pessoas em situação de rua por vezes buscam se vincular com cães por estarem isentas de relações afetivas com outros humanos. A colocação de Queiroz é então endossada por Martins et al. (2013) e por Costa (2009), que por sua vez se refere à presença canina na vida destas pessoas como “o único vínculo afetivo, que lhe dá sentido a vida” (p.77).

Sido isto exposto, traz-se à tona aqui uma discussão acerca da pertinência desta colocação, mediante o levantamento de alguns questionamentos, tais como: a) em que medida as pessoas em situação de rua que convivem com cães têm seus vínculos interpessoais restritos ou inexistentes? b) o relacionamento com cães se dá de fato como alternativa última ao isolamento gerado pelo fracasso de outras vinculações; ou geralmente se dá semelhantemente à população em geral, em que os indivíduos o somam à sua gama de relacionamentos sem a intenção de que sejam seus únicos/últimos vínculos, e sim devido a razões como o apreço a companhia destes animais (Lorenz, 1997)?

Ao menos em partes, alguns indícios de respostas a estes questionamentos têm sido produzidas ao longo deste capítulo, como quando mencionado o início dos relacionamentos homem-cão, no item 7.2. Agora, então, serão acrescidos a estes indícios, relatos dos participantes propriamente acerca de seus relacionamentos interpessoais, sejam eles correntes ou atualmente esfacelados. Dada à recorrência dos conteúdos, o material foi dividido respectivamente entre relacionamento amoroso, amizade e relacionamento familiar, conforme segue:

Relacionamento amoroso

Em meio às entrevistas emergiram relatos envolvendo especificamente aspectos de relacionamentos amorosos de quatro participantes. Dentre estes, dois (Luis e Abigail) vivem as relações atualmente, enquanto as relações de Miguel e Davi com as respectivas companheiras mencionadas já se encontram esfaceladas. Esta última realidade, segundo Frangella (2004) é bastante

recorrente entre casais formados por quem vive nas ruas, geralmente unidos por motivações como a carência afetiva e sexual, a atração mútua ou a necessidade de proteção. Fato é que, tendo os casais sido formados, independentemente do grau de estabilidade do vínculo, é possível salientar que:

se as imagens ressaltadas sobre e pela população de rua são as figuras solitárias e enclacradas em si mesmas, as maneiras como um casal traz a intimidade e o afeto- aparentemente anestesiados-, para o espaço aberto abrem uma perspectiva para compreender melhor o mundo das relações interpessoais (Frangella, 2004, p. 208).

Neste contexto, entre os participantes que convivem com os parceiros, se presentificaram fortemente expressões de afetividade, intimidade e comprometimento, comuns em se tratando de relacionamentos amorosos (Andrade, Garcia & Cano, 2009). No entanto, a estas expressões se mesclaram fatores tidos como propriamente característicos de relacionamentos estabelecidos e/ou mantidos nas ruas, tais como ressaltados no relato de Luis:

A Flávia eu conheci na rua mermo. A Flávia morava com o Paulista. O Paulista, que mora no Romão. Eles tinham um filho. Paulista deixou ela barriguda ainda no albergue, entendeu? Aí, pô, eles têm um filho. Um menino, entendeu? Foi nessa época aí que Flávia tava com o menino que eu fiquei com ela. Aí, minha história com Flávia é, tem um passado. Se for contar tudo nós vamo ficar o dia todo aqui. Eu falando sobre o acontecido com eu e Flávia. Ela tá no hospital internada. Tá no Hospital Ferroviário.

É verificável, então, que Luis deu início a seu relacionamento com Flávia quando ela estava em companhia de seu filho com outro homem, o que parece não ter sido empecilho para tal. Então, apesar de não serem sabidos detalhes deste fato nem do que ocorreu posteriormente com a criança, é possível aqui levantar a hipótese da existência de ligação entre a história inicial deste casal e a informação de Kunz (2012), segundo a qual devido a um número reduzido de mulheres nas ruas, há uma regra implícita que dita que as mesmas podem se unir a vários homens, devendo apenas ter encerrado um relacionamento para dar início a outro. Assim, diante do desejo de companhia amorosa apresentado tanto por homens quanto por mulheres, elas acabam por não ficar muito tempo sozinhas após os recorrentes dismantelamentos de relacionamentos, passando a ser disputadas (Kunz,2012) e possivelmente acolhidas mesmo em situações como a em xeque, por vezes tidas como polêmicas.

Todavia, a despeito da supracitada frequente mudança de pares amorosos entre a população em situação de rua, compareceram no relato de Luis pistas de estabilidade de seu relacionamento, tanto através da menção de que sua história com Flávia “tem um passado”, quanto mediante a apresentação de perspectivas futuras que incluem a companheira: “[...] *Aí nossa vida vai começar a mudar, que nós vão na igreja. Nós vão começar a ir na igreja*” (Luis). Soma-se a isto o fato de não ter sido mencionada a ocorrência, ao menos recentemente, de situações com potencial de eclodir conflitos determinantes para a continuidade ou não da relação, já que segundo Frangella (2004) qualquer conflito tende a adquirir grandes proporções entre casais em situação de rua, dada a fragilidade inerente aos modos de vida assumidos ali. Apesar disto, a autora assinala que:

ao contrário do que se poderia supor, as questões e fragilidades que envolvem um casal não impedem as manifestações de carinho e afeto de ambas as partes: os olhares, os abraços, a acolhida junto à coberta na hora de dormir, o cuidar (Frangella, 2004,p.211).

Aqui, este dito cuidar é especialmente apontado por Luis em alguns momentos da entrevista, ainda que por vezes perpassados por uma notória afirmação de domínio sobre Flávia. Em um dos momentos, então, o participante rememora o episódio em que esteve em um albergue na ausência da esposa:

É, as meninas (do serviço de abordagem) já me ajudaram várias vezes. Até me levaram no albergue lá, no Tancredão, mas só que não gostei lá do lugar e sai na mesma noite [...] Aí eu fui e deixei minha mulé, não foi? Deixei minha mulé, abandonei minha mulé e fui com eles. Mas só que eu não gosto de deixar minha mulé sozinha, aí voltei na mesma noite (Luis).

Nesta altura, dois pontos que permeiam o viver nas ruas vêm à tona: Primeiramente, a violência à qual as pessoas encontradas ali estão sujeitas, sendo estas advindas tanto dos próprios moradores de rua entre si quanto de indivíduos domiciliados para com eles (Moura Jr., Ximenes & Sarriera, 2013). Esta questão emerge quando uma funcionária do Serviço Especializado em Abordagem Social (Seas) de Vitória que acompanhava a entrevista mencionou que na supracitada ocasião Luis recorreu ao albergue para se refugiar, já que estava sendo ameaçado de morte. Posteriormente, é enfocada a questão dos perigos que rondam a mulher que é/está sozinha nas ruas, quando Luis

menção que não quis deixar Flávia nesta situação. Quanto a isto, segundo Quiroga e Novo (2009), as mulheres por serem mais frágeis diante das hostilidades do meio não domiciliar, acabam por se tornar “vítimas fáceis” (p.157), se expondo a violências diversas, sobretudo as sexuais.

Indo além na questão do cuidar, em outro momento Luis traz à tona o fato de ter incentivado a esposa a ser levada pela equipe de abordagem social para ser tratada no hospital:

Flávia é minha companheira. Amiga e companheira, entendeu? Amiga e companheira. Não foi à toa que eu falei bem assim, que eu vi. Senão eu não tinha deixado vocês (equipe da abordagem social) levar ela. Tinha deixado ela aí, ó. Cês ia bater, ó, o martelo e nunca ia entrar na tábua. Se eu falasse assim: “Não, vai levar não, ela vai ficar aí, tava aí até hoje. Mas eu, que que eu fiz? Não abri meu coração? Não abri meu coração e falei: “Não, vai Flávia!” (Luis).

Ainda em relação ao estado de saúde de Flávia - provavelmente desencadeado ou agravado pelas condições desfavoráveis de vida nas ruas (Lovisi, 2000) -, Luis demonstra preocupação ao travar o seguinte diálogo com a funcionária do Seas:

Luis: “A minha esposa, é... a doutora, não tem? Ela vai lá visitar ela (Flávia) com urgência. Ela já comprou tudo pra ela: sabonete, comprou tudo, e tudo que ela precisa lá (no hospital) a doutora comprou. E vai visitar ela lá hoje”.

Funcionária do Seas: “A gente também levou roupa pra ela também. A gente visitou ela também”.

Luis: “A doutora vai levar mais roupa. A doutora vai trazer a resposta pra mim hoje. Aí então, conversou com a assistente social de lá, a doutora. Tem contato com a assistente social de lá”.

Funcionária do Seas: “A gente também. Todo dia tá ligando pra lá também. Não é só a doutora não, Luis. A gente também! E não basta só falar da doutora não. A gente também enquanto prefeitura também tá lá, perguntando por ela, levando roupa. Tá sendo cuidada”.

Vocês também? Ah, tá bom então! Obrigado então! Muito obrigado então vocês também, tá? Obrigado, mas também dá a resposta pra mim também, hein! Como é que tá, hein! [...] É porque eu fico preocupado. Você sabia que eu tava quase indo pra lá? Tinha ido visitar pra ela. Eu tava quase indo com carrinho com tudo, com as coisa tudo (Luis).

Portanto, para além do cuidado com a companheira assumido por Luis, é notório no diálogo o apontamento dado pela funcionária do Seas acerca do trabalho e intervenção realizados pelo Serviço no caso, a despeito do que o participante a princípio ressalta: o recebimento de auxílio vindo apenas de uma pessoa domiciliada, referida a todo tempo por ele como “doutora”.

Ademais, esta sequência de fatos e falas envolvendo Luis e Flávia corrobora com a concepção de Frangella (2004), que após descrever uma cena de cuidado de uma mulher em relação ao companheiro vivente na rua, menciona que:

Tais cenas são os expoentes do cuidado amoroso e do afeto nas condições materiais e subjetivas da situação de rua, que pode ser reconhecida entre as outras categorias da população de rua com outros formatos. Há uma dedicação notória ao parceiro ou à parceira

(Frangella,2004,p.212).

Todavia, a autora acrescenta a isto, o fato de que apesar dos carinhos serem intensos, os episódios de tensão geralmente também o são. Neste contexto, como já mencionado, qualquer motivo mesmo que pequeno parece ser aumentado exponencialmente, podendo promover efêmeras posturas desafiantes, falas raivosas e xingamentos. Cabe aqui citar, então, o relacionamento amoroso de Abigail e seu marido, de quem está grávida. Entre eles, a dita afetividade se faz notória durante a entrevista na medida em que ela se reporta ao companheiro como “amor”. Apesar disto, ao contrário do exposto em relação a Luis, os conflitos vividos por este casal foram relatados de forma bastante direta, justificados pelo ciúme: *“É, só rola uma discussão entre eu e meu marido porque eu sou muito ciumenta [...] Eu não deixo ninguém dormir” (Abigail).*

Especificamente sobre isto, Frangella (2004) acredita que as brigas causadas por ciúme demasiado se dão em meio à tensão sexual acarretada por uma intensa repressão das manifestações de desejo em ambos os sexos. Porém, resistindo à violência e desavenças geradas por este contexto, Abigail e o marido têm se mantido juntos através do manejo entre carinho e agressão (Frangella, 2004). Em contrapartida, esta dita resistência não se processa em muitos casos, a exemplos dos de Miguel e Davi, inseridos cada qual em circunstâncias e motivações próprias, conforme relatos a seguir:

“Eu larguei minha mulher que era doida, que andava tirando a roupa no meio da rua. Ela andava comigo, mas ela fazia coisa errada” (Davi).

Já no relato de Miguel, é presentificada uma correlação entre o

rompimento do relacionamento amoroso e a saída de casa, ainda que esta pareça não ter sido a única de sua história, já que é possível inferir através da íntegra de seu relato, uma oscilação entre períodos na rua e períodos domiciliados. Em suas palavras, então:

Eu morei com uns pessoal aí, só que não demo certo porque o pessoal mexia com coisa errada, Então, graças a Deus [...] Ela tá presa, aí pegou e falou: “Não dá mais”, então... já faz bastante tempo que a gente não se encontra. No natal passado eu falei com ela: “Ó, é a última vez que eu vou vim aqui”, na véspera do natal, natal passado. Aí, tudo bem. Ela mandou recado pra mim, eu falei: “Não, não vou não, porque você já tá com outro rapaz, com outra pessoa, eu vou fazer o que? Se você escolheu essa vida, vou fazer o que? Eu tirei ela da rua. Falei com ela: “Ó, você tá mexendo com essa droga, essa droga é assim, assim”. Toda sexta-feira eu chegava em casa, nós brigava. Aí peguei: “Você não quer isso? Primeira vez eu saí de casa, deixei tudo pra ela. Aí ela pegou e vendeu os trem pra comprar cocaína, usar porcaria dela. Aí eu peguei e voltei pra rua de novo (Miguel).

Para além disto, em ambos os casos os rompimentos foram creditados a desvios comportamentais das mulheres, ou seja, a um dito “mexer com coisa errada”, ainda que no caso de Davi a “coisa errada” seja uma dita loucura retratada através do ato de tirar a roupa no meio da rua. Sendo assim, é levantada a possibilidade de se tratar de alguma morbidade psiquiátrica como a esquizofrenia, o que segundo Lovisi (2000) tem grande prevalência entre pessoas em situação de rua devido à sua condição de pobreza, em que o padrão ambiental e de higiene pessoal são ruins.

Amizade

Considerando inexistente um conceito definitivo de amizade, Silva (2005) apresenta uma das muitas definições possíveis para tal relacionamento:

uma categoria que designa a capacidade dos indivíduos estabelecerem laços de circulação de informações entre si, que exprimem seus interesses, seus gostos, suas opiniões, seus segredos e paixões, formando com isso, uma rede de sociabilidade (p.41).

Isto posto, cabe aqui dizer que grande parte dos relatos dos participantes, no que concerne a amizades, foi perpassado por algum grau de resistência e/ou negação – o que segundo Frangella (2004) é bastante comum, já que relacionamentos entre pessoas em situação de rua são marcados geralmente por efemeridade, desconfiança e reserva, frutos da precariedade vivida. Assim, Bernardo, Célia e Davi, por exemplo, se limitaram a dizer que não têm amigos. Já Heitor, Ismael e Luis deixaram transparecer certa superficialidade em suas relações interpessoais desta natureza ao relatarem não ter amigos, mas sim colegas ou camaradas:

“(Tenho) colegas. Tem ele, Manoel saiu daqui agora. Uma que tá com cachorro é Edite. É...tem vários. Tem vários, tem vários. Vários mesmo” (Ismael).

“Não tenho amigos nem colegas, tenho camaradas” (Heitor).

Tudo indica, então, que nestes casos, menos que relacionamentos amistosos de fato, são configuradas interações (Hinde,1997) limitadas no tempo ou a comportamentos e práticas pontuais, como evidenciado especialmente no relato de Luis: *“Amigo? Eu tenho um amigo... Jesus. Colega? Colega só aqueles de copo que vêm beber nas minhas custa aqui,*

que sabe que eu não fico sem cachaça”.

Mais do que isto, mostra-se possível discutir através do supracitado, dois outros pontos além do coleguismo que permeia os relacionamentos do participante: primeiramente, a menção a uma figura divina como seu único amigo propriamente dito e, a seguir, o consumo de álcool e/ou drogas como facilitador de vínculos, mesmo que precários.

Em relação ao primeiro ponto, o posicionamento de Gabriel se soma ao de Luis, já que afirma ter agora Jesus como único amigo, haja visto que deixou de confiar em humanos devido às situações já vividas por ele. Nestes casos, então, é possível pensar, em concordância com Guimarães e Moreira (2011), que a religiosidade⁶ - também referida em outros momentos por Célia e Davi - entra em cena como alicerce para uma busca de sentido de vida e sustentação psicológica, além de se mostrar como um recurso para o enfrentamento das condições hostis impostas pelo viver nas ruas. Assim, dentre tantos outros fatores, as rupturas de vínculos humanos - como as amizades aqui em xeque - aparecem como importantes componentes desta dita hostilidade (Frangella, 2004; Nogueira & Oliveira, 2005).

Já no que permeia o ponto seguinte, soma-se ao fato de ser o consumo de álcool e drogas comum entre os participantes (conforme item 7.1 “Caracterização sociodemográfica e econômica dos participantes”), o seu caráter socializador. Assim, cabe aqui mencionar o apontamento de Kunz (2012) de que o compartilhamento de substâncias psicoativas, principalmente

⁶Guimarães (2010) distingue religiosidade de espiritualidade da seguinte forma: “Por religiosidade pode-se entender então um caminho; uma via de acesso, dentre outras possíveis, para se chegar à espiritualidade e ao sentido da existência. Talvez caiba ressaltar que a religiosidade tem-se constituído, ao longo do tempo, como a forma mais aceita e mais praticada de se fomentar a espiritualidade, contudo, espiritualidade se refere a algo mais complexo e mais abrangente que a religiosidade” (p.29).

de cachaça, comparece corriqueiramente nas rodas de conversas compostas por moradores de rua. Para além disto, no caso de Luis o contato com os colegas parece se restringir aos momentos de bebedeira, deixando transparecer certa instrumentalidade das relações, já que as mesmas são limitadas ao comportamento específico de beber: único ou mais evidente interesse comum entre eles.

Contudo, na medida em que o consumo de substâncias psicoativas se apresenta como único laço de união entre pares, uma alteração comportamental de um dos indivíduos neste âmbito pode ocasionar um fim definitivo ou uma redução na intensidade do vínculo, a exemplo do relatado por Miguel:

Porque amigo, vou falar uma coisa, amigo quando eu tinha só era amigo de droga ou porcaria. Acabou esse negócio, não tenho amigo mais não. Mas agora meus amigos tudo, os amigo que eu tinha, né? De fumar droga, me abandonaram. Ah! De vez eu quando eles me chamam. Eu: “Ah! Eu parei, não quero mais”. Mas ontem eu peguei 50 reais, fui lá na hora do jogo do Flamengo, tomei uns golinho, aí eu peguei: “Não! Deixa eu ir lá. Vou mexer com porcaria mais não”. Igual eu falei procê, eu comecei a trabalhar, hoje graças a Deus que vocês me acharam aqui. Meu negócio é só trabalhar. De vez em quando, assim, que final de semana eu gosto de tomar uma cervejinha, mas só assim, final de semana.

De toda forma, em contraposição às supracitadas amizades desmanteladas, Miguel faz anterior menção a uma pessoa com quem mantém uma aparente relação amistosa:

Bom, tenho amigos. Tenho assim, né? O Juarez, o cara que me apoiou quando eu cheguei pra cá. Me deu muito conselho, nós conversa, ou então assim, tem vez assim, que eu quero sair pra algum lugar e ele: “Presta atenção no que você vai fazer, Miguel!” Aí ele me dá muito conselho, né? [...] Igual ontem, ontem eu fui trabalhar, aí eu cheguei e ele: “Ó, o rango tá aqui!”. Aí ele vai e separa o meu, ou eu o dele.

Sendo assim, é possível assinalar em seu relato, respectivamente a ausência e a presença de dois pontos dentre vários tidos por Hinde (1997) como determinantes para persistência ou fragilidade das amizades de um modo geral, os quais podem, portanto, estar envolvidos no esfacelamento de relacionamentos deste tipo. São eles: a exigência de que os participantes trabalhem para a sustentação de interesses em comum, a fim de que a relação persista – o que verificavelmente deixou de ocorrer no caso de Miguel; e as expectativas por ações específicas - como no caso dele, o consumo de substâncias psicoativas - que podem, no entanto, ser frustradas e frustrantes para quem as espera.

Outros dos ditos vários pontos mencionados por Hinde (1997) podem ser acrescidos a estes, ainda que não tenham comparecido explicitamente nos relatos em discussão aqui. A saber: as ameaças externas, como a proximidade com um amigo militando contra a proximidade com outra pessoa; as pressões contraditórias por autonomia e intimidade; o fato de que diferentemente de outros, este tipo de relacionamento carece de forças externas para a manutenção de sua qualidade; e a inexistência de mecanismo social que encoraje a reconciliação entre seus participantes.

Retomando aos casos específicos dos participantes deste estudo, outros

deles não titubearam ao dar conta da presença de amigos em suas vidas, contrariando aqueles supracitados que se disseram convictos ou tendentes a acreditar não tê-los. Abigail e Fagner, por exemplo, apontam com veemência a expressividade das relações estabelecidas com alguns amigos, a quem chegam a considerar como membros de suas famílias ou mais especificamente, irmãos:

“É uma família. Somos tudo unido. O que deu pra um, dá pro outro. E se estiver morrendo, joga nas costa e corre pro hospital” (Abigail).

“Tenho (amigos). Esse aqui (aponta) é meu camarada. Esse aqui é como um irmão meu. Têm outros aí” (Fagner).

Jorge, por sua vez, resume da seguinte forma seus relacionamentos de amizade: *“Um (amigo) é o Rafael, e o outro é o Eduardo, e o outro é o “Fumo”, que eles falam. Eles me ajudam, eu ajudo eles, né? E a gente vai levando a vida”*. Sendo assim, é perceptível que tanto neste relato quanto nos de Miguel e Abigail, os relacionamentos amistosos se baseiam, em maior ou menor grau, no zelo, apoio e reconhecimento mútuo.

Tudo indica, então, que há nos atos e afetos entre os pares em questão, certa reciprocidade - elemento comum em definições de amizade como as de Auhagen e Davis e Todd (apud Hinde, 1997). De outro modo, infere-se também que a natureza particularmente voluntária e dotada de alto grau de liberdade – tanto para escolha de pares quanto para continuidade do envolvimento (Garcia, 2005), além da dita necessidade de empenho para manutenção da relação, estejam por trás do fato de nenhum participante ter mencionado a existência atual de amizades configuradas anteriormente à situação de rua. Isto porque, mesmo desconsiderando outras modificações na vida do indivíduo, é inegável

que o viver ali traz consigo interesses novos, muito mais relacionados diretamente à sobrevivência do que quando domiciliado. Com isto, finalmente entra em cena a concepção de Casado (2012) de que os relacionamentos, aos quais se incluem as amizades, estão em constante processo de evolução, com o esfacelamento de antigos vínculos e o surgimento de novos.

Relacionamento familiar

Conforme já mencionado no presente trabalho, o rompimento ou o enfraquecimento de vínculos familiares tendem a receber destaque na literatura pertinente a população em situação de rua, provavelmente por sua recorrência e consequentes afetações nas vidas destas pessoas (Kunz,2012).

Mediante análise dos dados coletados aqui, infere-se a confirmação desta dita recorrência, já que não apenas Célia, Davi, Luis e Miguel (que conforme relatado em 7.1 “Caracterização sociodemográfica e econômica dos participantes” têm o rompimento vincular como desencadeador de suas idas a rua) mas a maioria dos participantes (9) relataram fragilidades em relacionamentos familiares, cada qual ligada a causas e contextos diversos. Mesmo assim, um elemento se faz presente em todos estes relatos: a escolha, esta primordialmente proveniente ora dos próprios participantes, ora de seus parentes/familiares.

Neste sentido, Bernardo e Heitor, por exemplo, ressaltam não estabelecer contato algum com familiares por opção, o que o primeiro justifica: “*Não gosto de família*”. Em adição, Ismael - que mencionou ter quatro filhos e mãe viva; e Abigail – que disse ter dois filhos, pai falecido e mãe viva, relatam convívios familiares bastante escassos, caracterizados por longos intervalos

entre um contato e outro, estes visivelmente procedidos em momentos aleatórios e/ou de rompante: *“Quando em quando. Quando dá a louca nós mete o pé pra lá (para casa da mãe dela), fica lá um final de semana e depois volta de novo [...] Quando bate a saudade, o coração aperta, a gente mete o pé” (Abigail).*

Uns dois...de dois, dois anos e meio eu vou lá em casa. Em casa não, na casa da minha mãe. Da minha mãe também não, na casa da minha ex-sogra, que minha mãe mora com ela [...] Minha mãe teve resguardo quebrado, aí aposentei ela e larguei ela com minha ex-sogra e vim pra rua viver (Ismael).

Diante destes relatos, pode-se inferir que, em maior ou menor grau, comparecem nos históricos de situação de rua destas pessoas a busca por uma possível liberdade (aspecto já ressaltado em 7.1 “Caracterização sociodemográfica e econômica dos participantes”, quando em menção a Luis), antes não encontrada no ambiente doméstico, por vezes considerado opressor e perigoso (MDS,2009).

Em contextos diferentes, Célia - que antes convivia com irmãos e filho, e Fagner – outrora casado -, relatam ter escolhido não ter contato com suas famílias por não quererem ser vistos em meio à degradação gerada pela situação de rua, acarretadora de notório sentimento de vergonha. Este, por sua vez, acaba por produzir desejos de fuga e evitação, derivados de auto avaliações repletas de inferioridades (Moura Jr., Ximenes & Sarriera,2013). Seguindo este raciocínio, expõe-se a fala de Fagner: *“Me afastei. No momento a situação que eu tô vivendo não me convém deixar, fazer minha família sofrer. Então, eu tô mais sozinho mesmo”.*

Miguel, por sua vez, retrata posturas de evitação e negação advindas de sua família diante de suas tentativas de contato, revelando um quadro de desamparo e abandono mútuo:

Bom, até hoje ninguém preocupou comigo não. Eu morei todo tempo em Minas. Eu sou de Minas também. Contato nenhum! Porque assim, a única parte que eu tinha lá em Minas, falar a verdade, era minha mãe, que sempre preocupava comigo. E minha vó. Mas hoje em dia já não quer preocupar comigo. Já liguei pra lá algumas vez e ninguém atende telefone. Então, larguei pra lá.

Entretanto, a despeito dos que ressaltam a desvinculação, Elton, Jorge e Gabriel dão conta de preservação - ao menos parcial - de seus relacionamentos familiares. Assim, Gabriel, por exemplo, menciona se relacionar com filha concebida antes da ida às ruas: *“Só à distância (se relaciona com parentes e familiares), muito bom. A não ser a minha filha, sempre vejo ela. Ela sempre vem aqui. Ela mora em Vila Batista, perto de Paul. Ela e o irmão dela. Sempre! Nunca me abandona”*.

Sendo assim, os dados supracitados vêm endossar os achados tanto do MDS (2009) quanto de Kunz (2012). Conforme o primeiro, 40,9% dos participantes do I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua ainda mantêm contato com seus familiares. Já a autora aponta haver em muitos casos, níveis de sofrimento de familiares diante das condições de vida e da ausência física de seus entes, o que por vezes deixa transparecer abertura para o retorno ao lar, daqueles que se encontram em situação de rua.

Indo além, cabe ressaltar que enquanto alguns vínculos familiares

originais acabam por se esfacelar, outros relacionamentos desta natureza emergem nas vidas das pessoas após adentrarem a situação de rua, em um movimento evolutivo constante (Casado, 2012). Neste sentido, Kunz (2012) e Frangella (2004) falam sobre a existência de famílias propriamente ditas nas ruas, algumas chegadas por lá já constituídas, outras formadas a partir de casais que se conhecem e se unem nos próprios logradouros públicos, tais como Luis e Flávia e Abigail e seu esposo (casos discutidos em 7.5.1 “Relacionamento amoroso”).

Além destes, Gabriel convive com uma companheira, a qual na ocasião da entrevista se encontrava hospitalizada após ter dado a luz o filho do casal. Com este fato, ainda que não tenha sido mencionado pelo participante, retoma-se um dado importante no que diz respeito à constituição familiar dos que habitam as ruas: a recorrente imposição de separação entre pais e filhos. Em relação à Vitória, Kunz (2012) menciona não existirem serviços de albergamento que acomodem famílias em um mesmo espaço, o que pode contribuir para sua fácil desvinculação.

Seguindo este raciocínio, Kunz (2012) fala do caso dos que têm filhos menores de idade gerados ou trazidos à situação de rua, a exemplos de Gabriel e Abigail (conforme mencionado em “Caracterização sociodemográfica e econômica dos participantes”). A autora então explica:

Uma vez estabelecido o processo de abrigo para a criança e o adolescente, inicia-se a contagem de um prazo previsto por lei para que os mesmos não sejam institucionalizados. O sistema de garantias de direitos (Conselhos Tutelares e Juizado da Infância e da Juventude), respaldados no Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê uma família

substituta para as crianças que estejam abrigadas por até dois anos. O tempo da lei não corre no mesmo ritmo e percurso para quem está em situação de rua. Contudo, a adoção no Brasil, uma vez efetivada torna-se de caráter irreversível (Kunz, 2012, pp.112-113).

Sendo assim, em contextos em que dois anos se mostram muito pouco tempo para reversão de quadros que incluem desemprego, consumo de drogas e falta de moradia, muitas cisões têm sido impostas. E para além disto, muitas mulheres têm perdido a guarda dos filhos logo após o parto, ainda na maternidade, sob a alegação corrente de proteção integral da criança e do adolescente (Kunz, 2012).

Por fim, baseada em outro contexto, Santos et al. (2013) mencionam ser comum o surgimento de configurações similares às familiares dentre membros de um mesmo agrupamento de moradores de rua, em que não raramente são assumidos papéis de pais, filhos e irmãos, com base em critérios como a ordem de chegada ao local.

Tendo isto em mente, enquadram-se aí os relatos de Abigail e Fagner, que acreditam constituir com outras pessoas de mesma situação, suas “famílias de rua”: *“Minha família é eles aí (outros habitantes da praça)”* (Fagner); *“É uma família. Somos tudo unido. O que der pra um, dá pra outro... E se um tiver morrendo, joga nas costas e corre pro hospital”* (Abigail).

Capítulo 8 - Limitações e Recomendações para Pesquisas Futuras

Apesar da relevância dos dados produzidos aqui, deve-se ponderar, que, assim como qualquer outro estudo, o presente apresenta limitações. Dentre estas, destaca-se o número relativamente grande de itens no roteiro de entrevista. Isto, por vezes, acabou por gerar ansiedade pelo término da entrevista, tanto nos participantes - que em muitos casos pararam atividades rotineiras importantes, como as que garantem seu sustento, para respondê-la - quanto na pesquisadora, que devido a estas circunstâncias, receava uma parada abrupta nas respostas, o que dificultaria a coleta de um volume satisfatório de dados. Nestes termos, pensa-se que a realização de um recorte no roteiro poderia tornar as entrevistas ainda mais proveitosas e menos cansativas. Em tempo, há de ser destacada a inegável importância da realização de um estudo piloto, o qual, não foi realizado no presente estudo, já que o acesso a indivíduos que atendessem a seus requisitos foi julgado como já bastante reduzido.

De outra forma, aponta-se o destaque dado às influências do relacionamento sobre as pessoas em situação de rua, ao passo em que os efeitos sob os cães foram pouco abordados. Neste sentido, sugere-se a inclusão de momentos de observação do par em relacionamento. Em adição, cabe mencionar que o acréscimo no instrumento de questões que deem conta disto pode ser interessante, a exemplo da que segue: “Você acha que ajuda/atrapalha o cão em algum momento?”.

Por fim, sugere-se a ampliação territorial e quantitativa de participantes deste estudo, de modo a abarcar não apenas outros municípios da RMGV,

como de todo o estado do Espírito Santo e do Brasil, afim de que sejam melhor elucidados os conhecimentos acerca do tema, bem como as possíveis soluções para questões pertinentes a ele.

Capítulo 9 - Considerações Finais

A partir de tudo o que foi considerado até aqui no presente trabalho, é possível inferir que o relacionamento entre humanos e cães, apesar de manter semelhanças que, por vezes, fazem com que sejam comparados ou equiparados a amizades ou a relacionamentos familiares, se trata de um tipo a parte. Isto porque, como apontado por Merizio e Garcia (2006), estas relações trazem consigo peculiaridades inegáveis, dentre as quais, as formas de comunicação possíveis, já que, diversamente dos relacionamentos interpessoais, o que esteve em xeque aqui foi a relação entre seres de espécies diferentes, e, por conseguinte, com histórias evolutivas também diferentes.

Para além disto, é possível dar conta de peculiaridades ainda mais expressivas do relacionamento homem-cão quando se toma para análise um grupo populacional humano específico, como aqui, a população em situação de rua, mais precisamente da região metropolitana da Grande Vitória, no Espírito Santo. Acerca dos entrevistados, é possível dizer, mediante cruzamento com dados produzidos no I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de rua (MDS,2009), que em geral, conservam características da população brasileira em situação de rua como um todo. De toda forma, verificou-se uma geral cronificação da situação de rua dos participantes do presente estudo, a qual mostrou-se concomitante com a tomada de cães para companheiros. Com isto, foram dadas margens a uma interpretação de desesperança quanto à superação desta situação, que envolve dentre outras coisas, fragilizações emocionais e rompimentos de vínculos humanos

(Frangella, 2004; Hungaro & Soares, 2009; Christensen, 2009).

Aqui, também se revelou tendência à concepção do cão como um protetor, o que não é verificável de modo relevante entre grupos de domiciliados, tanto de classe média alta quanto de classe baixa, ainda que neste segundo grupo a menção a este papel canino seja menos discreta (Tesche, Cunha & Ciscon-Evangelista, 2011). Este fato, segundo as autoras, possivelmente se relaciona aos contextos habitacionais e tipos de moradias. Isto porque, por ali, geralmente as habitações se tratam de casas, em contraposição a edifícios que, frequentemente, se resguardam através de monitoramentos eletrônicos e humanos. Sendo assim, utilizar o cão como um artifício para a segurança parece mais frequente entre a classe baixa, o que abre consigo possibilidade de verificação e sensação do cão como um protetor em um número mais abrangente de situações.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, então, é inegável que as vulnerabilidades no contexto das ruas são ainda maiores e mais diversas, o que acarreta uma gama ainda mais ampla de situações em que a proteção canina pode ser percebida, levando os participantes a crerem com frequência que os cães – independente do porte físico, gênero ou idade - “sentem” a proximidade de ameaças.

Em adição, os dados dão conta de que os relacionamentos homem-cão constituídos pelos participantes diferem-se dos constituídos pelos domiciliados pela dificuldade apresentada pelos primeiros em se afastarem do animal, seja em situações momentâneas, seja em outras mais duradouras. Insere-se aí, possivelmente, a consideração sobre a ausência de locais em que os primeiros deixem seus cães em algum grau de segurança tido como mínimo ou ideal, tal

qual acontece com os domiciliados, que em geral deixam os animais em seus próprios domicílios ou em outros lugares apropriados, quando de sua ausência. Sendo assim, tudo indica que para os participantes, se separar do cão, mantendo-o sozinho nas ruas, envolve deixá-lo vulnerável aos perigos do viver ali, conhecidos e reconhecidos por eles. Como consequência, não raramente constitui-se entre os pares uma relação simbiótica, com constante acompanhamento do cão nas atividades cotidianas humanas, já que ambos parecem ser mutuamente protetores e protegidos. É neste contexto, então, que Queiroz (2010, p.195) sintetiza: “à semelhança dos núcleos familiares, os cães e seus donos constituem, nesse universo, uma evidente unidade”.

Todavia, apesar de geralmente usufruírem fortemente do relacionamento como um todo, esta “unidade” nem sempre é tida como positiva pelos participantes, que tendem a considerá-la limitadora de locomoções e de idas a instituições para população em situação de rua, por exemplo. É trazido a tona, então, o fato de que assim como nos relacionamentos interpessoais, os relacionamentos homem-cão são processos, sendo afetações positivas e negativas vividas por cada membro do par. Nestes termos, afasta-se, em ambos os casos, qualquer tipo de visão classificatória maniqueísta, do tipo: relacionamento bom x relacionamento ruim (Casado, 2012; Garcia, 2005).

Ainda assim, quando colocada em cena a comunidade que reside ou mantém rotinas no entorno de homens e cães em relacionamento nas ruas, não raramente a ênfase recai única e exclusivamente sobre os aspectos negativos do mesmo, tais como propagação de doenças e reprodução exacerbada. No presente trabalho, então, as funcionárias do Seas de Bento Ferreira apontam fazer contato com o CCZ quando em situações problemáticas

como esta. Há de se ponderar, porém, que este tipo de instituição tem suas práticas vinculadas à certo receio da população (Orlandi, 2011; Soto, de Souza, Risseto & Lima, 2006), o que geralmente se deve à banalização da aplicação de eutanásias- prática desaconselhada pela OMS em seu 8º Informe Técnico (Santana & Marques, s.n).

De outra forma, há de ser ponderado o grande volume numérico de animais errantes ou criados nas ruas, o que tende a restringir a abrangência das ações destes centros. Diante desta realidade, então, não raramente membros da sociedade em geral se envolvem voluntariamente nesta causa (o que no presente trabalho pôde ser verificado através dos relatos de Jorge, Abigail e Ismael, dentre outros). Já em meio a literatura pertinente, Irvine (2013), por exemplo, aponta a existência de organização americana da localidade de São Francisco na qual voluntários circulam em uma van cheia de medicamentos, coleiras e alimentos para o atendimento dos animais.

Porém, apesar da inegável importância de ações como as supracitadas, há de se considerar que sozinhas elas não são suficientes para reverter totalmente os casos de penúria canina, já que se trata de população que se reproduz muito rapidamente. Isto posto, autores e profissionais, além dos já citados voluntários têm apontado – e aplicado - a esterilização como o meio mais eficaz para reversão deste quadro alarmante. Lichtler (2014), por exemplo, sugere ser a castração de filhotes o método mais adequado já que evita que os animais tenham prole no primeiro cio, além de haver aí uma diminuição do custo e do tempo cirúrgico.

Todavia, para além de estigmatizar os serviços (como o CCZ) como ineficazes, faz-se mister analisar cuidadosamente suas condutas, com o intuito

de propor melhorias em relação à abrangência e resolutividade das mesmas. Além disto, parece interessante buscar o envolvimento da população em situação de rua nas ações do serviço, esclarecendo, por exemplo, a importância do recolhimento das fezes dos animais das vias públicas, para além da aplicação de recursos punitivos, a exemplo da ameaça do recolhimento dos animais, provindas tanto de instituições quanto de pessoas diversas.

Seguindo o mesmo raciocínio, propõe-se atenção especial às políticas públicas que regulamentam o acompanhamento de animais a seus “donos” em instituições de abrigamentos ou em outros serviços de natureza semelhante. Entram em cena, então, as alternativas apontadas pelas funcionárias do Seas-Bento Ferreira, a partir das quais, sugere-se expansão e união com os debates oriundos dos serviços de outras localidades, a fim de que sejam atingidas medidas realmente eficazes para lidar com o fenômeno em questão na região metropolitana da Grande Vitória como um todo.

Indo além, a ponderação sobre a pertinência da recorrente colocação de que o cão é o único e/ou último vínculo da pessoa em situação de rua com que convive. A partir daí, supõe-se a ausência total de vínculos outros nas vidas destas pessoas, o que no presente trabalho não se confirma de modo geral. Aqui, apesar de se presentificarem relatos de relacionamentos enfraquecidos ou rompidos, principalmente no que concerne à família, se presentificaram também relatos que deram conta de novas configurações relacionais, pertinentes ao processo de rearranjo de vida dos participantes.

Dentre estas novas configurações relacionais, parecem estar enquadrados os relacionamentos com cães, que para cada um dos

participantes surge e se pauta em razões e emoções singulares, assim como nos relacionamentos interpessoais em geral. Isto porque, de acordo com Hinde (1997) as interações que compõem um relacionamento influenciam e são influenciadas por características individuais, tais como: processos psicológicos, estrutura sociocultural de valores e crenças. Esta noção, então, se avoluma a outras questões para justificar a concepção do autor de que, apesar de ser possível apontar características e tendências próprias ao relacionamento homem-cão - assim como ocorre com todos os outros tipos de relacionamento - qualquer generalização ampla apresenta falhas.

Finalmente, espera-se que o modo com que o conteúdo fora exposto ao longo deste trabalho, para além de ter se configurado como um instrumento para elucidação da temática, tenha de fato promovido a facilitação da leitura e o despertar de interesse do leitor, a fim de que novos passos sejam dados rumo à construção de um campo teórico e prático mais amplo e preciso acerca do relacionamento entre pessoas em situação de rua e cães.

Referências

Afonso, T., Berdasco, L., Medeiros, T., & Rejowski, M. (2008). Mercado pet em

ascensão-hotelaria para cães e gatos em São Paulo (Brasil). *RBTur*, 2(4), 102-123.

Agência de Notícias da Prefeitura de Curitiba. (2013). *Campanha Doe Calor atendeu 225 mil pessoas*. Recuperado em 20 dezembro de 2013, de <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/campanha-doe-calor-atendeu-225-mil-pessoas/31271>.

Aguiar, M. A., & Iriart, J. A. B. (2012). Significados e práticas de saúde e doença entre a população em situação de rua em Salvador, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 28(1), 115-124.

Almeida, F., Labarthe, N. V., & Paiva, J. P. (2010). Divulgação dos princípios da guarda responsável: uma vertente possível no trabalho de pesquisa a campo. *Revista Eletrônica Novo Enfoque*, 9(09), 64-86.

Andrade, A. L., Garcia, A., & Cano, D. S. (2009). Preditores da satisfação global em relacionamentos românticos. *Psicologia: teoria e prática*, 11(3), 143-156.

Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação. (2013). *Mercado pet deve faturar R\$ 15,4 bilhões em 2013*. Recuperado em 10 novembro de 2013, de <http://abinpet.org.br/imprensa/mercado-pet-deve-faturar-r-154-bilhoes-em-2013>.

Barker, S. B., Knisely, J. S., McCain, N. L., Pandurangi, A. K., & Schubert, C. M. (2010). Exploratory study of stress-buffering response patterns from interaction with a therapy dog. *Anthrozoos: A Multidisciplinary Journal of The Interactions of People & Animals*, 23(1), 79-91.

Barrera, G., Jakovcevic, A., & Bentosela, M. (2008). Calidad de Vida en Perros Alojados en Refugios: Intervenciones para Mejorar su Bienestar. *Suma*

Psicológica, 15(2), 337-354.

Blue Cross. (n.d.). *About Blue Cross*. Recuperado em 25 outubro, 2014, de <http://www.bluecross.org.uk/1992/about-blue-cross.html>

Bonas, S., McNicholas, J., & Collis, G. N. (2000). Pets in the network of family relationships: an empirical study. In A.L. Podberscek, E.S. Paul, & J.A. Serpell (Eds.), *Companion animal & us: exploring the relationships between people & pets* (pp. 237-256). New York: Cambridge University Press.

Brandão, B.S. (n.d.). *A empresa e sua função sócio-ambiental – um olhar sobre as ações “Pedigree - Adotar é Tudo de Bom” e “Max em Ação”/“Max Identidade”*. Recuperado em 06 agosto, 2013, de <http://www.revistadir.mcampos.br>.

Brasil. Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional de Inclusão Social da População em Situação de Rua. Recuperado em 22 dezembro, 2013, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm.

Brasil. Ministério da Saúde. (2003). *Estatuto do Idoso*. Brasília: Editora MS.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). *Texto de orientação para o reordenamento do serviço de acolhimento para população adulta e famílias em situação de rua*. Recuperado em 20 de dezembro de 2013, de <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/arquivos/texto-de-orientacao-reordenamento-pop-rua-08-05-2012.pdf>.

Brasil. Síntese das Pesquisas de Avaliações de Programas Sociais do MDS. (2012). *Caderno de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate*, 13,

95-99.

- Broom, D.M., & Molento, C. F. M. (2004). Bem-estar animal: conceito e questões relacionadas – revisão. *Archives of Veterinary Science*, 9(2), 1-11.
- Bussab, V. S. R. (2005). A complexidade da vinculação afetiva humana: reflexões sobre a contribuição da etologia. Em A.Garcia, R. S. Tokumaru, & E. B. Borloti. (Orgs.), *Etologia: uma perspectiva histórica e tendências contemporâneas* (pp.73-85). Vitoria, ES: Multiplicidade.
- Carneiro, N. J., Nogueira, E. A., Lanferini, G. M., Ali, D. A., & Martinelli M. (1998). Serviços de saúde e população de rua: contribuição para um debate. *Saúde e Sociedade*, 7(2), 47-62.
- Carvalho, A. A. B., Grisólio, A. P. R., Bueno, G. M., Testi, A. J. P., Martins, M. C., Portela, L. C., . . . Nunes, J. O. R. (2011). Caracterização da população de cães e gatos e avaliação do nível de conhecimento dos moradores sobre zoonoses e posse responsável dos animais de estimação, em bairros do município de Jaboticabal/SP. *Revista Ciência em Extensão*, 7(2), 158-159.
- Casado, C. C. C (2012). *Interações e relações de amizade: um estudo longitudinal no contexto de uma escola inclusiva*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.
- Chalfun, M. (2009). Animais humanos e não-humanos: princípios para solução de conflitos. *Revista Brasileira de Direito Animal*, 4(5), 125-157.
- Christensen, R. C. (2009). Psychiatric Street Outreach to Homeless People: Fostering Relationship, Reconnection, and Recovery. *The Johns Hopkins University Press*, 20(4), 1036-1040. doi: 10.1353/hpu.0.0216

- Community Care (2002, Abril). *Pets not welcome at homeless hostels* (Brief Article). Recuperado em 30 março, 2014, de <http://www.communitycare.co.uk/2002/04/04/pets-not-welcome-at-homeless-hostels/>
- Costa, A. P. (2009). O olhar do respeito e da atenção na produção de um ensaio fotográfico. Em J. V. Q. Cunha, & M. Rodrigues (Orgs.), *Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua* (pp.65-85) Brasília: MDS/SAGI/SNAS. Recuperado em 21 de dezembro de 2013, de <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/2009/rua-aprendendo-a-contar-pesquisa-nacional-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua>.
- Costa, A. P.M. (2005). População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Revista Virtual Textos & Contextos*, 4(1), 1-15.
- Costa, E. C., Jorge, M. S. B, Saraiva, E. R. A, & Coutinho, M. P. L. (2009). Aspectos psicossociais da convivência de idosas com animais de estimação: uma interação social alternativa. *Psicologia: Teoria e Prática*, 11(3), 2-15.
- Cunha, J. G., & Garcia, A. (2013). Relacionamento Homem-Cão: uma revisão. Em A. Garcia, F. N. Pereira, & M. S. P. Oliveira (Orgs.), *Relações Interpessoais e Sociedade* (pp.117-132). Vitória, ES: GM Gráfica e Editora.
- Curvello, A. (2013). *Brasil se torna segundo maior mercado de animais de estimação*. Jornal da Globo. Recuperado em 06 agosto, 2013, <http://g1.globo.com/jornal-da-globo>.

- Daya, S., & Wilkins, N. (2013). The body, the shelter, and the shebeen: an affective geography of homelessness in South Africa. *Cultural Geographies*, 20(3) 357–378. doi: 10.1177/1474474012469886.
- DeMello, M. (2012). *Animals and society: an introduction to human-animal studies*. New York, NY: Columbia University Press.
- Dilly, B. L. G., da Costa Júnior, N. B., Freitas, R. B., & Frasceschini, E. M. (2005). Tratamento dado ao problema de abandono de cães na Unicamp. *Revista Ciências do Ambiente On-Line*, 1(1), 56-62. Recuperado em 18 novembro, 2014, de <http://sistemas.ib.unicamp.br/be310/index.php/be310/article/view/23>.
- Dotson, M. J., & Hyatt, E. M. (2008). Understanding dog-human companionship. *Journal of Business Research*, 61(5), 457-466. doi:10.1016/j.jbusres.2007.07.019.
- Enders-Slegers, M. (2000). The meaning of companion animals: qualitative analysis of the life histories of elderly cat and dog owners. Em A. L. Podberscek, E. S. Paul, & J. A. Serpell. (Eds.), *Companion animal & us: exploring the relationships between people & pets* (pp. 257-271). New York: Cambridge University Press.
- Scorel, S. (1999). Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social. Fiocruz.
- Fernandes, D. (2014, Abril). Prefeito de Vitória veta transporte de animais dentro dos ônibus. *ES Hoje*, Acesso em 15 de abril de 2015 de http://www.eshoje.jor.br/_conteudo/2014/04/noticias/grande_vitoria/16889-prefeito-de-vitoria-veta-transporte-de-animais-dentro-dos-onibus.html
- Ferreira, S. A., & Sampaio, I. B. M. (2010). Relação homem-animal e bem-estar do cão domiciliado. *Archives of Veterinary Science*, 15(1), 22-35.

- Flick, U. (2008). Entrevista episódica. Em M. W. Bauer., & G. Gaskell. (Orgs.), *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático* (7a ed., pp. 114-136). São Paulo: Vozes.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3a ed.) Porto Alegre, RS: Artmed.
- Flores, J. J. V., Ibáñez, E. J., & Félix, S. L. J. (2005). Evaluación de vínculo en adolescentes problemáticos. *Revista Electrónica de Psicología Iztacala*, 8(3), 28-57.
- Frangella, S. M. (2004). *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, Campinas.
- Frangella, S. M. (2005). Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas. *Cadernos Metrópole*, (13), 199-228.
- Freitas, M. C., Reis, T. S., Mizael, T. M., & Domeniconi, C. (2012). Responder de cães por exclusão em tarefas de discriminação condicional. *Interação em Psicologia*, 16(2), 173-183.
- Galibert, F., Quignon, P., Hitte, C., & André, C. (2011). Toward understanding dog evolutionary and domestication history. *Comptes rendus - Biologies*, 334(3), 190-196.
- Garcia, A. (1999). Crianças que são cruéis com animais. *Pediatria moderna*, 35(7), 552-558.
- Garcia, A. (2005). Relacionamento interpessoal: uma área de investigação. Em A. Garcia (Org.), *Relacionamento Interpessoal- olhares diversos* (pp. 7-27). Vitória, ES: GM Gráfica e Editora.

- Garcia, A. (2013). Relações interpessoais e sociedade: uma introdução. Em A. Garcia, F. N. Pereira, & M. S. P. Oliveira. (Orgs.), *Relações Interpessoais e Sociedade* (pp.7-14). Vitoria, ES: GM Gráfica e Editora.
- Garcia, A., & Ventorini, B. (2005). Robert Hinde: da Etologia à Psicologia Social. Em A. Garcia, R. S. Tokumaru, & E. B. Borloti. (Orgs.), *Etologia: uma perspectiva histórica e tendências contemporâneas* (pp.55-71). Vitoria, ES: Multiplicidade.
- Gomes, T. C. S., & Santos, T. G. D. (2014). Os invisíveis que eles querem esconder: A luta por direitos básicos, a violência e os reflexos da Copa do Mundo FIFA 2014. *Publica Direito*, 450-479. Recuperado em 10 de agosto de 2014, de <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=72cad9e1f9ae7987>.
- Gómez, G., Leonardo, F., Atehortua, H., Camilo, G., & Orozco Padilla, S. C. (2007). La influencia de las mascotas em la vida humana. *Revista Colombiana de CienciasPecuarias*, 20(3), 377-386.
- González, M. T. R., & Landero, R. H. (2011). Diferencias em estrés percibido, salud mental y física de acuerdo al tipo de relación humano-perro. *Revista Colombiana de Psicología*, 20(1), 75-86.
- Guimarães, A. G. C. & Moreira, J. O. (2011). A religiosidade do morador de rua e o sentido de vida: o caso Marcelo. *Memorandum*, 20, 225-249. Retirado em 15 de janeiro, 2015, <http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a20/guimaraesmoreira01>.
- Gutiérrez, G., Granados, D. R., & Piar, N. (2007). Interacciones humano-animal: características e implicaciones para el bienestar de los humanos. *Revista Colombiana de Psicología*, 16(1), 163-184.

- Győri, B., Gácsi, M., & Miklósi, Á. (2010). Friend or foe: Context dependent sensitivity to human behaviour in dogs. *Applied Animal Behaviour Science*, 128(1), 69-77.
- Handlin, L., Nilsson, A., Ejdeback, M., Hydbring-Sandberg, E., & Uvnas-Moberg, K. (2012). Associations between the Psychological Characteristics of the HumanDog Relationship and Oxytocin and Cortisol Levels. *Anthrozoos: A Multidisciplinary Journal of The Interactions of People & Animals*, 25(2), 215-228.
- Harris, D. (1998). Pet names and passwords. *Southern Methodist University*. 83(2), 144-156.
- Hauser, M. D., Comins, J. A., Pytko, L. M., Cahill, D. P., & Velez-Calderon, S. (2011). What experimental experience affects dogs' comprehension of human communicative actions? *Behavioural Processes*, 86(1), 7-20. doi: 10.1016/j.beproc.2010.07.011.
- Hinde, R. A. (1979). *Towards Understanding Relationships*. New York: Academic Press Inc.
- Hinde, R. A. (1987). *Individuals, relationships and culture: links between ethology and the social sciences*. Austrália: Cambridge.
- Hinde, R. A. (1997). *Relationships: a dialectical perspective*. Hove: Psychology Press.
- Honeycutt, R. L. (2010). Unraveling the mysteries of dog evolution. (Commentary). *BMC Biology*, 8, 20.
- Horn, L., Virányi, Z., Miklósi, A., Huber, L., & Range, F. (2012). Domestic dogs (*Canis familiaris*) flexibly adjust their human-directed behavior to the actions of their human partners in a problem situation. *Animal Cognition*,

- 15(1), 57-71. doi: 10.1007/s10071-011-0432-3
- Howell, T. J., & Bennett, P. C. (2011). Puppy power! Using social cognition research tasks to improve socialization practices for domestic dogs (*Canis familiaris*). *Journal of Veterinary Behavior: Clinical Applications and Research*, 6(3), 195-204.
- Hungaro, A. P. C., & Soares, E. C. (2009). Moradores de rua e família: aproximações e incompatibilidades. Em *Anais do 12º Congresso de Iniciação Científica, 6ª Mostra de Pós-Graduação*. Universidade de Santo Amaro: São Paulo-SP, 1477-1478.
- Instituto Jones dos Santos Neves. (2008). *Perfil Regional – Região Metropolitana da Grande Vitória*. Recuperado em 01 fevereiro, 2015, de http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=article&id=230:perfil-regional-regiao-metropolitana-da-grande-vitoria&catid=44:comdevit&Itemid=201.
- Irvine, L. (2013). *My dog always eats first: homeless people and their animals*. Colorado: Rienner.
- Jakovcevic, A., & Bentosela, M. (2009). Diferencias individuales en los perros domésticos (*Canis familiaris*): revisión de las evaluaciones conductuales. *Interdisciplinaria*, 26(1), 49-76.
- Jovchelovitch, S., & Bauer, M. W. (2008). Entrevista narrativa. Em M. W. Bauer., & G. Gaskell. (Orgs.), *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático* (7a. ed, pp. 90-113). São Paulo: Vozes.
- Kidd, A. H., & Kidd, R. M. (1994). Benefits and liabilities of pets for the homeless. *Psychological Reports*, 74(3), 715-722.
- Konok, V., Dóka, A., & Miklósi, Á. (2011). The behavior of the domestic dog

- (*Canis familiaris*) during separation from and reunion with the owner: A questionnaire and an experimental study. *Applied Animal Behaviour Science*, 135(4), 300-308. doi: 10.1016/j.applanim.2011.10.011.
- Kunz, G. S. (2012). *Os modos de vida da população em situação de rua: narrativas de andanças nas ruas de Vitória/ES*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES.
- Labrecque, J., & Walsh, C. A. (2011). Homeless women's voices on incorporating companion animals into shelter service. *Anthrozoos: A Multidisciplinary Journal of The Interactions of People & Animals*, 24(1), 79-95.
- Langoni, H., Troncarelli, M. Z., Rodrigues, E. C., de Carvalho Nunes, H. R., Harumi, V., Henriques, M. V., . . . Shimon, J. Y. (2011). Conhecimento da população de Botucatu-SP sobre guarda responsável de cães e gatos. *Veterinária e Zootecnia*, 18(2), 297-305.
- Lemos, G. (2000). 'Homelessness and Loneliness': The want of conviviality. Recuperado em 01 de junho de 2015 de: <http://www.crisis.org.uk/data/files/publications/HomelessnessAndLoneliness-ForWeb.pdf>.
- Leonardi, R., Vick, S.-J., Dufour, V., Vick, J., & Dufour, S.-J. (2011). Waiting for more: the performance of domestic dogs (*Canis familiaris*) on exchange tasks. *Animal Cognition*, 15(1), 107-120. doi: 10.1007/s10071-011-0437-y.
- Lichtler, J. (2014). *Castração precoce em pequenos animais: técnica, vantagens e riscos e uso no controle populacional*. Monografia do Curso

de Medicina Veterinária. Universidade Federal do Rio Grande do sul.
Faculdade de Veterinária.

Lima, R. (2001). O Maniqueísmo: o Bem, o Mal e seus efeitos ontem e hoje. *Revista Espaço Acadêmico*, (7). Recuperado em 03 de setembro 2014, de <http://www.espacoacademico.com.br/007/07ray.htm>.

Lima, S. G. A., & Moreira, C. A. L. (2010). O morador de rua e o trabalho: o complexo limiar deste mundo. *Revista Avaliação de Políticas Públicas*, 1, 17-25.

Lorenz, K. (1997). *E o homem encontrou o cão*. Lisboa: Relógio D'Água .

Loss, L. D., Mussi, J. M. S., de Mello, I. N. K., Leão, M. S., & Franque, M. P. (2012). Posse responsável e conduta de proprietários de cães no município de Alegre-ES. *Acta Veterinaria Brasilica*, 6(2), 105-111.

Lovisi G.M. (2000). Avaliação de distúrbios mentais em moradores de albergues públicos das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.

Lunney, M., Jones, A., Stiles, E., & Waltner-Toews, D. (2011). Assessing human– dog conflicts in Todos Santos, Guatemala: Bite incidences and public perception. *Preventive Veterinary Medicine*, 102(4), 315-320.

Macedo, M. D. C., Costa, J. V. P., Monfardini, A. S., Neves, A. T. L., Mendes, C., Sabadine, . . . Miranda, R. L. (2011). Práticas da disciplina terapia ocupacional social no Creas Pop-Vitória: diálogos entre a pessoa em situação de rua, o serviço de assistência e a terapia ocupacional. 1ª *Revista da Jornada Científica da Assistência Social de Vitória*, (1), 152-161.

- Magalhães, B. V., & Rall, V. (Orgs.) (2010). *Reflexões sobre a tolerância: direitos dos animais*. São Paulo, SP: Editoras Evolução e Humanitas. 258p.
- Marchi, J. A., Carreira, L., & Salci, M.A. (2013). Uma casa sem teto: influência da família na vida das pessoas em situação de rua. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 12(4), 640-647. Doi: 10.4025/cienccuidsaude.v12i4.22554.
- Mariti, C., Ricci, E., Carlone, B., Moore, J. L., Sighieri, C., & Gazzano, A. (2012). Dog attachment to man: A comparison between pet and working dogs. *Journal of Veterinary Behavior: Clinical Applications and Research*, 8(3), 135-145.
- Marlet, E., & Maiorka, P. (2010). Análise retrospectiva de casos de maus tratos contra cães e gatos na cidade de São Paulo. *Brazilian Journal Of Veterinary Research And Animal Science*, 47(5), 385-394. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-95962010000500008>
- Marshall-Pescini, S., Passalacqua, C., Ferrario, A., Valsecchi, P., & Prato-Previde, E. (2011). Social eavesdropping in the domestic dog. *Animal Behaviour*, 81(6), 1177-1183. doi: 10.1016/j.anbehav.2011.02.029.
- Martins, A., & Azevedo, M.A. (2011). População de rua: o perfil dos usuários do projeto hospedagem noturna. *1ª Revista da Jornada Científica da Assistência Social de Vitória*, (1), 131-141.
- Martins, C. M., Mohamed, A., Guimarães, A. M. S., Barros, C. C., Pampuch, R. S., Svoboda, W., . . . Biondo, A. W. (2012). Donos com menos renda não possuem mais cães: modelagem na contagem de animais de acordo com seus donos. *Archives of Veterinary Science*, 17(1), 484-486.
- Martins, M. F., Capelli, L. L., Casamassa, S.G., Lima, P. M. P. S. (2013). No

rastró dos excluídos: moradores de rua e seus animais. (Relatório de pesquisa). Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo.

- Melo, T.H.A.G. (2014). "Manguear é entrar na mente para afetar o psicológico": saberes, emoções e estratégias de vida nas ruas. *Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Natal/RN. Recuperado em 15 de dezembro de 2014, http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402583745_ARQUIVO_MELO-Tomas-GT29-Mangueio.pdf.
- Merizio, L. Q., & Garcia, A. (2006). O relacionamento entre a criança e o animal de estimação e a amizade com outras crianças: uma análise comparada. Em A. Garcia (Org.), *Relacionamento Interpessoal- estudos brasileiros* (pp. 49-66). Vitória, ES: GM Gráfica e Editora.
- Merola, I., Prato-Previde, E., & Marshall-Pescini, S. (2011). Social referencing in dog-owner dyads? *Animal Cognition*, 15(2), 175-185. doi: 10.1007/s10071-011-0443-0.
- Mongillo, P., Bono, G., Regolin, L., & Marinelli, L. (2010). Selective attention to humans in companion dogs, *Canis familiaris*. *Animal Behaviour*, 80(6), 1057-1063. doi: 10.1016/j.anbehav.2010.09.014.
- Mossman, D. (1997). Deinstitutionalization, homelessness, and the myth of psychiatric abandonment: A structural anthropology perspective. *Social Science & Medicine*, 44(1), 71-83. doi: 10.1016/S0277-9536(96)00096-2.
- Moura Jr., J. F., Ximenes, V. M., Sarriera, J. C. (2013). Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. *Revista de Psicologia*, 22(2), 18-28. doi: 10.5354/0719-0581.2013.30850.

- Nogueira, E. J., & Oliveira, M. A. (2005). Adolescente em situação de rua: relatos de amizades na escola. *Série-Estudos-Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, 19, 193-2007.
- Oliveira, F. (2004). Ser negro no Brasil: alcances e limites. *Estudos Avançados*, 18(50), 57-60. doi: 10.1590/S0103-40142004000100006.
- Orlandi, V. T. (2011). Da eliminação de animais em centros de controle de zoonoses. *Revista Brasileira de Direito Animal*, 6(8), 135-160.
- Pettersson, H., Kaminski, J., Herrmann, E., & Tomasello, M. (2011). Understanding of human communicative motives in domestic dogs. *Applied Animal Behaviour Science*, 133(3), 235-245.
- Pongrácz, P., Molnár, C., Dóka, A., & Miklósi, Á. (2011). Do children understand man's best friend? Classification of dog barks by pre-adolescents and adults. *Applied Animal Behaviour Science*, 135(1), 95-102. doi: 10.1016/j.applanim.2011.09.005.
- Prates , J. C.; Prates F. C. ; Machado S. (2011). Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. *Temporalis*, 11(22), 191-215.
- Prefeitura Municipal de Cariacica. (2012). A política de assistência social. Em J. A. F. Silva, & A. M. Dalton (Orgs.). *Assistência social de Cariacica: Famílias, criança e adolescente, idosos, migrantes, população em situação de rua e pessoas com deficiência. Diagnóstico e construção de cenários* (pp. 65-113). Cariacica: Prefeitura Municipal de Cariacica.
- Prefeitura Municipal da Serra. (2014). *Moradores em situação de rua*. Panfleto distribuído pela Rede de Serviços de Atendimento e de Acolhimento Socioassistencial do município da Serra, Espírito Santo.

Prefeitura Municipal de Vitória. (s.d.). *População de Rua*. Recuperado em 12 novembro, 2014, de <http://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/populacao-de-rua>

Prefeitura Municipal de Vitória. (s.d.). Capsad ajuda a reabilitar usuários de álcool e outras drogas. Recuperado em 16 de março de 2015 de: www.vitoria.es.gov.br/cidadao/saudemental#a_capsad.

Queiroz, R. S. (2010). O último vínculo: "moradores de rua" e seus cães na cidade de São Paulo. Em V. B. de Magalhães, & V. Rall. (Orgs.), *Reflexões sobre a tolerância: direitos dos animais* (pp. 191-196). São Paulo, SP: Editoras Evolução e Humanitas.

Quiroga, J., & Novo, M. (2009). Elas da rua: população em situação de rua e a questão de gênero. Em J. V. Q. Cunha, & M. Rodrigues (Orgs.), *Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua* (pp.157-173) Brasília: MDS/SAGI/SNAS. Recuperado em 21 de dezembro de 2013, de <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/2009/rua-aprendendo-a-contar-pesquisa-nacional-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua>.

Range, F., Möslinger, H., & Virányi, Z. (2012). Domestication has not affected the understanding of means-end connections in dogs. *Animal Cognition*, 15(4), 597-607. doi: 10.1007/s10071-012-0488-8.

Rehn, T., & Keeling, L. J. (2011). The effect of time left alone at home on dog welfare. *Applied Animal Behaviour Science*, 129(2), 129-135. doi: 10.1016/j.applanim.2010.11.015.

Rew, L. (2000). Friends and pets as companions: strategies for coping with

- loneliness among homeless youth. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing-JCAPN*, 13(3), 125-132.
- Roberts, T., McGreevy, P., Valenzuela, M., & Linden, R. (2010). Human Induced Rotation and Reorganization of the Brain of Domestic Dogs. *PLoS ONE*, 5(7). doi: 10.1371/journal.pone.0011946.
- Rosa, A. S., Secco, M. G., & Brêtas, A. C. P. (2006). O cuidado em situação de rua: revendo o significado do processo saúde-doença. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 59(3), 331-336.
- Rosetti Júnior, H., & Schimiguel, J. (2011). A economia da região metropolitana da Grande Vitória - ES e os cursos superiores de tecnologia. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, (157). Recuperado em 17 de novembro de 2014, de <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>.
- Salamanca, C. A., Polo, L. J., & Vargas, J. (2011). Sobrepoplacion canina y felina: tendencias y nuevas perspectivas. *Revista Facultad de Medicina Veterinaria y de Zootecnia*, 58(1), 45-53.
- Santana, L. R., & Marques, M. R. (s.d.). *Maus tratos e crueldade contra animais nos centros de controle de zoonoses: aspectos jurídicos e legitimidade ativa do Ministério Público para propor ação civil pública*. Recuperado em 20 de abril de 2015 de: http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/9/docs/maus_tratos_ccz_de_salvador.pdf
- Santos, M. B., Macedo, M. D. C., Mendes, C., & Neves, A. T. L. (2013). Relacionamentos Interpessoais, População em Situação de Rua e Família: Realocações de Papéis. Em A. Garcia, F. N. Pereira, & M. S. P.

- Oliveira (Orgs.), *Relações Interpessoais e Sociedade* (pp.15-28). Vitória, ES:GM Gráfica e Editora.
- Scarlett, J. M., Salman, M. D., New, J. G., & Kass, P. H. (1999). Reasons for relinquishment of companion animals in U.S. animal shelters: selected health and personal issues. *Journal of applied animal welfare science: JAAWS*, 2(1), 41.
- Schuch, P. Z. (2009). Comportamento do consumidor de petiscos para cães em Porto Alegre. Monografia. Instituto de Ciência e Tecnologia de Alimentos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, MDS. (2009). I Censo e Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua- síntese dos resultados. Em J. V. Q. Cunha, & M. Rodrigues (Orgs.), *Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua* (pp.85-111) Brasília: MDS/SAGI/SNAS. Recuperado em 21 de dezembro de 2013, de <http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/2009/rua-aprendendo-a-contar-pesquisa-nacional-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua>.
- Seixas, A. T. F. (2012). Gestão de cães e gatos errantes na área da grande Lisboa. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Medicina Veterinária, Lisboa.
- Serviço Especializado em Abordagem Social (2014). Relatório do Serviço Especializado em Abordagem Social – Seas do município de Vitória, referente a 2013. Comunicação pessoal.
- Shubert, J. (2012). Dogs and human health/mental health: from the pleasure of

- their company to the benefits of their assistance.(Report). *U.S. Army Medical Department Journal*, 21-29. Recuperado em 05 outubro, 2014, de <http://cdm16379.contentdm.oclc.org/cdm/ref/collection/p15290coll3/id/1253>.
- Silva, F. A. N., Carvalho, R. L., Klein, R. P., & Quessada, A. M. (2009). Posse responsável de cães no bairro Buenos Aires na cidade de Teresina (PI). *ARS Veterinária*, 25(1), 14-17.
- Silva, G. T. (2005). Amizade- tão perto, tão longe. Garcia, A. (2005). Em A. Garcia (Org.), *Relacionamento Interpessoal- olhares diversos* (pp.41-49). Vitória, ES: GM Gráfica e Editora.
- Silva, M. L. L.(2006). *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília.
- Silva, M., Mistieri, M., Franco Júnior, W., Centeno, L., Pascon, J., Lubeck, I., . . . Weiler, T. (2013). Projeto “melhor amigo” na conscientização da guarda responsável de animais de estimação. *Revista Ciência Em Extensão*, 9(3), 43-52. Recuperado em 04 agosto, 2014, de http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/682/897
- Singer, R. S., Hart, L. A., & Zasloff, R. L. (1995). Dilemmas associated with rehousing homeless people who have companion animals. *Psychological Reports*, 77(1), 851-857.
- Slatter, J., Lloyd, C., & King, R. (2012). Homelessness and companion animals: more than just a pet? *The British Journal of Occupational Therapy*,

75(8), 377-383.

Soto, F. R. M., de Souza, A. J., Risseto, M. R., & Lima, B. F. M. S. (2006).

Adoção de cães no município de Ibiúna–SP–Brasil: análise crítica.

Revista Ciência em Extensão, 3(1), 26-36.

Souza, L. K., & Hutz, C. S. (2008). Relacionamentos pessoais e sociais:

amizade em adultos. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 257-265.

Souza, M. F. A. (2011). Controle de populações caninas: considerações

técnicas e éticas. *Revista Brasileira de Direito Animal*, (8), 115-130.

Sposati, A. (2009). O caminho do reconhecimento dos direitos da população

em situação de rua: de indivíduo a população. Em J. V. Q. Cunha, & M.

Rodrigues (Orgs.), *Rua: Aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre*

a População em Situação de Rua (pp.193-223) Brasília:

MDS/SAGI/SNAS. Recuperado em 21 de dezembro de 2013, de

<http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/2009/rua->

[aprendendo-a-contar-pesquisa-nacional-sobre-a-populacao-em-](http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/2009/rua-aprendendo-a-contar-pesquisa-nacional-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua)

[situacao-de-rua](http://www.mds.gov.br/gestaodainformacao/disseminacao/2009/rua-aprendendo-a-contar-pesquisa-nacional-sobre-a-populacao-em-situacao-de-rua).

Swick, K. J. (2008). Empowering the Parent-Child Relationship in Homeless

and Other High-risk Parents and Families. *Early Childhood Education*

Journal, 36, 149-153. doi: 10.1007/s10643-007-0228-x.

Taylor, H., Williams, P., & Gray, D. (2004). Homeless and dog ownership: na

investigation into animal empathy, attachment, crime, drug use, health

and public opinion. *Anthrozoos: A Multidisciplinary Journal of The*

Interactions of People & Animals, 17(4), 353-368.

Tesche, B. B., Cunha, J. G., & Ciscon-Evangelista, M. R. (2011). Estudo

comparativo da relação entre famílias de bairros de classes sociais

- distintas da cidade de Vitória-ES e seus cães. Em *Anais do II Congresso Brasileiro de Pesquisa do Relacionamento Interpessoal*: Vitória-ES, 5.
- Valencio, N. F. L. S., Pavan, B. J. C., Siena, M., & Marchezini, V. (2008). Pessoas em situação de rua no Brasil: Estigmatização, desfiliação e desterritorialização. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 7(21), 556-605.
- Varanda W., & Adorno R.C.F. (2004). Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde & Sociedade*, 13(1), 56-69.
- Vieira, M. A. C., Bezerra, E. M. R., & Rosa, C. M. M. (2004). *População de rua: quem é, como vive, como é vista* (3a ed.). São Paulo, SP: Hucitec.
- vonArckenCancino, B. C. (2011). Interacción entre humanos y animales. *Revista Universidad de La Salle*, (54), 149-159.
- Vučinić, M., Đorđević, M., Teodorović, R., Janković, L., Radenković-damjanović, B., & Radisavljević, K. (2009). Reasons for relinquishment of owned dogs in a municipal shelter in Belgrade. *Acta Veterinaria*, 59(2-3), 309-317.
- Wayne, R., vonHoldt, B., vonHoldt, K., & vonHoldt, M.(2012). Evolutionary genomics of dog domestication. *Mamm Genome*, 23(1), 3-18. doi: 10.1007/s00335-011-9386-7.
- Wells, D. L. (2007). Domestic dogs and human health: An overview. *British journal of health psychology*, 12(1), 145-156.
- Würdig, R. C. (2014). As crianças, os animais e suas brincadeiras:Um traço importante da cultura lúdica. *RevistAleph*, (22), 265-279.

Anexos

Anexo A – Proporção da População em Situação de Rua em Relação à População Total

CIDADE	População Residente (Contagem da População IBGE 2007)	I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua	Percentual de População em Situação de Rua (B/A) * 100
ANANINDEUA	484.278	116	0,024
ANÁPOLIS	325.544	223	0,069
APARECIDA DE GOIÂNIA	475.303	188	0,040
ARACAJU	520.303	197	0,038
BAURU	347.601	152	0,044
BELEM DO PARA	1.408.847	403	0,029
BELFORD ROXO	480.555	248	0,052
BETIM	415.098	47	0,011
BOA VISTA	249.853	67	0,027
BRASÍLIA	2.455.903	1734	0,071
CAMPINA GRANDE	371.060	70	0,019
CAMPINAS	1.039.297	1027	0,099
CAMPO DOS GOYTACAZES	426.154	138	0,032
CAMPO GRANDE	724.524	313	0,043
CANOAS	326.458	96	0,029
CARAPICUÍBA	379.566	189	0,050
CARIACICA	356.536	131	0,037
CAXIAS DO SUL	399.038	58	0,015
CONTAGEM	608.650	172	0,028
CUIABÁ	526.830	229	0,043
CURITIBA	1.797.408	2776	0,154
DIADEMA	386.779	176	0,046
DUQUE DE CAXIAS	842.686	324	0,038
FEIRA DE SANTANA	571.997	237	0,041
FLORIANÓPOLIS	396.723	426	0,107
FORTALEZA	2.431.415	1701	0,069
FRANCA	319.094	78	0,024
GOIÂNIA	1.244.645	563	0,045
GUARULHOS	1.236.192	130	0,011
ITAQUAQUECETUBA	334.914	87	0,026

CIDADE	População Residente (Contagem da População IBGE 2007)	I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua	Percentual de População em Situação de Rua (B/A) * 100
JABOATÃO DOS GUARARAPES	665.387	270	0,041
JOÃO PESSOA	674.762	205	0,030
JOINVILLE	487.003	274	0,056
JUIZ DE FORA	513.348	607	0,118
JUNDIAÍ	342.983	139	0,041
LONDRINA	497.833	296	0,059
MACAPÁ	344.153	86	0,025
MACEIÓ	896.965	372	0,041
MANAUS	1.646.602	463	0,028
MARINGÁ	325.968	226	0,069
MAUÁ	402.643	211	0,052
MOGI DAS CRUZES	362.991	310	0,085
MONTES CLAROS	352.384	54	0,015
NATAL	774.230	223	0,029
NITERÓI	474.002	529	0,112
NOVA IGUAÇU	830.672	649	0,078
OLINDA	391.433	217	0,055
OSASCO	701.012	140	0,020
PALMAS	178.386	16	0,009
PELOTAS	339.934	106	0,031
PIRACICABA	358.108	192	0,054
PORTO VELHO	369.345	58	0,016
RIBEIRÃO PRETO	547.417	441	0,081
RIO BRANCO	290.639	90	0,031
RIO DE JANEIRO	6.093.472	4585	0,075
SALVADOR	2.892.625	3289	0,114
SANTO ANDRÉ	667.891	349	0,052
SANTOS	418.288	713	0,170
SÃO BERNARDO DO CAMPO	781.390	558	0,071
SÃO GONÇALO	960.631	289	0,030
SÃO JOÃO DO MERITI	464.282	130	0,028

CIDADE	População Residente (Contagem da População IBGE 2007)	I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua	Percentual de População em Situação de Rua (B/A) * 100
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	402.770	149	0,037
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	594.948	1633	0,274
SÃO LUIS	957.515	284	0,030
SÃO VICENTE	323.599	180	0,056
SERRA	385.370	136	0,035
SOROCABA	559.157	127	0,023
TERESINA	779.939	370	0,047
UBERLÂNDIA	608.369	196	0,032
VILA VELHA	398.068	168	0,042
VITÓRIA	314.042	296	0,094
TOTAL	52.253.807	31922	0,061

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, 2007/2008.

Anexo B – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Realização da Pesquisa

Termo de consentimento informado e esclarecido para estudo com pessoas em situação de rua que vivam em companhia de cães

Concordo em participar da pesquisa abaixo descrita:

Pesquisa: “Relacionamentos entre pessoas em situação de rua e cães”
Pesquisador: Juliana Gomes da Cunha
Orientador: Prof. Dr. Agnaldo Garcia
Instituição: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGP/UFES)

O que queremos com esta pesquisa e qual a importância dela

Com este estudo desejamos investigar e entender as relações entre pessoas em situação de rua e cães com que vivem. O estudo é aceitável cientificamente por ajudar no entendimento do assunto, já que são poucos os estudos sobre relacionamentos de cães e pessoas em situação de rua. Além disso, existe a possibilidade de provocar discussões sobre condições melhores nos serviços que atendem a população em situação de rua (albergues, hospedagem noturna, Centro-pop...) quando vivem em companhia de cães. O objetivo geral do estudo proposto é investigar, apontar e compreender as relações estabelecidas entre indivíduos em situação de rua e cães com os quais convivem. Por exemplo, no Brasil pode ter ou não nos serviços de acolhimento a população de rua, espaço para acomodar animais junto a seus donos- que neste caso não precisam deixá-los na rua ou em outros lugares enquanto estão nos serviços- o que pode ser decisivo para que as pessoas procurem e fiquem ou não nestes locais.

Como vai ser a participação dos entrevistados e o que vamos fazer com o que eles nos falarem

Depois das pessoas convidadas aceitarem participar do estudo, se tornarão participantes. Os participantes responderão cada um em um momento separado a uma entrevista em local que acharem melhor e mais adequado. Utilizaremos um roteiro com questões a serem respondidas de forma aberta, sem opções de respostas pré-estabelecidas. Inicialmente, faremos perguntas para termos dados sociais dos participantes, tais como nome, idade, sexo (masculino ou feminino) e local onde dorme. Depois, faremos perguntas sobre partes das histórias de vida dos participantes que envolvam relacionamentos com outras pessoas e com cães. Todas as entrevistas serão gravadas, com gravador de voz, após autorização do participante. Além disso, a participação na pesquisa é voluntária, ou seja, sem recompensas ou pagamentos pela participação e com a possibilidade de não responder as perguntas caso não queira. O participante

também fica livre para parar de responder a entrevista a qualquer momento da pesquisa. É importante, além disso, dizer que não serão colocados os nomes dos participantes no trabalho.

Quais benefícios esperamos com a realização da pesquisa

Os resultados da pesquisa vão ser apresentados em eventos como congressos, anais de eventos científicos, textos e livros de Psicologia. Esperamos, com isso, ajudar na reflexão e entendimento do assunto: relacionamentos entre cães e pessoas em situação de rua.

Como nos encontrar

Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento

Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, CEP 29075-210, Vitória – ES

Telefones para contato: 4009-2505 (institucional) e 99983-6248 (Juliana Gomes da Cunha)

ATENÇÃO: Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável (Juliana), entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos, UFES/Campus Universitário de Goiabeiras na Av. Fernando Ferrari, s/n, Vitória - ES, CEP 29060-970. Tel: 4009-7840 ou pelo e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com.

Sobre o participante

Nome:

Documento (se possível):

Estando de acordo com as informações acima, assinam o presente termo de compromisso em duas vias.

____ Participante

____ Juliana Gomes da Cunha

Vitória, ____ de ____ de 2014.

Anexo C - Modelo de Roteiro de Entrevista

Roteiro De Entrevista

A- Dados sociais e econômicos

1-Nome:

2-Gênero:

3-Idade:

4-Município em que vive:

5- Local da última residência fixa:

6-Há quanto tempo estabelece sua rotina na rua?

7-Quais atividades realiza diariamente?

8-Faz alguma coisa para ganhar dinheiro?

9-Caso responda “sim” à pergunta anterior:

a)Qual?

b) Em que gasta o dinheiro?

10-Onde se abriga durante o dia e a noite?

11- Costuma cuidar da sua saúde? Que cuidados tem tomado?

B -Sobre relacionamentos interpessoais

12- Você tem amigos ou colegas?

13 - a) Caso responda “sim” à pergunta anterior: Onde os encontra?

b) Caso responda “não” à pergunta anterior: Por que não?

14- Mantem contato com parentes ou familiares?

15-a) Caso também responda “sim” à pergunta anterior: Com que frequência?

b) Caso também responda “não” à pergunta anterior: Por que não?

C- Sobre relacionamentos com cães

16- Vive na companhia de quantos cães?

17- Conte como o(s) cão(es) chegou(aram) a sua vida.

18- O(s) cão(es) tem nome? Conte como a(s) escolha(s) foi(ram) feita(s).

19- Há quanto tempo convive com o(s) cão(es)?

20- Você considera seu(s) cão(es):

() amigo

() família

() animal de estimação

() um protetor

() outro. Definir:

21- O que você sente pelo(s) cão(es)?

22- Poderia, por favor, dizer como foi seu dia de ontem e em que momentos o(s) cão(es) esteve(estiveram) envolvido(s)?

23- Já viveu na companhia de outro(s) cão(es) anteriormente? Conte como era esse convívio.

24- Como você cuida do(s) cão(es)?

25- Costuma conversar com o(s) cão(es)? Como são essas conversas?

26- Você considera que o(s) cão(es) te protege(m)? Conte uma situação em que se sentiu protegido pelo(s) cão(es).

27- Geralmente, as outras pessoas te ajudam a cuidar do(s) cão(es)? Poderia

contar uma situação em que isto aconteceu?

28-Você acha que o jeito das outras pessoas te tratarem muda porque está com o(s) cão(es)? Como isto acontece?

29-Sentiu alguma mudança na sua vida após o(s) cão(es) ter entrado nela? Poderia relatá-las?

30-Você acha que o(s) cão(es) te ajuda(m)? Conte um caso típico.

31-Em algum momento o(s) cão(es) te atrapalha(m)? Conte uma situação em que isto ocorre.

32-Já viveu algum momento que considera marcante com o(s) cão(es)? Conte-me, por favor.

D- Sobre o uso de serviços de assistência à população de rua na presença/ausência do(s) cão(s)

33-Faz uso ou já fez de algum serviço de assistência à população de rua da prefeitura, tais como hospedagem noturna, casa lar, centro de referências ou albergue? Qual(is)?

34- a) Caso responda “sim” à pergunta anterior: Com que frequência?

b) Caso responda “não” à pergunta anterior: Por que não?

35- Ainda se tiver respondido “sim” à pergunta 34: Já vivia em companhia do(s) cão(es)?

36-Caso ainda responda “sim” à pergunta anterior: conte como geralmente age nesta(s) ocasião(ões) em relação ao(s) cão(es) (Pensa em levá-lo(s)? Leva? Pode ficar com ele ou é impedido? Desobedece à ordem de não ficar com ele(s) no serviço?)

37- A presença/ausência do(s) cão(es) durante a estadia no serviço influencia(ou) sua ida ou não ida?

38- Já passou por algum momento que considere marcante em relação a levar/não levar o(s) cão(es) ao serviço?